

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

RONALD TAVEIRA DA CRUZ

O SINGULAR NU E A (PSEUDO) INCORPORAÇÃO NO PB

Tese de doutorado

Florianópolis
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RONALD TAVEIRA DA CRUZ

O SINGULAR NU E A (PSEUDO) INCORPORAÇÃO NO PB

Tese Doutorado apresentada ao curso de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutor em Lingüística

Orientadora: Prof^a. Dr^a.
Roberta Pires de Oliveira

Co-Orientador: Prof. Dr.
Maximiliano Guimarães

Florianópolis
2008

RONALD TAVEIRA DA CRUZ

O SINGULAR NU E A (PSEUDO) INCORPORAÇÃO NO PB

Tese de Doutorado

Submetida em agosto de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Roberta Pires de Oliveira (orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Maximiliano Guimarães
Universidade Federal do Paraná (co-orientador)

Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira
Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Ina Emmel
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Carlos Mito
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis
2008

*Para minha mãe e para meu pai, que
juntos me proporcionaram o órgão da
linguagem*

In the last remaining light

(Audioslave)

Roll me on your frozen fields
Break my bones to watch them heal
Drown me in your thirsty veins
Where I'll watch and I'll wait
And pray for the rain

Curl like smoke and breathe again
Down your throat, inside your ribs
Through your spine and every nerve
Where I watch and I wait and yield to the hurt

And if you don't believe
The sun will rise
Stand alone and greet
The coming night
In the last remaining light

Seven moons and seven suns
Heaven waits for those who run
Down your winter and
Underneath your waves
Where you watch and you wait
And pray for the day

And if you don't believe
The sun will rise
Stand alone and greet
The coming night
In the last remaining light

AGRADECIMENTOS

À professora Roberta Pires de Oliveira, pelos nossos pensamentos sobre questões semânticas.

Ao professor Max Guimarães, pelo exercício sintático, ora formal ora em forma de devaneios.

À professora Ruth E.V. Lopes, que me ensinou a amar a lingüística, em busca da descoberta dos mecanismos formais da mente.

Ao professor Carlos Miotto, o responsável por brotar em mim o rigor na leitura dos exemplos.

À professora Ina Emmel, pelo cuidado materno e incentivo pela pesquisa.

À professora Izete Coelho, pelo valor aos dados lingüísticos.

Ao professor Marcelo Ferreira, pelo “gás” intelectual na reta final do meu doutorado.

A Lucilene Lisboa, pelos nossos estudos de sintaxe.

Ao Renato Basso, pelos momentos de inquietude lingüística.

A Leonor Simioni, pelas conversas intermináveis.

Àqueles que me acompanharam em todos os momentos: Tharen, Sandra, Fabiana, Gustavo e Mari.

Ao meu pai e meus irmãos, pela presença eterna em mim, apesar da distância.

À mulher da minha vida, Cris, pelo amor e paciência.

Aos meus amigos de Brasília, que se orgulham de mim.

A todos mencionados, ainda agradeço pela amizade e pela confiança.

À Universidade Federal de Santa Catarina e à Pós-graduação em Lingüística.

À Universidade Federal do Piauí, pela oportunidade e pelo afastamento para terminar meu doutorado.

Ao CNPq, que me auxiliou financeiramente em parte do doutorado.

RESUMO

Esta tese pesquisa o singular nu (nome desprovido de determinantes realizados fonologicamente) na posição pós-verbal de sentenças episódicas, com o objetivo de descobrir se ele é passível ou não de incorporação nominal. A incorporação nominal acontece quando o nome se incorpora ao verbo para juntos fornecerem a informação semântica. A ocorrência da incorporação no PB não é consensual: de um lado, há autores que afirmam que ela acontece no PB (Saraiva 1997; Doron 2003; Müller 2004); por outro lado, autores afirmam que não há incorporação no PB (Carlson 2006; Schmitt e Munn 1999, 2000, 2002; Munn e Schmitt 2001, 2005; Kester & Schmitt 2005; Lopes 2008; Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira 2007).

Esse embate sobre a possibilidade da incorporação no PB tomou fôlego maior quando Carlson (2006) propõe o efeito de restritividade, um diagnóstico que distingue estruturas incorporadas de estruturas não-incorporadas. Mas, Carlson (2006) não define claramente o que vem a ser esse efeito, então, esta tese procurou clarificá-lo com o propósito de usá-lo para desvendar se há ou não realmente a incorporação no PB.

Com esse efeito melhor compreendido, percebemos que o NNN na posição pós-verbal não apresenta restrições sintáticas, mas, em alguns casos, ele pode apresentar restrição semântica, quando incorporado ao verbo: nome e verbo juntos denotam uma atividade institucionalizada (Mithun (1984). Portanto, a conclusão desta tese é que há a incorporação no PB somente em alguns casos.

ABSTRACT

This thesis concerns post-verbal bare singular nominals (i.e., nominals without phonologically realized determiners) in Brazilian Portuguese (BP) in episodic sentences; our aim is to investigate whether the bare singular can be treated as a case for/of nominal incorporation. Generally, nominal incorporation happens when a nominal is incorporated to a verb, and yields together (a single) semantic interpretation. The existence of nominal incorporation in BP is a matter of debate: on the one hand, scholars affirm it (Saraiva 1997; Doron 2003; Müller 2004); on the other hand, there are scholars who affirm the opposite, i.e. the phenomena discussed in this thesis are not (instances of) nominal incorporation (Carlson 2006; Schmitt e Munn 1999, 2000, 2002; Munn e Schmitt 2001, 2005; Kester & Schmitt 2005; Lopes 2008; Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira 2007).

The debate concerning the existence of nominal incorporation in BP became more vivid when Carlson (2006) proposed the restrictive effect: a tool for telling apart incorporate from non-incorporate structures. However, Carlson does not clearly define this effect, and one of the aims of this thesis is to clarify it for using it to decide about the existence of nominal incorporation in BP.

Once we have a better understanding of the restrictive effect, we show that the post-verbal bare neutral nominal does not show syntactic constraints, however in some cases, when there is nominal incorporation, it can show semantic constraints, for instance: nominal and verb denote an institutionalized activity (Mithun, 1984). Our conclusion is that only a few cases are of nominal incorporation in BP.

SUMÁRIO

0. Introdução	11
0.1. Objetivos e discussão do problema	11
0.2. Definição de (pseudo) incorporação	14
0.2.1. (Pseudo) incorporação semântica	16
0.2.2. (Pseudo) incorporação sintática	18
0.3. Os capítulos da tese	18
Capítulo 1 – PB: O NNN e algumas propriedades	20
1.1. Quadro do NNN no PB	20
1.1.1. O NNN na posição pré-verbal	23
1.1.2. O NNN na posição pós-verbal	25
1.1.3. O NNN em PPS	26
1.1.4. O NNN em contextos predicativos (pós-cópula)	28
1.2. O NNN e o indefinido ‘um N’: o NNN não se comporta como ‘um N’	30
1.3. O NNN e especificidade: rápida comparação com definido, indefinido e plural nu	36
1.4. Conclusão do primeiro capítulo	46
Capítulo 2 – O embate sobre a possibilidade da incorporação no PB	47
2.1. O efeito de restritividade (Carlson 2006)	47
2.2. A análise de Saraiva (1996, 1997/004)	55
2.3. Conclusão do segundo capítulo	69
Capítulo 3 – A não-incorporação no PB: o NNN como DP	70
3.1. NNN: DP ou NP?	70
3.2. Müller (2000, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2004)	74
3.3. Schmitt (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester e Schmitt (2005)	76
3.4. Lopes (2008)	89
3.5. Conclusão do terceiro capítulo	92

Capítulo 4 – A sintaxe da (pseudo) incorporação e o PB	93
4.1. A incorporação sintática	98
4.2. A pseudo-incorporação sintática	106
4.3. A incorporação no progressivo alemão	113
4.4. <i>Root incorporation</i>	119
4.5. A incorporação como uma <i>opção</i>	127
4.6. Conclusão do quarto capítulo	135
Capítulo 5 – A (pseudo) incorporação semântica e o PB	137
5.1. A incorporação semântica	137
5.2. A pseudo-incorporação semântica	143
5.3. Conclusão do quinto capítulo	156
Conclusão da tese -----	157
Referências Bibliográficas -----	170

0. INTRODUÇÃO

0.1- Objetivos e discussão do problema

O objetivo desta tese é estudar se é possível entendermos a presença de singular nu na posição pós-verbal em sentenças existenciais como um fenômeno de incorporação¹ no português do Brasil (doravante, PB). A incorporação (Baker 1988, 1996; Rosen 1989; Farkas e Swart 2003; Dayal 1999 e 2003; Johns 2005; Barrie 2006, Mithun 1984, Van Geenhoven 1998, Chung and Ladusaw 2003) ocorre quando um argumento nominal em algum sentido torna-se parte do verbo, se funde ao verbo para juntos atribuírem a informação semântica. Observe algumas estruturas ditas incorporadas e suas respectivas línguas:

- | | |
|---|---|
| (1) Angunguaq eqalut-tur-p-u-q
A-ABS salmão-comer-IND-[-tr]-3S
“Angunguaq comeu salmão” | West Greenlandic -Inuit
Van Geenhoven (1998) |
| (2) Ne inu kofe kono a Mele
Pass bebeu café amargo Abs Mele
“Mele bebeu café amargo” | Niuean
Massam (2001) |
| (3) A-urupá-pirár
EU-arco-abri
“Eu abri meu arco” | Tupinambá
Mithun (1984) |
| (4) Marie verset olvasatt
Anu livro[sg] leu-passado
“Anu leu livro” | Húngaro
Farkas e de Swart (2003) |

¹ Por agora, mantemos apenas o nome *incorporação*, logo mais veremos que esse nome engloba quatro noções que serão posteriormente discriminadas: incorporação semântica e pseudo-incorporação semântica de um lado, e incorporação sintática e pseudo-incorporação sintática, de outro.

Como mostram as sentenças (1) e (3), a incorporação pode ocorrer no nível morfossintático, mas não no PB. O PB também não se comporta como em (4) que apresenta diferença visível de Caso: objetos incorporados em húngaro têm Caso Dativo. Saraiva (1996 e 1997)² estudando o PB dentro de uma perspectiva de Princípios e Parâmetros, em uma abordagem representacional, afirma que a incorporação é um fenômeno produtivo no PB, independente da classe verbal ou da característica do nome. Doron (2003) também afirma que a incorporação acontece no PB. Porém, como iremos mostrar, não é claro que há efetivamente incorporação do nome nu na posição pós-verbal, já que autores como Carlson (2006)³, Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002); Munn e Schmitt (2001, 2005); Kester & Schmitt (2005), Lopes (2006, 2008) e Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007) defendem que não há incorporação no PB.

Nas línguas que permitem a incorporação, ela ocorre com nomes nus, singulares ou plurais (na posição pós-verbal). É esse o motivo que une os estudos sobre os nomes nus (singulares e plurais) com os de incorporação: esta pesquisa estuda o nome nu singular na posição pós-verbal e sua possível incorporação ao verbo. Apesar de estudos já mostrarem que os nomes nus plurais também são alvos de incorporação semântica em outras línguas, nos concentramos somente no nome nu singular.

Porém, esse nome nu singular no PB não é *singular* propriamente dito, no sentido que é especificado para o número singular: autores têm mostrado que ele é não-marcado para número (Müller 2002; Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002); Munn e Schmitt (2001, 2005); Kester & Schmitt (2005). Esta tese assume esses autores e, para evitarmos confusão terminológica, vamos denominá-lo de Nome Nu Neutro (doravante, NNN). O NNN é um nome sem determinante, operador ou numeral fonologicamente visível. Ele pode aparecer na posição pré-verbal, pós-verbal, em PP⁴ e pós-cópula (ou posição

² Há alguns trabalhos sobre a incorporação no PB: Saraiva (1996 e 1997), Gonçalves (1999) e Doron (2003). Há o projeto de pesquisa de Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007). Müller (2004) ainda de forma cautelosa também discorre sobre a possibilidade da incorporação no PB.

³ É bom deixar claro que Carlson (2006) não afirma que no PB não acontece a incorporação, ele apenas menciona essa possibilidade.

⁴ Do inglês, *Prepositional Phrase*.

predicativa), como nos exemplos abaixo, respectivamente (o que estamos denominado de NNN estão destacados em itálico):

- (5)
- a. *Carro* custa caro no Brasil.
 - b. O Brasileiro compra *carro*.
 - c. Eu trabalho em *casa*.
 - d. Pedro é *criança*.

Há várias propriedades⁵ associadas à incorporação do nome ao verbo, entre elas a falta de definitude, a falta de escopo amplo, a falta de especificidade, a falta de número (só nome neutro para número incorpora):

- (6) Pedro comprou pneu.
(7) Pedro contratou secretária.
(8) Pedro não comprou pneu.
(9) Pedro não contratou secretária.

Na sentença (6), observamos tanto a falta de definitude, quanto a de especificidade e número: não está claro qual pneu, o tipo nem a quantidade, um, dois ou mais. O mesmo é verdadeiro para secretária em (7): não está definida, especificada e não sabemos qual a quantidade que ele quer contratar. Quanto à questão de escopo, em (8) e (9), o operador de negação tem escopo sobre o nome 'pneu' e 'secretária' respectivamente: seja qual for o pneu ou a secretária, ele não quer comprá-lo ou contratá-la respectivamente.

Para Carlson (2006: 46), o fenômeno da incorporação parece não acontecer no PB, em virtude dos nominais nus não apresentarem o que ele denomina de "restritividade": "the case of the English bare plurals (and quite possibly Brazilian Portuguese bare singulars) is then excluded because there are no restrictions on their appearance and combination". Como as características apresentadas acima podem acontecer também em estruturas que não são de incorporação, Carlson (2006) afirma que além delas, há mais

⁵ As propriedades serão discutidas no decorrer da tese.

uma, que verdadeiramente distingue nomes incorporados daqueles nomes que não são: *o efeito da restritividade*. Essa restrição pode ser morfossintática (por exemplo, só objetos diretos podem incorporar, só alguns verbos fazem incorporação nominal, diferença de Caso), pode ser uma espécie de enriquecimento semântico ou uma tenuidade semântica (por exemplo, uma atividade típica, habitual, caracterizadora ou especializada), ou pode ser uma restrição pragmática, baseada no uso (poder ou não usá-la em certos contextos).

Então, há um embate sobre a possibilidade da incorporação semântica no PB: de um lado, Saraiva (1997) e Doron (2003) afirmam que o nome nu singular na posição de objeto se incorpora ao verbo; por outro lado, alguns autores consideram que não e, de forma mais incisiva, Carlson (2006) propõe um diagnóstico para o fenômeno da incorporação semântica entre as línguas – o efeito da restritividade – que parece revelar que no PB tal fenômeno não acontece. Como veremos, o autor não define claramente o que é o *efeito da restritividade*, então, um dos objetivos desta tese é compreendermos o que é esse efeito, para analisarmos o impasse da incorporação do NNN no PB.

A conclusão é que nem Saraiva (1997) nem Dóron (2003) estão certas completamente quanto à incorporação no PB e nem Carlson (2006) tem total razão em abrir a possibilidade de não ocorrer a incorporação no PB. Como iremos mostrar, o NNN não acontece como afirmam Saraiva (1997) e Doron (2003): sempre que um NNN estiver na posição de objeto, ele vai se incorporar ao verbo. Vamos chamá-la de *hipótese forte positiva*. Nem acontece como parece afirmar Carlson (2006), entre outros: de que não há incorporação do NNN. Vamos chamá-la de *hipótese forte negativa*. Ou seja, essas hipóteses fortes não estão completamente certas (nem completamente erradas).

Para tanto, partimos de uma hipótese inicial, vamos chamá-la de *hipótese fraca*: no PB, o NNN na posição pós-verbal, em alguns casos, pode se incorporar ao verbo. Na verdade, esta tese entende a incorporação no PB como uma *opção* (by Stvan 2008), não como algo produtivo (quase obrigatório), assim como Saraiva (1997) e Doron (2003), nem algo totalmente impossível como parece ser o caso para Carlson (2006), entre outros.

0.2. Definição de incorporação

Definir *incorporação* não é uma tarefa fácil, por dois motivos: um empírico e outro explicativo:

Empiricamente, as primeiras teorias sobre incorporação não tinham pensado nas possibilidades empíricas que agora já sabemos: por exemplo, era mais comum que o nome nu na posição de objeto se incorporasse ao verbo, mas Öztürk (2007) mostra que no turco, o agente/sujeito nu se incorpora ao verbo para os mesmos fins; inicialmente, era comum pensar que apenas nomes que denotam propriedade ou espécie poderiam se incorporar ao verbo, mas, nomes próprios também podem (Johns 2007); antes, apenas NNN poderia incorporar, agora, nome singular que tem implicatura singular também incorpora ao verbo (Dayal 2007); sem contar o velho debate se a retomada pronominal é possível em estruturas de incorporação (Sadock (1980 e 1986), Van Geenhoven (1998), Baker (1986, 2007), Dayal (2007)) ou impossível em tais estruturas (Mithun (1984), Dayal (1999 e 2003), Farkas e de Swart (2003));

Explicativamente, na literatura sobre o assunto, não é consensual qual é a sintaxe-semântica das estruturas de incorporação; nem quais são as características lingüísticas que definem o fenômeno. Há disputas desde se a incorporação semântica é ou não decorrência de uma incorporação sintática, ou ainda se é um fenômeno lexical, até se o nome incorporado é um N⁰ (núcleo nominal) ou NP (sintagma nominal).

Com a dificuldade de definir o fenômeno da incorporação salientada, é preciso fazer outra advertência: como alguns autores já vêm frisando, o fenômeno da incorporação pode ser entendido de diferentes formas a depender de cada língua, o que explica porque temos diferentes análises para o (mesmo!?) fenômeno (Baker 1988, 1996; Rosen 1989; Van Geenhoven 1998; Farkas e de Swart 2003; Chung e Ladusaw 2004; Dayal 1999, 2003 e 2007; Massam 2001; Johns 2005; Barrie 2006...). Ou seja, os fatos lingüísticos apontam que as línguas permitem diferentes formas de os nomes nus se incorporarem ao verbo, portanto, é esperado que elas apresentem formas distintas e inusitadas de incorporação, o que causa certa inquietação: estarão os autores descrevendo o mesmo fenômeno? Vamos acreditar que sim, para que seja possível tentar defini-lo.

Talvez a evidência mais geral, no sentido que está presente em todas as teorias sobre as línguas, é a presença de nomes nus, marcado ou não-marcado para número, na combinação verbo+nome de estruturas incorporadas: então, o fato do nome ser nu, isto é, sem determinante e sem morfologia aparente de caso ou número, é o primeiro passo para detectar o fenômeno da incorporação. Se tais nominais apresentam idiosincrasias sintáticas e semânticas perante os demais nominais (definidos, indefinidos, demonstrativos), é mais uma evidência para o fenômeno da incorporação. Como o interesse desta tese é verificar a possibilidade de entender o NNN na posição pós-verbal no PB como parte de uma estrutura de incorporação, inicialmente, é necessário discriminar pelo menos quatro noções incluídas no que estamos chamando de *incorporação*: incorporação semântica, pseudo-incorporação semântica, incorporação sintática e pseudo-incorporação sintática.

0.2.1. (Pseudo) Incorporação semântica

A incorporação semântica é *per se* um fenômeno semântico. O que está em jogo é a estrutura semântica: qual a diferença em forma lógica entre estrutura incorporada e estrutura não-incorporada, qual operador(es) está presente(s) na primeira e ausente na segunda, ou vice-versa. Se o nome se incorpora ao verbo, para que possam conjuntamente atribuir a informação semântica, então, o que em forma lógica diferencia essa construção de expressões não-incorporadas?

Outra característica é que somente núcleos nominais parecem participar da incorporação semântica: isto é, N^0 : não são possíveis nomes coordenados, modificados ou preposicionados se incorporarem ao verbo, apenas o núcleo nominal se incorpora. A análise mais representativa da incorporação semântica é Van Geenhoven (1998). Para essa autora, a estrutura semântica de (10a) é diferente da de (10b), pois, essa informa que a estrutura semântica é de incorporação, enquanto a primeira não:

(10)

a. Verbo transitivo: $\lambda y \lambda x [V(x,y)]$

b. Verbo de incorporação: $\lambda P \lambda x \exists y [V(x,y) \wedge P(y)]$

O verbo transitivo denota relações entre indivíduos, enquanto o verbo de incorporação denota uma relação entre indivíduo e propriedade; ou seja, para toda propriedade e para todo x , existe y , tal que y é uma propriedade e o verbo é uma relação entre indivíduo x e propriedade y . Em outras palavras, o verbo toma uma expressão denotando propriedade como seu objeto. Nesse último, o fechamento existencial é induzido pelo próprio verbo, como parte de seu significado.

Dayal (2003) propõe a regra da pseudo-incorporação semântica. Em (11a), temos um verbo transitivo que denota uma relação entre indivíduos; em (11b) uma versão incorporável do mesmo verbo. Repare que P modifica o verbo, formando um $P-V$, um bloco. O nome incorporado, interpretado como um nome que denota propriedade, funciona como um modificador do verbo. À estrutura adiciona-se ainda o modal “Appropriately Classificatory”, restringindo àqueles eventos que são culturalmente estáveis. Mithun (1984, 1986) destaca a *atividade institucionalizada* como uma das propriedades do fenômeno da incorporação: o bloco $V+N$ denota um evento *culturalmente estabelecido*, que os falantes reconhecem e usam apenas para fins institucionalizados, conhecidos com tais pela comunidade lingüística:

(11)

a. $\lambda x \lambda y \lambda e [V(e) \ \& \ Ag(e)=y \ \& \ Th(e) = x]$

b. $\lambda P_{\langle e,t \rangle} \lambda y \lambda e [P-V(e) \ \& \ Ag(e) = y \ \& \ \text{Appropriately-Classificatory}(e)]$

Como essas análises serão discutidas nos próximos capítulos, é importante destacar por agora apenas o fato que, diferentemente da incorporação semântica, a pseudo-incorporação é a combinação de $V+NP$, isto é, um verbo e uma frase nominal. O nome pode estar acompanhado por um modificador, um operador ou um possuidor (em construções possessivas), ou ainda o nome pode estar em uma coordenação ou participar de uma relativa ao se incorporar ao verbo. Então, não é somente o núcleo nominal (como na

incorporação semântica) que participa da incorporação, também outros elementos lingüísticos se incorporam junto ao nome. Mas, semelhante à incorporação semântica, a pseudo-incorporação semântica é um fenômeno semântico, que busca diferenciar no nível semântico as estruturas semanticamente pseudo-incorporadas das que não são.

0.2.2. (Pseudo) Incorporação sintática

A incorporação sintática ou pseudo-incorporação sintática é um mecanismo para a ocorrência da incorporação, que funciona como um meio sintático para se alcançar a interpretação de que verbo e nome juntos denotam um evento específico.

Como mentor de um mecanismo sintático para a incorporação, temos Baker (1988) que propõe o movimento de núcleo para explicar a incorporação do nome ao verbo em línguas polissintéticas. Por outro lado, Massam (2001) afirma que não somente núcleos se incorporam na língua niuean, então, ela propõe uma incorporação frasal: é o NP que se adjunge ao verbo, não o N⁰ como em Baker (1988); posição adotada por Dayal para a semântica da pseudo-incorporação. Esses modelos serão discutidos nos dois últimos capítulos, por agora, basta ficar claro que a incorporação sintática é simplesmente um mecanismo sintático-formal que estrutura a incorporação e a pseudo-incorporação. Em outras palavras, estes dois fenômenos são entendidos como decorrências ou resultados de mecanismos puramente sintáticos.

Durante grande parte da tese, usamos apenas incorporação, conscientes de que essa palavra abrange as noções de incorporação semântica, pseudo-incorporação semântica, incorporação sintática e pseudo-incorporação sintática. Porém, quando necessário e em momentos específicos, fazemos a discriminação apropriadamente.

0.3. Os capítulos da tese

No primeiro capítulo, levantamos um quadro de usos do NNN no PB: na posição pré-verbal, pós-verbal, em PPs e pós-cópula (predicativa). Ainda

mostramos que o NNN não se comporta como um indefinido 'um N': ele tem apenas uma leitura não-específica e escopo estreito. No segundo capítulo, discutimos o embate da possibilidade ou não da incorporação semântica no PB, apresentando, em particular, Saraiva (1997) e Carlson (2006). No terceiro capítulo, mostramos que há trabalhos que não entendem o nome nu singular na posição de objeto como incorporado ao verbo. Mas, como há autores que afirmam que há incorporação no PB, a partir do quarto capítulo, buscamos discutir diversas restrições em outras línguas, para (i) entendermos o que Carlson (2006) está chamando de efeito de restritividade; (ii) compararmos essas restrições apresentadas nessas línguas com o PB. No quarto capítulo nos prendemos às análises sintáticas da (pseudo) incorporação, no quinto e último capítulo, às análises semânticas da (pseudo) incorporação. Como de costume, no final uma conclusão e as referências bibliográficas.

1 – PB: O NNN E ALGUMAS PROPRIEDADES

Inicialmente, mostramos as combinações sintáticas possíveis do nome nu no português do Brasil (PB), suas ocorrências e curiosidades; depois, fazemos um paralelo entre o NNN e o indefinido singular ‘um N’, salientando que o primeiro não se comporta como o segundo. Logo após, discutimos a categoria especificidade (Enç 1991, Von Heusinger e Kayser 2003) como uma peça para descrever o NNN, principalmente, comparando-o com o definido, o indefinido e o plural nu.

1.1. Quadro do NNN no PB

Nesta seção, investigamos a distribuição do NNN no PB. Como veremos, ele não é bom na posição pré-verbal de sentenças episódicas. Para mostrarmos a ocorrência do NNN, é importante clarificar algumas noções: sentenças genéricas e sentenças episódicas, de um lado, e expressões de referência à espécie e expressões de referência a indivíduos ou objetos particulares, de outro.

Krifka *et al.* (1995) afirmam que a genericidade vem ou de (i) *NP kind-referring (NP generic)* ou (ii) *characterizing sentences (generic sentences)*. Essas duas formas de genericidade se contrapõem aos contextos particulares que podem ser representados ou por (iii) *object-referring NPs (NP ordinary individual or object)* ou (iv) *particular sentences (particular events)*. Por genericidade, entendemos NP ou VP que não se referem a indivíduos ou eventos particulares, mas revelam uma generalização ou regularidade sobre os mesmos, isto é, expressam generalizações.

(i) Expressões de referência à espécie (*NP kind-referring*)

São expressões nominais que se comportam como nomes de espécie; se combinam com predicados de espécie:

(12)

a. The potato was first cultivated in Africa.

b. Potatoes were introduced into Ireland by the end of the 17th century.

Nas sentenças acima, os nominais *the potato* e *potatoes* referem à espécie: “kind and not to particular potato or group of potatoes... not refer to an ordinary individual or object” (Krifka *et al.* 1995: 2). É importante notar que o predicado é episódico, porque diz respeito a um fato em particular: o primeiro cultivo de batata e quando ela foi introduzida na Irlanda. Assim, a genericidade só pode vir dos nomes *the potato* e *potatoes*.

(ii) *Expressões de referência a indivíduos ou objetos (object-referring NPs)*

São expressões que se referem a cada objeto ou indivíduo particular e não podem se combinar com predicados de espécie:

(13) An orange is green.

(14) These oranges are green.

(15) The dog is barking in my garden.

(16) #This potato was first cultivated in Africa⁶.

Em todas essas sentenças acima, os nominais referem a indivíduos particulares no mundo, logo, a agramaticalidade de (16) é explicada porque predicados de referência a espécie não podem ser usados para falar de um objeto particular no mundo.

(iii) *Sentenças caracterizadas (characterizing sentences)*

⁶ É possível com leitura taxônica, de subespécie.

Essas sentenças caracterizadas (ou genéricas) não se referem a eventos específicos, mas a padrões de ocorrência, independentemente do que está presente no DP/NP: nomes próprios, definido, indefinido, nomes nus:

(17) John smokes a cigar after dinner.

(18) An orange contains vitamin C.

A sentença (17) nos mostra uma regularidade na ação figurada pelo agente: é um hábito de João fumar um cigarro após o jantar. Já em (18), fala-se sobre uma característica da laranja em geral, a de conter vitamina C, portanto, a sentença caracterizada “not express specific episodes or isolated facts, but instead report a kind of general property (Krifka *et alli* 1995: 3).

Uma sentença caracterizada não revela uma entidade, evento ou estado específico ou particular. Porém, ela também é diferente de sentença universalmente quantificada, como em (19a), porque a sentença caracterizada, como em (19b), admite exceções: a sentença (19b) ainda é verdadeira se Pedro for policial e não usar arma, então, ela tem uma forma diferenciada para expressar a genericidade da sentença universalmente quantificada:

(19)

a. All the policemen use guns.

b. The policemen use guns.

Em sentenças caracterizadas, a expressão da genericidade não acontece em virtude da presença lexicalmente aberta de um quantificador. Müller (2002) propõe que em sentenças genéricas no PB com NNN, há um operador GEN (Krifka *et al.* 1995).

(iv) *Sentenças episódicas (particular sentences)*

São sentenças que expressam eventos particulares, “properties of particular objects” (Krifka *et al.* 1995: 4).

(20) The lion is sleeping in the zoo.

(21) John smoked a cigar yesterday.

Há alguns testes para diferenciar sentenças genéricas de episódicas e nomes de referência à espécie de nomes de referência a objeto. As expressões que referem à espécie podem se combinar com predicados de espécie como *ser extinto* e *inventar*, diferentemente das expressões que referem a indivíduos particulares que não podem. Em sentenças genéricas, é possível o uso de advérbios como *geralmente* e *tipicamente*, que não podem se combinar com sentenças episódicas: *Geralmente, Pedro dorme depois do almoço* vs **Geralmente, Pedro dormiu depois do almoço*. Com essa diferenciação em mãos, é possível mostrar a combinação dos nomes nus singulares no PB.

1.1.1. O NNN na posição pré-verbal

O NNN na posição pré-verbal ocorre preferencialmente em contextos genéricos:

(22)

a. Tartaruga-marinha vive cem anos.

b. Criança chora.

c. Carro polui o meio-ambiente.

d. Criança ama chupeta.

e. Adolescente sabe viver.

Em contextos episódicos, o NNN não soa bem na posição pré-verbal, sendo o último exemplo de Munn e Schmitt (1999):

(23)

- a. ??Adolescente fugiu do hospital ontem.
- b. ??Criança chorou a noite toda.
- c. ??Leite me fez mal ontem.
- d. ??Carro poluiu o meio-ambiente na semana passada.
- e. ??Mulher discutiu eleições.

Mas, ele pode ocorrer em contexto de lista, como atestado por Munn e Schmitt (2001):

(24) Mulher discutiu política, homem futebol, criança desenho, adolescente jogo...

Por algum motivo, o nome nu singular 'carro' não gosta da posição (de sujeito ou sujeito lógico?) que aparece na estrutura sintática de (26): se ele vai para essa posição, ele tem uma leitura mais marcada, de lista ou prototípica, o que já vimos que é uma característica do nome nu em posição de sujeito:

(25) (O) Pedro tem carro. (x tem y)

(26) ?? Carro é do Pedro. (y é do x)

Uma questão surge: por que ocorre o descompasso entre as sentenças (25) e (26)? Intuitivamente, a sentença 'carro é do Pedro' só é boa, em contextos apropriados: como em um contexto contrastivo, 'carro é do Pedro, bicicleta da Maria'. Para que a sentença seja boa, portanto, o nome *carro* tem que possuir um traço do tipo [+Q]⁷. Em (25), o nome *carro*⁸ parece não carregar tal traço, melhor, ele é [-Q]. Logo, para que (26) seja possível, o nome nu singular tem que estar em uma posição não-argumental.

Além disso, se acompanhado por negação, o NNN é bom também na posição pré-verbal:

⁷ Na verdade, acreditamos ser um elemento focalizado, com foco contrastivo.

⁸ O mesmo vale para o caso de *mulher* acima, na posição de sujeito de sentenças episódicas.

(27) Ontem mulher não discutiu futebol.

Na posição pós-verbal fica bom e, com verbo inacusativo, o NNN prefere ficar *in situ*, como mostra a estranheza de (30) na posição pré-verbal:

(28) Chegou carta ontem.

(29) Deu abelha no jardim.

(30) ? Carta chegou ontem.

Müller (2002) afirma que o NNN não pode se referir à espécie no PB, somente o definido singular e o definido plural. Porém, Pires de Oliveira *et al.* (2006), Pires de Oliveira *et al.* (2007), Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007), Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Santolin (2006) mostram que o NNN pode se referir à espécie, o que parece ser realmente o caso no PB:

(31)

a. Tartaruga-marinha está extinta.

b. Dinossauro se extinguiu.

1.1.2. O NNN na posição pós-verbal

O NNN na posição pós-verbal acontece em contextos genéricos:

(32)

a. A galinha bota ovo.

b. Pedro vende carro.

c. A quadrilha rouba banco.

d. Maria comercializa leite.

e. Pedro compra passe.

Na posição pós-verbal, o nome nu soa bem em contextos episódicos:

(33)

- a. A galinha botou ovo.
- b. Tem ovo no ninho.
- c. Tem criança na sala.
- d. Pedro comprou pneu/passe.

O nome nu na posição de objeto não se combina com predicados de espécie Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005), Santolin (2006), Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007):

(34) *Graham Bell inventou telefone⁹.

Parece ainda que em alguns contextos, com alguns verbos especificamente, o NNN não soa bem na posição pós-verbal (não considerar a leitura contrastiva):

(35) ?Eu terminei poema¹⁰.

1.1.3. O NNN em PPs¹¹

O NNN aparece em contextos locativos:

(36)

- a. Pedro está em casa.
- b. Eu trabalho em casa.

Em (a), a leitura possível é que Pedro está na própria casa¹². Em (b), a casa tem que ser do próprio falante. Porém, nem sempre é possível usar o nome nu singular em contextos locativos:

⁹ Ver Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007) para uma explicação.

¹⁰ Por algum motivo, esse verbo parece não combinar com o NNN. Mas, parece que essa é uma questão lexical, do verbo *terminar* que é télico e está marcado com morfema perfectivo.

¹¹ Do inglês, *Prepositional Phrase*.

(37)

- a. *Pedro está em prisão.
- b. *Pedro está em carro.
- c. *Pedro está em loja.
- d. Pedro está na/em uma/ nesta prisão.
- e. Pedro está no/em um/neste carro.
- f. Pedro está na/em uma/nesta loja.

Exemplos similares aparecem em Munn e Schmitt (2005: 853). Eles mostram que, em alguns casos, é obrigatória a presença do artigo definido:

(38)

- a. *O João veio de colégio.
- b. *O João está em igreja.
- c. O João veio do colégio.
- d. O João está na igreja.

Ainda é possível o uso do NNN em contextos como os abaixo:

(39)

- a. Pedro está de carro.
- b. Pedro está com filho.
- c. Eu comprei roupa de lã.
- d. Ele subornou até advogado.
- e. Ele votou contra projeto.
- f. Ele escreve sobre criança.
- g. Quadro de velho.
- h. Carrinho de bebê.
- i. Pedro está falando de igreja/política/poesia/poema/ lingüística.
- j. Viajar de avião.
- l. Falar sobre economia.

¹² Ou na casa do próprio falante, que não interfere o que queremos salientar.

Se concentrarmos cuidadosamente nos exemplos acima, vamos ver que em alguns casos somente o NNN é permitido:

(40)

- a. *Pedro está do carro/ *Pedro está de um carro.
- b. Pedro estuda lingüística desde *a criança/*uma criança.
- c. *Viajar do avião/ *Viajar de um avião.

Assim, em PPs, o NNN soa bem em alguns contextos; em outros, ele é proibido da mesma forma que há casos em que sua presença é obrigatória.

1.1.4. O NNN em contextos predicativos (pós-cópula)

Na literatura sobre o NNN, é de conhecimento geral que ele pode ocupar a posição predicativa, mas somente quando indica profissão. Dobrovie-Sorin *et al.* (2005, 2006) e Munn e Schmitt (2005) mostram que nas línguas românicas, por exemplo, o NNN pós-cópula é possível somente como nomes de profissão:

(41)

- a. Ion e professor/student. (romeno)
Ion é professor/ estudante.

- b. Il est médecin. (francês)
Ele é médico.

- c. Juan és médico. (espanhol)
Juan é médico.

- d. *Cette boîte est chaise. (francês)
Esta caixa é cadeira.

- e. *Esa es silla. (espanhol).
Essa é cadeira.

f. *Essa é cadeira. (PB, exemplo de Munn e Schmitt (2005: 830))

g. Cette boîte est une chaise. (francês)

Esta caixa é uma cadeira.

Munn e Schmitt (2005: 830) afirmam que, no PB, o NNN é possível em posição pós-cópula em alguns contextos:

(42)

a. Pato é pato, marreco é marreco.

b. O que o João comprou foi livro¹³.

Apesar de Munn e Schmitt (2005) acharem que, no PB, o mesmo é verdadeiro, isto é, que somente nomes de profissão são permitidos em sentenças predicativas, esta tese mostra que, pelo contrário, além de nomes de profissão, o nome nu singular acontece em outros contextos predicativos, como se observam a gramaticalidade de todas as sentenças abaixo:

(43)

a. João é companheiro.

b. João é amigo.

c. João é homem.

d. João é estrangeiro.

e. João é imigrante.

f. João é autoridade.

g. João é bebê.

h. Juju é peixe.

i. Isso é cadeira.

j. Aquilo é bolo.

k. Aquilo é livro.

l. Maria é mulher.

m. Maria é garota.

¹³ Trata-se de uma pseudo-clivada que parece ser diferente do contexto em pauta.

Claramente, a partir dos exemplos acima, o NNN pós-cópula no PB não se combina somente como nome de profissão. Então, como se observa, o NNN é bom em contextos predicativos, colocando o PB contra os fatos atestados nas línguas românicas acerca desses contextos. Na verdade, o NNN no PB não se assemelha ao NNN das línguas românicas também em outros contextos (como pré-verbal e pós-verbal), uma hipótese que já é reforçada por outros (Zamparelli 2002; Dobrovie-Sorin *et al.* 2005, 2006; Dobrovie-Sorin 2007).

Conclusão: Há restrições no uso do NNN no PB: sem algum contexto especial ou uma leitura mais marcada, ele não ocorre na posição pré-verbal de sentenças episódicas (incluindo casos como ‘y é do x’ e inacusativos), em alguns contextos preposicionados, na posição pós-verbal de predicados de espécie. Então, a ocorrência do NNN no PB não é tão livre como supõem Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), mas também não é tão restrito quanto nas outras línguas românicas.

1.2. O NNN e o indefinido ‘um N’: o NNN não se comporta como ‘um N’

Müller (2002) defende que o NNN no PB é um sintagma indefinido, nos moldes de Heim (1982): ele introduz uma variável. Como uma sentença genérica com indefinido tem um operador GEN em forma lógica, o indefinido genérico não se refere a nenhuma entidade ou estado em particular, porque ele introduz uma variável que pode ser ligada por GEN.

Repare que na sentença abaixo, o nome *brasileiro* não refere a nenhum brasileiro em particular (exemplo de Müller 2002: 18):

(44) Brasileiro é trabalhador.

GEN [x;] (x é brasileiro; x é trabalhador)

Müller (2002: 18) afirma que o NNN não ocorre com predicados de espécie, assim como o indefinido, portanto, os dois têm comportamentos semelhantes (exemplos da autora):

(45)

- a. *Dinossauro está extinto.
- b. *Um dinossauro está extinto.

O NNN se comporta semelhantemente aos indefinidos e pode estar representado pela mesma estrutura tripartite do quantificador GEN. Observe que no exemplo abaixo de Müller (2002: 18), o indefinido em (56) é representado pela mesma estrutura semântica do NNN em (44):

(46) Um brasileiro é trabalhador.

GEN [x;] (x é um brasileiro; x é trabalhador)

Müller (2002) é mais incisiva: ela afirma que o singular nu não se refere à espécie porque ele é um indefinido, que não é capaz de denotar diretamente espécies (exemplos e intuições da autora). Para a autora, somente o definido (singular e plural) se combina com predicados de espécie:

(47)

- a. Graham Bell inventou *um telefone.
- b. Graham Bell inventou *telefone.
- c. Graham Bell inventou o telefone.

Outra característica tanto do indefinido quanto do NNN no PB, segundo ainda Müller (2002), é a incapacidade de se combinarem com predicados episódicos: só ocorrem em sentenças estativas. Em predicados episódicos, a autora considera apenas o definido como gramatical, como se observa abaixo (exemplos e intuições da autora):

(48)

- a. *Um rato recém-alcançava a Austrália em 1970.
- b. *Rato recém-alcançava a Austrália em 1970.
- c. O rato recém-alcançava a Austrália em 1970.

Resumo de Müller (2002):

(i) genérico indefinido: indefinidos e singular nu; são indefinidos no sentido de Heim (1982); a genericidade vem da variável presa pelo operador genérico;

(ii) definidos genéricos são expressões de referência à espécie; nome nu singular e indefinido, não.

Porém, há evidências para negar essas conclusões de Müller (2002), porque, no PB, o nome nu singular não se assemelha ao indefinido, principalmente, acerca do escopo e também da referência à espécie. Esta tese assume com outros trabalhos que o NNN pode se referir à espécie: Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005), Pires de Oliveira *et al.* (2006), Santolin (2006), Pires de Oliveira *et al.* (2007).

Observe o nome nu singular em contraposição com o indefinido ‘um N’:

(49) (O) Pedro tem carro. (‘x tem y’)

(50) ?? Carro é do Pedro. (‘y é do x’)

(51) (O) Pedro tem um carro. (‘x tem um y’)

(52) Um carro é do Pedro. (‘um y é do x’)

Se na sentença (50) o nominal ‘carro’ tem uma leitura mais marcada, de protótipo ou de lista, o mesmo é verdadeiro para (52): a sentença (52) pode facilmente ser interpretada como um dos carros, mas parece que ela não é boa sem contexto específico, ela precisa também de um contexto particular. Mas, há outras indicações para afirmar que o NNN e o ‘um N’ não têm o mesmo comportamento sintático-semântico:

(53) Pedro quer contratar secretária.

(54) Pedro quer contratar uma secretária.

(55) Na garagem tem 50 carros. Um carro é do Pedro.

(56) ?Na garagem tem 50 carros. Carro é do Pedro.

A sentença (54) tem tanto a leitura *de re* quanto a *de dicto*; em (53), somente a leitura *de dicto* é possível. Note ainda que a leitura partitiva só é

possível com o NNN em contextos apropriados, como nos mostra a sentença (56): (56) é boa somente em um contexto em que o carro do Pedro é o melhor carro, o único que vale como carro (há contraste, comparação de alternativas). Com essa leitura, o nome *carro* tem que estar em uma posição [+foco]. Caso contrário, a sentença (56) mostra que o NNN não faz nenhuma relação com o conjunto de carros inicialmente introduzidos, tornando-se agramatical. Repare que o indefinido se comporta como um subconjunto do conjunto expresso anteriormente, sem a necessidade de o elemento estar focalizado. Portanto, o NNN não se comporta como o indefinido.

Nem é possível também o NNN com a leitura distributiva:

(57) Cada garagem tem um carro.

(58) *Cada garagem tem carro.

Mas, por algum motivo, a sentença abaixo é melhor do que (58):

(59) Tem carro em cada uma das garagens.

Observe outras sentenças:

(60)

a. Copo é de vidro.

b. O copo é de vidro.

c. Um copo é de vidro.

Na sentença (a), a interpretação é que se algo é copo, ele é de vidro, isto é, tem um caráter mais geral. É uma sentença genérica. Em (b), com o artigo definido, não há outros copos. Há outras coisas, e elas podem ser de algo que não é vidro. Somente em (c), é possível a inferência de que os copos possam ser de outro material também.

Com o adjetivo *certo*, parece que somente o indefinido se combina:

(61)

a. ?Pedro tem certo livro de física (que é muito bom).

b. Pedro tem um certo livro de física (que é muito bom).

Nas sentenças abaixo, há diferenças: em (a), infere-se que Pedro não encontrou mulheres solteiras na festa, apenas as casadas. Já em (b), pode ser verdadeiro também que Pedro tenha encontrado mulheres solteiras na festa. Repare ainda que somente na sentença em (b), temos a leitura *de re*: Pedro encontrou um indivíduo particular na festa, que é uma mulher e é casada:

(62)

- a. Pedro só encontrou mulher casada na festa.
- b. Pedro só encontrou uma mulher casada na festa.

Com a retomada pronominal, como nos exemplos abaixo, somente com o indefinido é possível com a leitura *de re* e *de dicto*. Quando a sentença tem o NNN, a retomada pronominal não é possível, caso o resultado seja a leitura *de re*; com a leitura *de dicto*, a retomada pronominal torna-se possível, como se percebe em (b):

(63)

- a. Pedro quer comprar selo. *Ele é de Portugal. (*de re*)
- b. Pedro quer comprar selo. Ele precisa ser de Portugal. (*de dicto*)
- c. Pedro quer comprar um selo. Ele é de Portugal. (*de re*)
- d. Pedro quer comprar um selo. Ele precisa ser de Portugal. (*de dicto*)

Com o próximo par de sentenças, percebe-se que o NNN se comporta diferentemente do indefinido. Em (a), o NNN tem escopo somente sob o quantificador universal, então, a leitura é que para todo policial, ele tem que multar algum carro importado: não está especificada também qual a quantidade. Em (b), é possível a leitura de que há um carro importado em questão, e todo policial tem que multá-lo:

(64)

- a. Hoje, todo policial tem que multar carro importado.
- b. Hoje, todo policial tem que multar um carro importado.

Observe que somente na segunda sentença do próximo paralelo, é possível combinar com *outro*, isto é, apenas o indefinido abre a possibilidade do contraste estabelecido por *outro*:

(65)

- a. Pedro tem carro com placa de final ímpar. *E outro com final par.
- b. Pedro tem um carro com placa de final ímpar. E outro com final par.

Munn e Schmitt (2005) mostram que o nome no singular no PB não combina com *diferente*. Mas, com o indefinido, como se percebe, a combinação é perfeita:

(66)

- a. ??Pedro viu carro diferente no estacionamento da UFSC.
- b. Pedro viu um carro diferente no estacionamento da UFSC.

O nome no singular combina com *espalhado*, assim como o indefinido (exemplo (a), de Schmitt e Munn (2000: 17):

(67)

- a. Tinha livro espalhado pelo chão.
- b. Tinha um livro espalhado pelo chão.

Para a sentença em (a), os autores afirmam que “in its literal translation would require pieces of book to be spread over the floor rather than individual books”. Se isso for verdadeiro, então, ele se comporta como o indefinido: em (b), a leitura é que partes de algum livro está espalhado pelo chão. Mas, parece que esse não é o caso. Como se observa no exemplo abaixo, se introduzirmos *em todo lugar*, com o NNN a sentença é boa, carregando a idéia de que diferentes livros possam estar em todo lugar; essa leitura não é possível em (b):

(68)

- a. Tinha livro espalhado em todo lugar.
- b. ?Tinha um livro espalhado em todo lugar.

É lícito concluir que, diferentemente de Müller (2002), o NNN no PB não se comporta como o indefinido, principalmente, quanto à questão do escopo. Na próxima seção, ainda podemos perceber algumas diferenças entre o NNN e o indefinido: somente esse último permite a leitura específica.

1.3. O NNN e especificidade: rápida comparação com definido, indefinido e plural nu

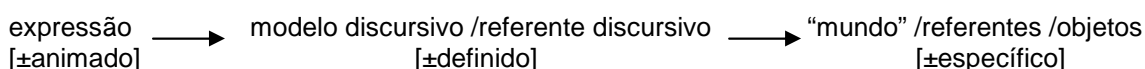
Mostramos que o NNN não se comporta como um indefinido. Nesta seção, comparamos o NNN com os definidos, indefinidos e plurais nus, a partir da categoria de especificidade. Essa categoria é entendida com base em Enç (1991), Von Heusinger & Kaiser (2003) e Von Heusinger e Kornfilt (2005).

Von Heusinger & Kaiser (2003) mostram que algumas variações morfossintáticas entre as expressões podem estar sendo motivadas por, pelo menos, três categorias referenciais: animacidade, definitude e especificidade. Eles discutem como essas categorias influenciam o comportamento morfossintático dos objetos diretos em espanhol. Essas categorias são relevantes para analisar também o NNN objeto no PB, comparando com os demais tipos de nominais: indefinidos, definidos e plurais nus. Segundo Von Heusinger & Kaiser (2003: 43), as categorias referenciais estão relacionadas ao significado e à referência das expressões lingüísticas:

“We use “referential categories” or “referential parameters” as a cover term for linguistic categories (or concepts) that are related to the semantic nature of an expression and its way [to] of referring. The class contains categories such as animacy, gender, number, specificity (or referentiality), genericity, definiteness and probably many more”.

Para Von Heusinger & Kaiser (2003: 43), as categorias de animacidade, de definitude e de especificidade estão em lugares diferentes: “animacy is a lexical property of an expression, definiteness is a discourse pragmatic property, and specificity is a referential category”. Então, da palavra até mundo(s), mesmo em um modelo simples de referência, é possível ver onde esses traços atuam, ainda segundo os autores (o esquema é idêntico ao que aparece em Von Heusinger & Kaiser (2003: 44)):

(69) Um modelo simples de referência:



Os autores afirmam que há uma escala de animacidade, entendendo animacidade¹⁴ como uma categoria que trabalha com as noções de humano/não-humano e animado/não-animado:

(70) Escala de animacidade: humano > animado > inanimado

Essa categoria de animacidade tem influências morfossintáticas diversas, sendo a mais corrente nas línguas a diferença nos pronomes interrogativos: no PB, por exemplo, o pronome interrogativo *quem* se refere a humanos, enquanto *que/o que*, a animado e inanimado.

Segundo Heim (1982), Von Heusinger & Kaiser (2003: 45) definem definitude a partir da noção de familiaridade:

“Definiteness describes the discourse-pragmatic property of familiarity: definite expressions indicate that their associated discourse items can be identified with already introduced ones, while indefinite expressions indicate that their discourse referents are new.

Nas línguas, uma evidência da definitude é a retomada pronominal, em sentenças com o operador de negação: geralmente, somente os nomes [+def] podem ser retomados pronominalmente quando há o operador de negação. Isso também é visível no PB:

(71) Eu não vi uma mulher. *Ela era loira.

(72) Eu não vi a mulher. Ela era loira.

Em (72), o pronome *ela* pode se co-referir com o nome *a mulher* porque estão em uma relação de familiaridade: como o referente discursivo já foi introduzido, ele pode ser identificado no discurso, ele é familiar. Em (71), diferentemente, o indefinido introduz um referente discursivo.

¹⁴ Como veremos, essa categoria é importante no hindu, porque objetos animados sem Caso se incorporam ao verbo nessa língua (Dayal 1999, 2003 e 2007).

Da mesma forma, Aissen (2000) (*apud* Von Heusinger & Kaiser (2003: 44) também propõe uma escala de definitude:

(73) Escala da Definitude: pronome pessoal > nome próprio > NP definido > NP indefinido

Um das primeiras evidências acerca do comportamento sintático-semântico das sentenças existenciais é a disparidade entre as sentenças (74) e (75), observada por Milsark (1974). Essa disparidade é detectada pelo efeito de definitude:

(74) Tem um carro na garagem.

(75) *Tem o carro na garagem.

Esse efeito de definitude acontece em virtude da presença do determinante definido na sentença (75) que retoma um referente discursivo, a partir de relação de familiaridade (ou de identidade, no sentido de Enç (1991), como veremos). A definitude não combina com sentenças existenciais, porque essas asseveram a existência de tais indivíduos/objetos, enquanto a descrição definida pressupõe tal existência. As sentenças existenciais combinam com indefinidos, porque esses introduzem referentes discursivos¹⁵.

Enç (1991: 9) afirma que os traços [def] e [esp] estão relacionados, mas há diferenças nas relações que eles estabelecem com objetos a referentes discursivos previamente estabelecidos:

“Both definites and specifics require that their discourse referents be linked to previously established discourse referents and both indefinites and nonspecifics require that their discourse referents not be linked to previously established discourse referents. What distinguishes these notions is the nature of the linking. The linking relevant for definites NPs is the *identity relation*. For ease of discussion, I will refer to the antecedent of a definite as a *strong antecedent*, since it involves the strongest possible linking relation... The linking relevant (for specifics) is the *inclusion relation*. Thus, specificity involves a weaker, looser relation to already established referents than definiteness. I will call the ‘antecedent’ of a specific NP its *weak antecedent*”

¹⁵ Aqui, o NNN se comporta como o indefinido: *Tem carro na garagem*.

Ambas as categorias definitude e especificidade requerem que os referentes discursivos estejam relacionados a referentes discursivos previamente estabelecidos. Um nominal [+def] tem como referente o mesmo referente já estabelecido, uma relação mais forte entre eles (direta e rígida), já que é de identidade. Um nominal [-def] introduz um referente discursivo, não tem relação com um conjunto pré-estabelecido. Um nominal [+esp] tem como seu referente um subconjunto de um conjunto que já tenha sido introduzido no domínio discursivo. O nominal [-esp] não está ligado a um subconjunto de um conjunto já estabelecido no discurso. Portanto, o elo relevante para a especificidade é a relação de inclusão; o da definitude é a relação de identidade.

A noção de especificidade é caracterizada a partir dos partitivos, segundo Enç (1991): um nome [+esp] está em uma relação “parte de”, uma relação de subconjunto de um conjunto previamente estabelecido. Observe a sentença abaixo, de Enç (1991: 6):

(76) *Oda-m-a birkaç çocuk gir-di.*
room-1SG-DAT several child entered
'Several children entered my room.' (Enç 1991: ex. 16)

Os referentes das expressões que aparecem no discurso seqüente podem ser um subconjunto (como em 77) dos referentes previamente estabelecidos (como em 76). Observe que no exemplo turco em (77), o nome *kız* recebe o caso acusativo, que é um marcador de especificidade, de acordo com Enç (1991):

(77) *İki kız-ı tanı-yor-du-m.*
two girl-ACC I-knew
'I knew two girls.' (Enç 1991: ex. 17)

O objeto em (77) é interpretado como dois indivíduos daquele conjunto de crianças previamente estabelecido. Já com o exemplo (78), não é possível continuar o discurso, porque os referentes discursivos desse objeto direto não são vistos como pertencentes a um conjunto estabelecido

previamente, neste caso, em (76): a sentença “is about two girls who are excluded from the original set of children” (Enç 1991: 6)

(78) *İki kız tanı-yor-du-m.*

two girl I-knew

‘I knew two girls.’ (Enç 1991: ex. 18)

Enç (1991) acrescenta que (77), com o objeto direto marcado abertamente como específico, se assemelha a (79), que o nome *two of the girls* é claramente um partitivo. Segundo Enç (1991: 10), “partitives are necessarily specific”:

(79) *Kız-lar-dan iki-sin-i tanı-yor-du-m.*

girl-PL-ABL two-AGR-ACC know-PROG-PAST-1SG

‘I knew two of the girls.’ (Enç 1991: ex. 19)

Von Heusinger & Kaiser (2003:45) afirmam que “the concept of specificity was introduced in the late 60s by transferring the *de re-de dicto* distinction of definite NPs to indefinite NPs”. Observe os pares de sentenças abaixo, primeiramente, com o definido e o indefinido:

(80)

a. Maria quer consultar o advogado. Ele é muito bom na área criminal.

b. Maria quer consultar o advogado. Assim, ela toma as atitudes adequadas frente ao ocorrido.

(81)

a. Maria quer comprar um terreno. Mas Pedro não vai vendê-lo.

b. Maria quer comprar um terreno. Mas, ela ainda não achou algum que lhe agrade.

Enquanto em (80a), o DP *o advogado* tem uma leitura *de re*, o mesmo termo em (80b), é interpretado como *de dicto*. Em (81a), temos o nome indefinido *um terreno*, que tem uma leitura específica, em virtude da retomada pronominal: neste caso, estamos falando de um subconjunto de um conjunto

previamente estabelecido. Já na sentença em (81b), o nome indefinido *um terreno* é não-específico, porque ele não está incluído em um conjunto inicialmente estabelecido.

Com o NNN, os resultados são outros:

(82)

a. *Maria quer consultar advogado. Ele é muito bom na área criminal.

b. Maria quer consultar advogado. Assim, ela toma as atitudes adequadas frente ao ocorrido.

(83)

a. *Maria quer comprar terreno. Mas Pedro não vai vendê-lo.

b. Maria quer comprar terreno. Mas, ela ainda não achou algum que lhe agrade.

Nos exemplos em (82a) e (82b), não é possível a retomada pelo pronome, porque ela exige que o nome seja um subconjunto do conjunto previamente estabelecido, isto é, os nomes precisariam ser específicos, mas, não parece ser esse o caso com o NNN. Com o nome no plural, a retomada com o pronome plural é possível, porque tais nomes podem ser específicos:

(84)

a. Maria quer consultar advogados. Eles são muito bons na área criminal.

b. Maria quer consultar advogados. Assim, ela toma as atitudes adequadas frente ao ocorrido.

(85)

a. Maria quer comprar terrenos. Mas Pedro não vai vendê-los.

b. Maria quer comprar terrenos. Mas, ela ainda não achou algum que lhe agrade.

Enquanto em (84a), o nome no plural *advogados* tem uma leitura específica, o mesmo termo em (84b), é interpretado como não-específico. Em (85a), temos uma leitura específica, sendo possível a retomada pronominal: neste caso, estamos falando de um subconjunto de um conjunto previamente

estabelecido. Na sentença em (85b), o nome no plural *terrenos* é não-específico, porque ele não está incluído em um conjunto já pré-estabelecido.

Nomes não-específicos não têm escopo largo, somente o estreito, segundo Enç (1991: 22):

“Specifics NPs can have both wide scope and narrow scope with respect to some operator in the same sentence. In contrast, the scope of nonspecific NPs does seem to be limited... Unlike what we observe with specific NPs, then, only one scope relation is possible for nonspecific NPs, narrow scope”

Imagine a seguinte situação. Em uma casa antiga, tem um rato gigante. Pedro e Maria foram visitar essa casa. A partir desse contexto, observe os exemplos abaixo:

(86) Pedro não viu o rato.

(87) Pedro não viu nenhum rato.

(88) Pedro não viu rato.

Com o DP definido *o rato* em (86), temos uma leitura definida e específica, porque o nome recupera o referente discursivo introduzido no contexto anteriormente dado. Dessa forma, é possível esse nominal ter escopo sobre o operador de negação. Já em (87), com um indefinido, uma leitura disponível é a específica, porque o nominal *um rato* é um subconjunto do conjunto introduzido no contexto anterior. Se ele é específico, ele pode ter ambos os escopos: em (87), também o nominal pode ter escopo sobre a negação. Já em (88), o NNN *rato* não se comporta como o definido: não tem relação de identidade, ele não tem como referente o mesmo referente já estabelecido, neste caso, o rato gigante. Porém, o NNN *rato* em (88) também se afasta dos indefinidos porque ele tem somente escopo estreito, dessa forma, o NNN tem somente leitura não-específica e escopo apenas *sob* o operador de negação: não é possível a leitura de que há um rato gigante e Pedro não viu esse rato; perceba que essa é uma leitura possível de (87), com o indefinido.

Segundo Enç (1991), nomes não-específicos têm apenas escopo estreito e, de acordo com os exemplos discutidos, o NNN tem somente escopo estreito, então, há uma forte relação entre o NNN no PB e [-esp]: ambos têm

escopo estreito. Esses exemplos acima também mostram que o NNN não pode ser definido: ele não pode ter relação de identidade ou familiaridade. Portanto, temos indícios de que o NNN é não-específico.

Observe os exemplos abaixo:

(89) Procuro a secretária que sabe inglês.

(90) Procuro uma secretária que sabe inglês.

(91) *Procuro a secretária que saiba inglês.

(92) Procuro uma secretária que saiba inglês.

Nos exemplos (89) e (90), os verbos na encaixada estão no indicativo, enquanto nas sentenças (91) e (92), no subjuntivo. O definido singular *a secretária* não combina com o verbo no subjuntivo da sentença encaixada, como se percebe pela agramaticalidade de (91). Já com sentenças com NNN, ambos os modos verbais são permitidos, como nos exemplos abaixo, então, ele realmente parece se aproximar da leitura dos indefinidos, porém, diferentemente dos indefinidos, o NNN *secretária* nas duas sentenças abaixo tem escopo estreito apenas e, em ambos os casos, é não-específico:

(93) Procuro secretária que sabe inglês.

(94) Procuro secretária que saiba inglês.

Avelar (2004), que estuda a alternância *ter/estar*, afirma que o indefinido na posição pré-verbal tem uma leitura partitiva. O partitivo, segundo Enç (1991), é específico, então, a agramaticalidade do NNN na posição pré-verbal de (96b) tem uma explicação natural: ele não pode ser específico. Voltaremos a esse ponto no final da tese:

(95)

a. Tem uma cadeira na sala.

b. Uma cadeira está na sala.

(96)

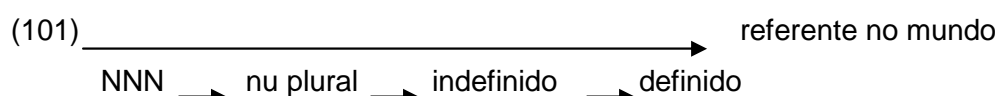
a. Tem cadeira na sala.

b. * Cadeira está na sala.

Assim, no PB, os nomes parecem ter as seguintes características:

- (97) definidos: [+def], [+ esp].
- (98) indefinidos: [-def], [+/-esp].
- (99) nome nu singular: [-def], [-esp].
- (100) nome nu plural: [-def], [+/-esp].

Em uma semântica referencial, os nomes têm uma referência no mundo(s). Não queremos entrar em detalhes sobre como isso é possível, quais os dispositivos que programam tal referência, etc. Intuitivamente, se pretendemos falar de uma pessoa do sexo masculino em particular, há várias formas de referir a essa pessoa no mundo: se a intenção é uma referência direta, utilizaremos seu nome, por exemplo, *Pedro*. Se não queremos ser tão diretos, usamos algo como *o garoto*, e assim por diante. Em uma linha que projetasse a referencialidade de um nome em um determinado mundo, seria possível a seguinte escala:



A escala em (101) procura representar que o NNN é mais fraco na tentativa de fazer referência a um indivíduo no mundo, porque ele não pode ser específico, como vimos no decorrer desta seção. É claro, os definidos podem ter a leitura definida e específica e os indefinidos e plurais nus podem ser específicos, portanto, são mais fortes para pegar um indivíduo no mundo.

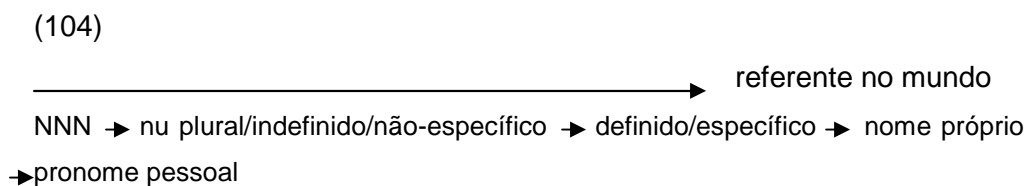
Parodi (1998: 91) apresenta uma versão estendida da escala de definitude de Aissen (2000), ao cruzar os traços definitude, especificidade e animacidade, resultando em uma escala do mais referencial para o menos referencial, como em (102):

(102) Escala da Definitude estendida: pronome pessoal de 1ª e 2ª pessoas > pronome pessoal de 3ª pessoa > NP definido/específico/animado > NP indefinido/não-específico/inanimado

Lazard (1984), por outro lado, combina apenas os traços definitude e de “humanidade” [+/-hum] e propõe a seguinte escala:

(103) Escala da Definitude e [+/-hum]: pronome pessoal de 1^a e 2^a pessoas > pronome pessoal de 3^a pessoa > NP definido/humano > NP indefinido/não-humano > massivos > genéricos.

Se combinarmos essas duas escalas com a apresentada em (101), seria possível uma escala de referencialidade como representada em (104) para o PB:



Então, o NNN no PB é o que tem menos condições de referir a um indivíduo no mundo, quando comparado aos nomes definido, indefinido e plural nu. Os traços [+/-def] e [+/-esp], portanto, são relevantes para esta tese, porque nos mostraram diferenças interpretativas e distribucionais, como as discutidas nesta seção.

Com a discussão nesta seção, foi possível perceber que o NNN parece ser não-específico. Esta seção mostrou ainda outra diferença: a diferença entre o NNN e o nome nu plural no PB: o nome nu plural em alguns contextos pode ser específico. Talvez esse seja mais um argumento para dizer que o NNN tem algumas características diferentes do nome nu plural, exclusivamente no que tange a escopo. Observe outros exemplos abaixo, baseados em Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007):

(105)

- a. Os alunos estão procurando livros de física.
- b. Os alunos estão procurando livro de física.

Na sentença em (a), os alunos podem estar procurando um conjunto específico de livros de física (imagine uma situação em que os alunos estão procurando três livros específicos de física), ou ainda a um conjunto aleatório

de livros de física: o nome no plural pode ter escopo estreito e escopo largo, respectivamente. Por outro lado, a sentença em (b) não pode ser para um conjunto específico de livros, logo, o nome no singular tem somente escopo estreito. Assim, temos bons motivos para separar o nome no singular dos plurais nus e, decididamente, dos indefinidos.

Além de não se comportar igualmente ao plural nu no PB, o NNN também não é como o plural nu no inglês, como tem afirmado Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005), Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007). O plural nu em inglês em alguns contextos pode ter uma leitura transparente ou *de re* (cf. Carlson 1977), diferentemente do nome no singular no PB, como vimos até agora.

1.4. Conclusão do primeiro capítulo

Na primeira seção vimos que o NNN no PB tem restrições: ele não ocorre na posição pré-verbal de sentenças episódicas, em alguns contextos preposicionados, na posição pós-verbal de predicados de espécie e em construções do tipo 'y é do x'. Na segunda seção, mostramos que o NNN não se comporta como o indefinido, apesar de ter uma leitura indefinida, porque ele não pode ser um definido. Na última seção, o NNN, comparado com o definido, o indefinido 'um N' e o plural nu, se apresentou somente como não-específico e ele tem mais dificuldade de fazer referência a um referente no mundo do que os demais tipos de nomes comparados.

2- O EMBATE SOBRE A POSSIBILIDADE DA INCORPORAÇÃO NO PB

No capítulo anterior, apresentamos um quadro do NNN no PB e mostramos que ele apresenta apenas escopo estreito e é não-específico. Também assumimos que o nome no singular é neutro para número (Müller 2002, Schmitt e Munn 1999, Munn e Schmitt 2005). Na literatura sobre nomes nus, essas características – ter sempre escopo estreito, ser não-específico e neutro – podem ser explicadas a partir da noção de *incorporação* quando o nome (na posição de objeto) se incorpora ao verbo, para juntos atribuírem a informação semântica (Baker 1988, 1996; Rosen 1989; Van Geenhoven 1998; Farkas e de Swart 2003; Chung e Ladusaw 2004; Dayal 1999, 2003 e 2007; Massam 2001; Johns 2005; Barrie 2006, Dobrovie-Sorin *et al.* 2005, 2006; Dobrovie-Sorin 2007; ...). Este capítulo discute a possibilidade do NNN na posição pós-verbal de sentenças episódicas sofrer o fenômeno da incorporação. A possibilidade da incorporação do NNN no PB não é consensual: de um lado, Saraiva (1997)¹⁶ afirma que a incorporação no PB é um fenômeno produtivo, sem qualquer restrição de classe verbal ou nominal; por outro lado, Carlson (2006)¹⁷ aponta um caminho inverso: no PB, pode não haver incorporação, porque não apresenta o que ele denomina de *efeito de restritividade*, o efeito que formalmente distingue estruturas incorporadas de estruturas não-incorporadas.

2.1. O efeito de restritividade de Carlson (2006)

Carlson (2006: 35) afirma que “the phenomenon of noun incorporation (when a nominal argument in some sense becomes a part of the verb) is a very well-described phenomenon, both formally and, more recently, semantically”. Ele menciona certas propriedades estáveis da incorporação semântica:

“In general, the incorporated nominal is interpreted: 1) as an indefinite, rather than as a definite or some quantified type of noun phrase; 2) the indefinite is a non-specific, rather than specific in import; 3) the indefinite is interpreted as a narrow-scope indefinite only, showing no scoping

¹⁶ Assim como Doron (2003) e indiretamente Müller (2002).

¹⁷ Também Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Lopes (2006, 2008), Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007).

interactions with other logical operators in the same sentence which are typical of syntactically expressed indefinite; 4) the incorporated nominal is interpreted as an existential, and not as a generic indefinite – it lacks the ‘universal’ flavor of true generics (this is in spite of the regular use of the term generic in the descriptive literature); 5) related to (4), the verbs that allow for incorporation are stage-level verbs, individual-level stative predicates like hate or know are systematically excluded; 6) finally, the incorporated nominal is number neutral in interpretation, though in most languages with a singular/plural distinction the count noun forms may easily be taken for be singulars”

É preciso verificar se o NNN no PB apresenta essas propriedades. A primeira propriedade de o nome incorporado ser interpretado como um indefinido está presente no PB: apesar de mostrarmos que o NNN não se comporta como o indefinido (como propõe Müller 2002), no sentido de que não é ambíguo entre escopo largo e estreito, ele se aproxima da leitura indefinida, porque ele é *interpretado* como não-definido. Ainda mostramos que o NNN não pode estar em uma relação de identidade com um referente previamente estabelecido, portanto, não pode ser definido. As propriedades escopo-estrito e não-específico já foram discutidas no capítulo anterior, portanto, podemos afirmar que o NNN no PB apresenta essas duas propriedades. Nesta tese, assumimos os trabalhos de Müller (2002), Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005) que afirmam que o nome no singular é neutro para número, portanto, é lícito concluir que a última propriedade aparece também no PB. Como vimos, o NNN no PB ocorre em sentenças genéricas, episódicas (na posição pós-verbal) e com predicados de espécie (na posição pré-verbal). Na posição pós-verbal, ele ocorre tanto em contextos genéricos quanto com os existenciais; se isso é assim, então o NNN pode se combinar com predicados *individual-level* e *stage-level*:

(106) *individual-level*

- a. Pedro odeia criança.
- b. Joana detesta político.
- c. Pedro ama carro.

(107) *stage-level*

- a. Pedro está comprando carro na loja de Milloti.
- b. Pedro comprou bicicleta ontem.

c. Pedro está vendendo banana na feira.

Das seis propriedades levantadas por Carlson (2006), o NNN apresenta quatro delas à favor da incorporação; ele também apresenta duas que são estranhas para a incorporação: tem leitura genérica e se combina com predicado *individual-level*. Porém, e este é o ponto central de Carlson (2006), tais propriedades podem acontecer em estruturas não-incorporadas, não servindo, portanto, como veredicto para saber se ocorre ou não o fenômeno da incorporação. Ele propõe o *efeito de restritividade* como um diagnóstico para a incorporação.

Entretanto, falta em Carlson (2006) uma definição precisa do que vem ser esse *efeito de restritividade*. Ele nos mostra apenas indícios, a partir de algumas citações, como as seguintes, ficando a cargo do leitor concluir o que significa exatamente essa *restritividade*:

“The semantic domain of the incorporated noun is usually restricted. For instance, in Pawnee, nouns referring to body parts, natural phenomena, foods, and cultural products are regularly incorporated. In fact, terms for body parts are almost always incorporated. On the other hand, personal names (of individuals or tribes), kinship terms, personal names (man, child, etc.), names of animals, and of particular species (of trees, for example), are not usually incorporated. Further, in some languages there are restrictions on the verbs that may take certain incorporated nouns. For instance, in Tiwi, body parts names can be incorporated into only three verbs, *ni-* ‘hit’, *-na* ‘grab’, *-kuwirani* ‘burn’” (Bybee 1985, *apud* Carlson 2006: 43-4)

“Incorporation provides the lexicalized expression of a typical activity” (Axelrod 1990, *apud* Carlson 2006: 44)

“Some activity, quality or activity is recognized sufficiently often to be considered *nameworthy*” (Mithun 1984, *apud* Carlson 2006: 44)

“Noun incorporation in Sm’algyax occurs when a habitual activity towards an object is expressed” (Mulder 1994, *apud* Carlson 2006: 44)

“[the incorporated form] refers to habitual, permanent, chronic, specialized, characteristic or unintentional activities or states, or localized events” (de Reuse 1994, *apud* Carlson 2006: 44)

“Examples with the stem *qora-nm-at-* (‘slaughter reindeer’) can be misleading, as this stem refers to something which, in Chukchi culture, is a unitary activity and is exceptionally *nameworthy* as a focus of ritual activity and the high point of a day. The verb is translated here as slaughter rather than kill as this incorporation is lexicalized to the extent that it only refers to reindeer-killing in its traditional Chukchi cultural context, i.e., killing of a

domestic meat reindeer with a knife in the prescribed manner with all attendant ritual” (Dunn 1999: 223, *apud* Carlson 2006: 44)

“The V-N combination designates a ‘conventional situation-type... a conventional situation-type is a property, state, or activity that occurs frequently or standarty in a contextual frame (...) and has particular importance or relevance in this frame as a recurring property, state, or activity-type” (Borthen 2003: 160, *apud* Carlson 2006: 45)

“(...) incorporation is productive. Although the verbs of possession are the only two Chamorro verbs to serve as hosts of incorporation, the construction is fully productive as far as the incorporated object is concerned. The N of the incorporated object can be any common noun at all, including relational nouns as well as a wide range of other concrete and abstract nouns, whether indigenous or borrowed words” (Chung e Ladusaw 2004: 89-90, *apud* Carlson 2006: 46)

Nessas citações, podemos inferir o que Carlson (2006) está chamando de restrição (*restrictedness*). Essa restrição pode ser um enriquecimento semântico, com alguma significância cultural. Ela pode ser também uma restrição sintática, por exemplo, em algumas línguas, somente objetos diretos sem marcação de caso incorporam ou ainda apenas alguns verbos combinados com alguns nomes permitem a incorporação. Carlson (2006: 46) conclui que “the case of the English bare plurals (and quite possibly Brazilian Portuguese bare singulars) is then excluded because there are no restrictions on their appearance and combination”¹⁸.

Essa afirmação de Carlson (2006) de que no PB não acontece nenhum tipo de restrição para o NNN está baseada no trabalho de Schmitt e Munn (1999): para esses autores, o NNN é aparentemente livre no PB, sintática e semanticamente. Mas, há sim algumas restrições, como aquelas apresentada no primeiro capítulo: o NNN tem dificuldade de ocorrer (i) na posição pré-verbal de sentença episódica; (ii) na posição pós-verbal de predicado de espécie; (iii) em algumas frases preposicionadas (como *Pedro está em *igreja/prisão/loja*). Dessa forma, talvez seja lícito falar em incorporação no PB exatamente porque o NNN apresenta restrições. Há ainda, no PB, alguns exemplos que podem remeter a atividades institucionalizadas:

(108)

¹⁸ Como se percebe, Carlson (2006) apenas abre a possibilidade de não ocorrer a incorporação no PB.

- a. Pedro jogou bola.
- b. Pedro pegou onda.
- c. Pedro tomou café (da manhã) às 7h.
- d. Pedro soltou pipa.
- e. Pedro pulou corda.

Diante dos fatos do PB, a noção de *restritividade* é ambígua: ela pode ser entendida como as restrições mencionadas no primeiro capítulo, que não dizem respeito à incorporação em si, isto é, apenas aos nomes incorporados, mas sobre a ocorrência do NNN como um todo, em todos os contextos, genéricos e episódicos, transitivos e inacusativos e assim por diante. Isto é, considerando todas as possibilidades de ocorrências do NNN, ele tem algumas restrições, aquelas já mencionadas. Mas é possível entender essa noção mais próxima do que Carlson (2006) denomina de efeito de restritividade: restrições que ocorrem quando o nome torna-se incorporado. Isto é, o resultado da incorporação produz algumas restrições: remete a uma atividade institucionalizada (em *chukchi*), refere a partes do corpo (em *pawnee*), ocorre apenas com dois verbos de posse (chamorro). Quanto ao primeiro sentido, o NNN tem restrições, como vimos no primeiro capítulo; acerca do segundo sentido, vamos deixar as conclusões para o final da tese. Até o final da tese, o efeito da restritividade com base no segundo sentido ficará mais claro, nos servindo como baliza para decidir se há ou não incorporação semântica no PB. Mithun (1984) pode nos ajudar a investigar o que podem ser essas restrições no segundo sentido.

Mithun (1984) defende que a incorporação nominal é um processo lexical, não sintático. É um processo que acontece ao longo das mudanças da língua e não necessariamente que acontece ou não em uma determinada língua. Durante a história das mudanças de uma língua, pode ter havido períodos que a incorporação estava presente e em outros, ausente. Se, atualmente, uma língua apresenta a incorporação nominal, é em virtude desse processo histórico-evolutivo da própria língua.

Como há esse fenômeno da incorporação no curso da mudança lingüística, o texto de Mithun (1984) mostra a evolução desse fenômeno com bases em uma grande variedade de línguas. A autora levantou quatro

diferentes funções do processo de incorporação, representadas por quatro tipos de processos de incorporação, que representam o que Carlson (2006) pode estar entendendo por *restritividade*:

Tipo I: Composição lexical: um núcleo verbal e um núcleo nominal (objeto) se combinam para formar um verbo intransitivo que refere a uma atividade única, isto é, o resultado é a formação de um bloco verbo-nome, um conceito unitário; essa combinação faz com que verbo e nome percam sua “saliência” individual, o nome não se refere a uma entidade específica, ele simplesmente modifica o verbo. Observe os exemplos em lahu, língua tibeto-burman. O exemplo em (109) significa que há um licor específico, enquanto em (110), um não-específico. Em (109), há também a marcação do acusativo, já em (110), a composição N+V forma um verbo intransitivo (estrutura de incorporação) (exemplos de Mithun (1984):

(109) j̥i thà dɔ
Liquor acc drink
'to drink (the) liquor'

(110) j̥i dɔ
Liquor drink
'to drink liquor'

Tipo II: manipulação de Caso: esse tipo se assemelha ao Tipo I: em ambos o V e o N perdem seus status de categorias sintáticas independentes; V + N formam um bloco, não marcam definitude, número e Caso. Eles diferem: enquanto Tipo I simplesmente muda a valência verbal, o Tipo II também permite que outro argumento assumo o caso deixado pela incorporação (repare que é uma espécie de manipulação de Caso). No tupinambá, objetos podem incorporar ao verbo transitivo formando um novo verbo transitivo, modificando-o (exemplos de Mithun 1984):

(111) s-oβá a-yos-éy
his-face I-it-wash
'I wash his face'

(112) a-s-oʃá-éy
 I-him-face-wash.
 I face-washed him

Em (111), que não é uma construção de incorporação, o objeto direto é *face*, marcado pelo prefixo *-yos-*. Já com nomes incorporados, como em (112), o objeto direto é o dono da face, marcado por *-s* no verbo. Então, essa função manipula o caso porque permite que outro argumento ocupe o lugar de caso do nome incorporado. O mais interessante, é que na maioria dos exemplos de incorporação encontrados nas línguas são sobre as partes do corpo: *hand-wash, tooth-brush*.¹⁹

Tipo III: manipulação da estrutura discursiva: “still a lexical process” (Mithun 1984: 863). Característica das línguas polissintéticas. O interessante é que a ordem das palavras é regulada pelo discurso: por exemplo, o elemento focalizado na maioria dos casos aparece no início da sentença. O elemento incorporado retoma um referente (ou uma informação velha) já inserido no discurso, como acontece nos exemplos em koryak. Quando a palavra *baleia* foi introduzida inicialmente, ela era um nome independente, depois foi incorporado (exemplos de Mithun 1984):

(113) wutcu ininnin yúni qulaívun. mal-yúnt.
 this.time.only such whale it-come good-while
 gayuny-upényilenau
 they-whale-attacked

‘This is the first time that such a whale has come near us. It is a good one (whale). They attacked it (the whale)’

Tipo IV: este tipo tem como básico a função classificatória. A incorporação do nome qualifica o verbo, classificando-o; isto é, limita a atuação do verbo, diminuindo o seu escopo, seu campo de atuação. A diferença com o tipo I é acerca da possibilidade de outros nomes “tomarem” o lugar de objeto

¹⁹ No PB, essas atividades também são possíveis: cortar unha, escovar dente. Parece que há uma preferência por *lavar a mão* ou *lavar as mãos* no lugar de *?lavar mão*.

do verbo agora classificado. Observe a sentença abaixo, da língua australiana gunwinggu (exemplos de Mithun 1984):

(114) ... bene-dulg-naŋ mangaralaljmayn.

They.two-tree-saw cashew.nut

'...They saw a cashew tree'

(115) ... bene-red-naŋ redgereneni.

They.two-camp-saw camp.new

'... They saw a camp which was freshly made' ('They saw a new camp')

Os nomes *dulg* em (114) e *red* em (115) ao se incorporar ao verbo, classifica-o, ou seja, nessas construções o evento de ver está relacionado apenas a *ver-árvore* em (114), e a *ver-campo* em (115). Como conseqüência, em (114), só é possível ver (sub)espécies de árvores, assim como em (115), (sub)tipos de campo. Repare que esses subtipos e subespécies funcionam como um complemento do verbo modificado pelo nome incorporado. Observe a próxima sentença, na língua polissintética mohawk (exemplo de Mithun 1984):

(116) tohka niyohserá:ke tsi nahe sha'té:ku

Several so.it.year.numbers so it.goes eight

nikú:ti rabahbót wahu-itsy-ahní:nu ki rake'níha

of.them bullred he-fish-bought this my.father

'Several years ago, my father bought eight bullheads.

O elemento incorporado ao verbo em (116) é *itsy* 'fish'. Desta forma, esse elemento qualifica, classifica ou ainda restringe o escopo do verbo, construindo algo como comprar-peixe, portanto, a única coisa que o pai poderia comprar é uma sub(espécie) de peixe, neste caso, 'bullheads'.

O que a Mithun (1984) nos mostra é que essas funções têm um caráter hierárquico: todas as línguas que contêm o tipo IV, contêm o tipo III; se é produtivo na língua o tipo III, nesta mesma língua também será o tipo II; se tem o tipo II em uma língua, esta também terá o tipo I, então

“The implicational hierarchy suggests that, once NI (noun incorporated) appears, it develops along a specific path. The beginning is a type of lexical compounding, in which a N stem and a V stem are combined to form an intransitive V denoting a name-worthy, unitary activity (Stage I). The IN loses its individual salience and syntactic role, becoming simply a component to assume the syntactic role vacated by an IN (Stage II). At this stage, NI affects case relationships within the clause – backgrounding one argument by NI while moving another into a more prominent case role. In polysynthetic languages, the system may be extended to the discourse level. N’s reflecting known or less significant information may be incorporated to narrow the scope of the V without the distractions of a full additional NP (Stage III). Finally, a classificatory system may arise, whereby a generic N is incorporated to qualify the V, while a more specific external NP identifies the implied referent (Stage IV). (Mithun, 1984: 874)

A partir do texto de Mithun, podemos concluir que quando há incorporação do nome ao verbo, de alguma forma, o resultado é uma *atividade institucionalizada*, que os falantes nativos sabem reconhecer. Além disso, a incorporação é restrita a alguns contextos, sejam eles sintáticos e/ou semântico-pragmático. Assim, parece que essas nuances apresentadas por Mithun (1984) acerca dos tipos de incorporação nas línguas estão bem próximas da noção de restritividade de Carlson (2006).

2.2. A análise de Saraiva (1996, 1997)

Saraiva (1997: 14) afirma que no PB há incorporação do objeto NNN ao verbo de forma produtiva, regular e sistemática: “após uma ampla investigação empírica, vê-se confirmada a hipótese de que o fenômeno em tela (incorporação do objeto nu) é um processo sistemático em português”. Ela nos oferece vários exemplos de construções incorporadas²⁰:

(117)

- a. Eu só comprei carro este ano porque você insistiu.
- b. João alugou apartamento durante vinte anos.
- c. Papai sempre lia jornal depois do almoço.

²⁰ Todos os exemplos dessa seção *A Análise de Saraiva (1996, 1997)* são da própria autora, Saraiva (1997).

- d. Eu vou passar roupa à tarde.
- e. Zeca colocou adubo nas minhas plantas.
- f. Pedrinho pôs etiqueta em todos os seus cadernos.

Nesses exemplos, o objeto nu incorpora-se ao verbo e, dessa forma, contribui para a informação semântica como uma unidade V-N:

“Nestes casos (como nos exemplos acima), o nome parece está qualificando o verbo, atribuindo ao seu sentido o conjunto das propriedades que definem a própria classe. Em outras palavras: V + N designam uma subclasse da ação expressa pelo verbo... As expressões buscar menino, catar papel, tocar flauta, beber cerveja, etc. são interpretadas como diferentes tipos de ação. Focalizam-se os eventos e não as entidades envolvidas” (Saraiva 1997: 110)

O ponto chave no texto da Saraiva é mostrar que há incorporação, independente do tipo de verbo e do tipo do nome (concreto, abstrato, coletivo, espécie, massa...), circunstância sintática ou semântica, pragmática, do tempo verbal (presente ou não-presente), do contexto, se genérico ou episódico... O objeto nu, segundo a autora, apresenta uma interpretação identificada pela combinação dos traços [-I] [-M] [-Pr] que, como veremos, são definidos apenas informalmente, mas talvez possam ser vistos como restrições. A autora denomina essa interpretação de incorporada. Ela apresenta uma gama de exemplos dos *possíveis* objetos incorporados e, antes de discuti-los, vamos entender o que ela está chamando de “incorporação”.

Saraiva (1997) afirma que incorporação é um fenômeno diferente da lexicalização ou expressão idiomática. Em primeiro lugar, o fenômeno da incorporação produz expressões produtivas, em contraste com as expressões idiomáticas do tipo *Ela me deu bola naquela festa, mas eu fingi que não percebi*. Para Saraiva, as expressões idiomáticas são mais rígidas quanto à aceitabilidade do desmembramento da combinação lexical (do “bloco V + N”), através de interjeição, tópico, clivagem, foco, determinante, relativas:

- a. *Ela me deu ... ééé ... bola.
- b. *Bola, ela me deu naquela festa.
- c. *Foi bola que ela me deu naquela festa.
- d. *Ela me deu a/aquela bola naquela festa.

Essa intervenção lexical entre o verbo e o nome-objeto desmembraria o elo semântico firmado entre as partes, quando se tratar de expressão idiomática. “Já, com referência às construções sintáticas produtivas, verifica-se uma atenuação nos julgamentos referentes à agramaticalidade da topicalização e da clivagem do SN (Sintagma Nominal) nu objeto” (Saraiva 1997:22): Detalhe, os julgamentos da sentenças abaixo “referem-se a uma leitura não-contrastiva) (Saraiva 1997: nota de rodapé)

(119)

- a. ?Roupa, eu vou passar à tarde.
- b. ?É roupa que eu vou passar à tarde.

Ela afirma, porém, que alguns advérbios são permitidos nas expressões idiomáticas (assim como veremos, alguns são proibidos no que ela denomina de *expressões produtivas* = incorporação):

(120)

- a. Ela me deu a maior bola naquela festa.
- b. Ela me deu muita bola naquela festa.

Também, a incorporação só ocorre quando o objeto é nu e singular, sem qualquer outro elemento lexical: “Por SN nu, estou entendendo o SN constituído somente do nome comum (núcleo) na sua forma básica, sem marca de plural. Já SN pleno refere-se a SNs constituídos do nome. No singular ou no plural, acompanhado de determinantes e/ou modificadores diversos” (Saraiva

1997: 17). Por fim, ela afirma que as expressões idiomáticas, “serão listadas no léxico” (Saraiva 1997: 23).

A primeira crítica a Saraiva (1997) é que não encontramos nenhuma definição semântica do que venha ser o fenômeno da incorporação. Ela não busca formalizar semanticamente o que vem a ser a incorporação e o que a diferencia das demais estruturas não-incorporadas. A autora se restringe a dizer que a incorporação é um processo diferente das expressões idiomáticas e que a incorporação é a junção de V+N, que designa uma subclasse da ação expressa pelo verbo.

Uma das primeiras tarefas de Saraiva (1997) é diferenciar o SN nu do SN pleno. Novamente, são os testes de clivagem, foco/tópico, “interveniência” de advérbios que nos mostram a gramaticalidade quando um verbo se junta a um SN nu ou a um SN pleno, sendo que estes últimos “manifestam um grau de aceitabilidade bem superior” (Saraiva 1997: 26) (repare a questão do tempo verbal):

(121)

- a. Este apartamento, João alugou durante muitos anos.
- b. ?Apartamento, João alugou durante muitos anos.
- c. É a minha filha que vou buscar no colégio às cinco horas.
- d. ??É menino que vou buscar no colégio às cinco horas.

Quanto aos advérbios, Saraiva (1997: 29) discorre principalmente sobre *muito* e *bastante*. Ela afirma que “esses advérbios parecem disputar com o SN nu a colocação imediatamente após o verbo”. Se essa disputa realmente acontece, então, é esperado que esses dois advérbios apareçam imediatamente após o verbo, como nos mostra a agramaticalidade de (a) e (c):

(122)

- a. *Maria buscou menino muito/bastante ao longo de sua vida.

b. Quando morava na praia, Naná hospedou muito/bastante mendigo em sua casa.

c. *Quando morava na praia, Naná hospedou mendigo muito/bastante em sua casa.

Porém, para os demais advérbios, Saraiva (1997: 27) afirma que as construções são agramaticais:

(123)

a.*Fui buscar no colégio menino.

b. *Vou alugar depressa apartamento.

c. *Vou alugar, por R\$ 400,00 mensais, apartamento.

Desta característica de o objeto incorporado andar juntamente com o verbo surge sua primeira generalização (Saraiva 1997: 30):

G1: SN nu objeto elege a posição imediatamente após o verbo como a mais natural para sua ocorrência.

Essa generalização é um tanto estranha: inicialmente, ela tenta diferenciar as expressões idiomáticas das estruturas de incorporação, ao afirmar que aquelas são difíceis de ser desmembradas. No entanto, a autora usa os mesmos argumentos para dizer o que acontece nas estruturas incorporadas: essas não aceitam clivagem, foco/tópico e a “interveniência” de advérbios. Ou seja, ela usa os mesmos argumentos para dois fenômenos que julga diferentes: as expressões idiomáticas e as expressões produtivas. Vamos supor que ela esteja falando em graus de gramaticalidade, sendo as primeiras menos aceitáveis que a segunda. Se for assim, talvez ela possa ter alguma razão.

Saraiva (1997: 31) também examina “a interpretação semântica dos SNs nus na posição de objeto”. Ela afirma que nos nomes nus singulares é

visível a falta de definitude, de referencialidade, de identificabilidade, de foco nos membros integrantes da classe e de quantificação universal. Vamos ver o que cada conceito quer dizer, mas primeiramente dos nomes na posição de sujeito para depois compará-los com os nomes na posição de objeto.

Identificabilidade: “apontar com segurança a entidade a que o SN sujeito se refere... identificar o indivíduo a quem se atribui a predicação... Com esse traço [+ I], quero salientar que se focaliza a identificação do indivíduo em questão... codifica uma entidade bem individualizada, passível de ser destacada, ou seja, diferenciada das demais da mesma espécie” (Saraiva 1997:32). Todos os exemplos abaixo são identificáveis [+I]:

(124)

- a. Este menino incomoda.
- b. Meu filho mais velho trabalhou na Cemig. [+animado]
- c. A casa de Maria está à venda. [-animado]

Os exemplos acima são diferentes dos três próximos, porque nestes “a predicação incomoda cabe para qualquer entidade que possua os atributos que definem a classe ‘menino’, não sendo possível discriminar um subconjunto em particular do conjunto total dos membros constitutivos dessa classe” (Saraiva 1997: 32). Todos os exemplos abaixo são não-identificáveis [-I]:

(125)

- a. Menino incomoda.
- b. Mineiro trabalha em silêncio.
- c. Um mecânico resolveria meu problema.

Foco nos membros integrantes da classe, abreviadamente [+M]:
Esse traço é o mais complicado de ser entendido, porque não se sabe exatamente o que ela denomina de *foco* e, principalmente, o que ela entende

por *membros*. Ela nos oferece algumas informações, circulares, do que possa ser tal traço: “focalizam os membros integrantes das classes consideradas... ou seja, a asserção é feita sobre entidades componentes desses grupos... o SN não é interpretado apenas como um conceito, um feixe de atributos que caracterizam uma classe. Antes o que interessa aí são as entidades portadoras de tais atributos” (Saraiva 1997: 33). Nos exemplos abaixo, em (126) e (127), todos os SNs sujeitos compartilham esse traço [+M]²¹. Esse traço pode se manifestar ou na sua “totalidade, isto é, (quando) cobre-se toda a extensão do conjunto” (Saraiva 1997: 33) ou através de uma “relação de subconjunto” (Saraiva 1997: 34) quando “há um recorte na extensão do nome” (*idem*). Quando é total, o traço é denominado de quantificação universal, quando não, partitivo:

(126) Universal [+U] [+M]:

- a. Todo/qualquer menino incomoda.
- b. Para todo X, se X é menino, X incomoda.

(127) Partitivo [-U] [+M]:

- a. Alguns mosquitos provocam doença.
- b. Pombos sobrevoaram o Palácio durante cerimônia.

Daí se segue seu primeiro quadro dos traços componentes da interpretação de SNs:

(128)

- | | |
|---|---------|
| a) Identificabilidade | [+/-I] |
| b) Foco nos membros integrantes da classe | [+/- M] |
| c) Quantificação Universal | [+/- U] |

²¹ É muito difícil entender essa noção de foco nos membros integrantes na classe, porque ele pode ser ao mesmo tempo [+U] e [+M].

A partir desse quadro, Saraiva (1997) mostra algumas interpretações possíveis para os SNs, representadas pelos exemplos abaixo, respectivamente:

(129)

- a) Identificável - caracterizada pela matriz [+I] [+M] [-U]
- b) Atributiva - caracterizada pela matriz [-I] [+M] [+U]
- c) Partitiva - caracterizada pela matriz [-I] [+M] [-U]

- a. O leite desnatado da Nestlé é muito saboroso. (identificável)
- b. Uma mulher não seria aceita para este cargo. (atributiva)
- c. Poucos carros são tão econômicos como este. (partitiva)

Observação 1: “no que concerne ao tipo de predicação (genérica/habitual, hipotética ou eventos reais/perfectivos), parece não haver restrições quanto à ocorrência de SNs identificáveis e partitivos como sujeitos” (Saraiva 1997: 38):

(130)

- a. Alguns empresários roubam/podem lucrar com a venda de carros importados.
- b. Alguns empresários sonegariam impostos se pudessem.

Observação 2: “quanto aos atributivos, a distribuição desses elementos é mais limitada, uma vez que só podem ser sujeitos de predicados genéricos ou que exprimem eventos, de alguma forma não-reais. Eventos codificados como reais são incompatíveis com sujeitos representados por SNs interpretados atributivamente” (Saraiva 1997: 38):

(131)

- a. *Menino me aborreceu ontem.

b. Menino incomoda/atrapalharia meus planos.

Explicação 1: Por que a sentença *‘menino me aborreceu ontem’ é agramatical? Porque o nominal *menino* por compartilhar os traços [-I] [+M] [+U], característicos da interpretação atributiva configura uma “incompatibilidade com verbos que codificam eventos reais... o SN *menino* cobre toda a extensão da classe. Daí sua incompatibilidade com a predicação *me aborreceu ontem* que só se mostra adequada para SNs que codificam um recorte na classe em questão, que destacam uma entidade dentre as demais do grupo considerado” (Saraiva 1997: 41-2).

Observação 3: possibilidade de retomada por pronomes pessoais de mesmo gênero e número, abreviado por [Pr]. Segundo a autora, esse traço [Pr] é “supérfluo” porque tanto os identificável e partitivo quanto o atributivo “ilustram a alternativa [+Pr]”. Observe a diferença entre (b) e (c) (Saraiva 1997: 40 e 44):

(132)

a. [O seu café]_i não me provocou insônia como temia. Ele_i é mais fraco que o daqui de casa. (identificável)

b. Pombos_i sobrevoaram o Palácio durante a cerimônia, mas não consegui fotografá-los_i. (partitivo)

c. Menino_i incomoda. *Ele_i só faz o que não deve. (atributiva)

d. [Uma criança]_i atrapalharia meus planos. *Por isso não a_i quero em minha casa. (atributivo)

e. [Um mecânico]_i resolveria meu problema, mas eu não o_i suportaria por muito tempo. (atributivo)

Perceba que as leituras atributivas, em particular os dois últimos exemplos, podem compartilhar os traços [-Pr] e [+Pr]. Então, a autora descarta esse traço [+/-Pr] para definir as interpretações do sintagmas nominais “por se mostrar superfluo” (Saraiva 1997: 44). Essa posição da autora é um tanto

precipitada. Se observarmos a sentença em (c), com o nome nu singular, aparece apenas a sua incapacidade de ser retomado pronominalmente, isto é, ele apresenta o traço [-Pr]. A autora percebe que esse traço é relevante quando quer afirmar que a retomada pronominal do objeto incorporado é impossível, tendo em vista que ele não é transparente discursivamente, aliás, uma caracterização importante para o traço [-M] (do objeto incorporado).

Na parte da interpretação incorporada do SN nu objeto, a autora afirma que o nome nu como *menino* possui o traço [-M], diferentemente de todos os outros nominais. Em seguida, Saraiva (1997: 54-59) discorre:

“objetos incorporados não introduzem participantes no discurso (Givón 1984)... não são passíveis de se tornar tópico do discurso, isto é, aquilo a respeito de que se pretende falar (Pontes, 1987: 13)... não introduz um participante do discurso... não destaca os membros constitutivos de sua classe, sendo interpretado apenas como um feixe de propriedades definitórias. Ora, para que um SN possa codificar um participante do discurso é necessário que [+M] faça parte de sua matriz semântica... Reconhecer que devem ser marcados [-M] implica que o conjunto das propriedades que descrevem o nome (que definem a sua classe) é que são o foco de atenção, não os membros integrantes da classe. Ora, para que um constituinte receba o traço [+E] é necessário que, de um modo ou de outro, as entidades de um conjunto sejam destacadas. Não sendo esse o caso do objeto incorporado, necessariamente será marcado [-E]... ao focalizarem as propriedades que definem a classe do nome, e não as entidades que as portam, os SNs com leitura incorporada nivelam os dois casos (contáveis x não-contáveis), tornando desnecessária a referida distinção”

Para a autora, o nome incorporado possui a seguinte matriz:

(133) [-I] [-M] [-Pr].

A autora conclui que o objeto incorporado é um fenômeno extensivo no PB e pretende defender duas hipóteses iniciais:

Hipótese 1: “A leitura incorporada é incompatível com SNs objetos portando quaisquer elementos à esquerda do núcleo funcional” (1997: 62)

Hipótese 2: “A emergência da interpretação incorporada do SN nu objeto é um fenômeno sistemático em português, ou seja, é independente de condicionamentos léxicos, quer da parte do verbo, quer da parte do nome” (1997: 68).

A autora conclui que o objeto nu se incorpora ao verbo. Observe as próprias palavras da autora sobre o exemplo *Fui buscar menino no colégio às cinco horas*:

“trata-se dos casos em que o conjunto **Verbo + Sintagma Nominal** traduz uma idéia unitária, passando a designar um tipo de ação ou processo expresso pelo verbo”. (Saraiva, 1997: 48)

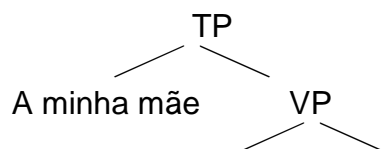
“Assim, por exemplo, não se está considerando a classe ‘menino’ sob a totalidade dos elementos que a compõem, ou seja, não se está interessado em cobrir a extensão do conjunto. (Saraiva, 1997:48)

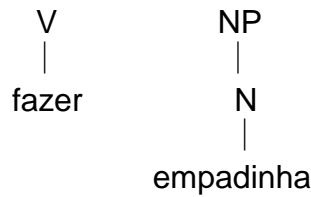
“Na verdade, não interessa se o falante buscou um menino apenas, uma menina e um menino, vários meninos e meninas, etc. Em quaisquer dessas circunstâncias, continuaria sendo apropriado o uso da referida estrutura, já que aí focaliza-se o que foi feito - o evento – e não a entidade menino.” (Saraiva, 1997: 49)

“Está em jogo o conjunto total das propriedades que caracterizam a descrição ‘menino’. O nome aí é considerado um ‘feixe de traços’. Sendo assim, o sentido do nome, nesse exemplo, associa-se tão intimamente com o sentido do verbo, que os dois elementos, verbo + SN, passam a formar um todo semanticamente coeso, a traduzir uma idéia unitária (...) Em outras palavras: o conjunto verbo + SN passa a designar um tipo de ação ou processo expresso pelo verbo: buscar menino é interpretado como uma modalidade de ação diferente de alugar apartamento, comprar carro, tocar flauta, passar espanador, tomar café, viajar, cantar, etc” (Saraiva, 1997: 50)

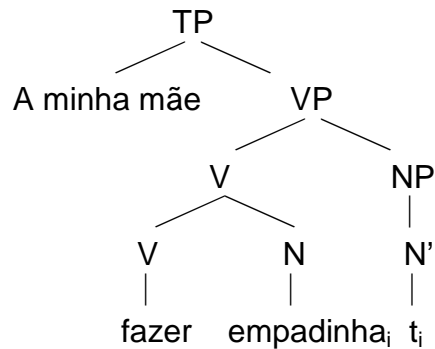
A autora vai além de afirmar que a incorporação é um processo produtivo no PB: ela oferece uma análise sintática inspirada em Baker (1988). Como o nome na estrutura profunda (134) reúne os pré-requisitos para se incorporar ao verbo, “aplicar-se-á a regra sintática de incorporação do nominal objeto ao verbo” (Saraiva 1997: 139), produzindo a estrutura superficial (135):

(134) Estrutura profunda





(135) estrutura superficial



Esse movimento de núcleo é sujeito à Restrição de Movimento de Núcleo (RMN) (o *head movement constraint* (HMC), de Travis 1984):

(136) RMN: “um x^0 só pode se mover para um y^0 que o rege propriamente”.

Segundo a autora, essa condição é satisfeita no decorrer das estruturas acima: o núcleo nominal *empadinha* aparece imediatamente unido ao núcleo verbal, isto é, o verbo rege o nome, porque ele o c-comanda e não há entre o verbo e o nome nenhuma barreira, segundo Saraiva (1997:140):

“Observe-se que X^0 (o nome *empadinha*) aparece unido a Y^0 (o verbo *fazer*), que rege o SN do qual o N era núcleo na estrutura profunda. Isso significa que o N rege seu traço (através da relação antecedente/traço): ele o c-comanda e não há, entre *empadinha_i* e *t_i*, nenhuma barreira”.

Obviamente, essa incorporação acontece porque na sentença acima o nome não tem determinante. Saraiva (1997: 134) propõe que a incorporação tem que seguir (137):

(137) Categorias, o nome incorporado expande-se apenas até o limite da projeção máxima lexical – NP –, não se integrando na categoria funcional DP.

Saraiva (1997) ao fazer sua proposta, se sustenta em Fukui (1986: 76) (*apud* Saraiva 1997):

“Nenhuma posição (não-nuclear) na estrutura sintática pode ser licenciada apenas por uma condição de boa-formação como o esquema X-barras. Assim, para que alguma entidade sintática esteja presente na estrutura sintática, é necessário que a entidade seja licenciada por alguma relação sintática.”

Seguindo Fukui (1986), a autora afirma que não há no objeto incorporado do PB nenhuma relação gramatical que justifique a projeção do DP. As motivações podem ser resumidas pelas sentenças abaixo (Saraiva 1997: 132):

(138) Zé sempre lia jornal à noite.

(139) Zé sempre lia este/um/algum/seu jornal à noite.

(140) Zé sempre lia diversos/todos os jornais à noite.

Para a autora, nos dois últimos exemplos, os objetos destacam as entidades em questão, portanto possuem o traço [+M], focalizando os membros integrantes da classe que o nome descreve. Isso é o suficiente para que o DP seja projetado, diferentemente da primeira sentença, cujo processo de incorporação está presente. Observe ainda a citação de Saraiva (1997: 132):

“Retomem-se, a título de demonstração, os traços semânticos característicos do objeto incorporado: [-I, -M, -Pr]²². A leitura [-M] prevê que nenhum constituinte pode ocorrer, dentro do grupo nominal em português, à esquerda do nome incorporado, mesmo que apresente apenas traços gramaticais e não seja fonologicamente representado. Quando determinantes ou quaisquer outros elementos da área esquerda do NP se fazem presentes no grupo nominal, *desincorpora-se* o objeto ou, dito de outra forma, obtém-se uma leitura [+M] do constituinte em questão”

Saraiva (1997: 133) propõe a seguinte análise:

(141) “Para que entidades possam ser semanticamente focalizadas num grupo nominal, é necessário que esse tenha o estatuto categorial de DP (ou D’).”

²² I = identificável; M = foco nos membros; Pr = pronominal.

A autora une a idéia do NNN não ser DP com a idéia de o mesmo possuir o traço [-M] para explicar porque o objeto incorporado é um processo produtivo entre os falantes do PB: o objeto se incorpora ao verbo porque ele não é DP e nem tampouco possui o traço [+M]. Por fim, falta explicar a questão do Caso. Seguindo o pensamento de que os objetos nus não se estendem até o DP, a autora (1997: 140) afirma que “o NP nu não pode receber Caso do verbo”. Ela dá os seguintes exemplos para motivar essa previsão no PB:

(142) *Ontem eu busquei menino_i; às cinco horas, mas hoje vou buscá-lo_i mais cedo.

(143) Ontem eu busquei este menino_i; às cinco horas, mas hoje vou buscá-lo_i mais cedo.

A primeira sentença “é estranha devido ao fato de o clítico acusativo – (l)o – referir-se ao NP nu menino”. Já na segunda, o DP “admite que o clítico destacado o retome” (Saraiva 1997: 140-141). Como o nome nu não tem DP, então, ele não pode licenciar outro elemento sintático, algo previsto por Fukui (1986: 76), como já visto: “para que alguma entidade sintática esteja presente na estrutura sintática, é necessário que a entidade seja licenciada por alguma relação sintática”. Com o DP, o clítico pode ser licenciado e a sentença torna-se gramatical.

Então, para a autora, a incorporação no PB é resultado da incorporação sintática e, segundo Saraiva (1997: 141),

“Na forma lógica, componente da gramática responsável pela atribuição do papel-teta, a incorporação sintática é interpretada como incorporação semântica, produzindo-se, assim, o efeito de **V+N** como uma idéia unitária... com isso quero afirmar que a incorporação, além de licenciar o SN nu objeto, ainda é o *input* para a leitura de **V+N** como um subtipo de ação, ou seja, a função classificadora do nome em relação à ação expressa pelo verbo”.

2.3. Resumo do segundo capítulo

Este capítulo coloca a questão central da incorporação com base em dois textos: o de Carlson (2006) e o de Saraiva (1997). Por um lado, Saraiva (1997) afirma que no PB a incorporação do nome ao verbo é um fenômeno

produtivo; por outro, Carlson (2006) conclui que a incorporação somente acontece mediante o que ele chama de efeito de *restritividade*, embora o autor não seja preciso na definição desse efeito, apesar de considerá-lo como o diferenciador formal de estruturas incorporadas das não-incorporadas, ele abre a possibilidade de não haver a incorporação no PB. Como vimos, de acordo com Saraiva (1997), o objeto incorporado não apresenta nenhuma restrição: nem sintática, nem morfológica, nem semântica e nem pragmática. Então, se for realmente como descreve Saraiva (1997), o PB parece não apresentar o efeito de *restritividade* de Carlson (2006). Saraiva (1997) poderia afirmar que, pelo contrário, o NNN tem alguma restrição semântica: ele apresenta a seguinte matriz [-I] [-M] [-Pr]. Apesar da dificuldade de discriminarmos formalmente tais traços, vamos admitir a hipótese que há essa restrição semântica. Um outro problema é que não temos uma clara noção do que Carlson (2006) entende por *restritividade*.

Portanto, a conclusão de Saraiva (2007) é: se um nome nu NP – o nome nu não se estende até a categoria DP – aparece na posição de objeto, imediatamente adjacente ao verbo, então, ele se incorpora ao verbo, um movimento de núcleo a núcleo.

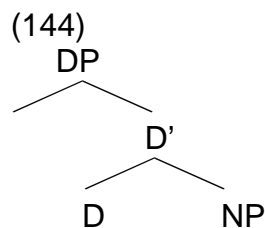
No próximo capítulo, vamos apresentar propostas de tratamento para o NNN com base na hipótese de que não há incorporação no PB, e que as propriedades de escopo estreito, não-específico e neutro para número podem ser explicadas puramente pela própria estrutura sintática do DP. Vale lembrar que a incorporação somente acontece quando temos um N⁰ ou um NP; se o nome nu singular for um DP, a incorporação não é possível. Então, diante de teorias que descrevem o nome nu singular no PB como sendo um DP, não podemos falar em incorporação, como veremos no próximo capítulo.

3. A NÃO-INCORPORAÇÃO NO PB: O NNN ENTENDIDO COMO DP²³

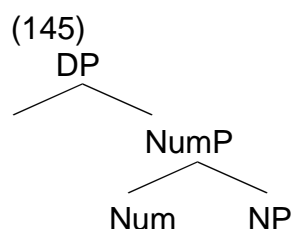
Neste capítulo, apresentamos uma teoria em que o NNN no PB não se incorpora nem sintática nem semanticamente ao verbo. Nessa abordagem teórica, o NNN é um DP e, como já mencionado, somente N⁰ ou NPs podem participar de estruturas de incorporação. Então, as questões de escopo estreito, não-especificidade, ser neutro para número e opacidade em contextos intensionais do NNN têm de ser explicadas sem apelar à noção de incorporação semântica, baseando-se apenas na hipótese de que elas devem vir da própria estrutura do DP.

3.1. NNN: DP ou NP?

É possível pensar os nominais no PB a partir de Abney (1987). Imagine, então, a seguinte estrutura do nominal no PB:



Entretanto, essa estrutura pode ser estendida, a partir de propostas que afirmam que NumP²⁴ é uma categoria funcional para número (Ritter 1991; Carstens 2000) e, para o PB, a projeção NumP é uma opção disponível (Schmitt e Munn (1999), Munn e Schmitt 2005, Lopes 2006, Simioni 2007, Augusto *et al.* 2006...):



²³ Do inglês, *Determiner Phrase*.

²⁴ Do inglês, *Numeral Phrase*.

Desde as primeiras discussões sobre o paralelismo entre as estruturas dos nomes e as estruturas das sentenças, é consenso que não somente essas últimas têm categorias funcionais, mas também que os nominais compartilham tais projeções. Assim, é comum a idéia de que o DP é a projeção estendida do nominal. Essa categoria funcional coloca muitas questões: por exemplo, se o DP é responsável pelas leituras definidas e específicas ou se o DP é uma fase ou não. Ainda, DPs são entendidos como argumentais (Longobardi 1994, 2002, 2004), no sentido de que devem ser sempre projetados para se ter argumentos nominais. De uma forma ou de outra, o que todos fazem é ajustar as semelhanças entre DP e CP, como aponta Zamparelli (2000 e 2005).

A questão é saber qual a denotação do NNN no PB, então, não é trivial nos perguntarmos, se ele é DP ou NP²⁵, melhor, quais são as projeções do NNN. Ainda mais porque no PB não há consenso sobre a estrutura sintático-semântica do NNN: para Saraiva (1997), o nome nu singular é um NP, isto é, não se projeta até DP; para Müller (2002), o nome nu singular é um NP, entendido como um indefinido, nos moldes de Heim (1982); Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005) e Kester & Schmitt (2005), um DP com determinante nulo e sem a projeção de NumP; por fim, Lopes (2008, no prelo) afirma que o nome nu singular no PB pode ter duas formas: em situações genéricas, ele é um DP com determinante nulo, que não projeta NumP; em contextos episódicos, ele é a fusão de D/NumP. Nesta seção, ilustramos essas diferentes visões da estrutura sintático-semântica do NNN, porque se ele for entendido como DP, ele não pode ser incorporado ao verbo²⁶.

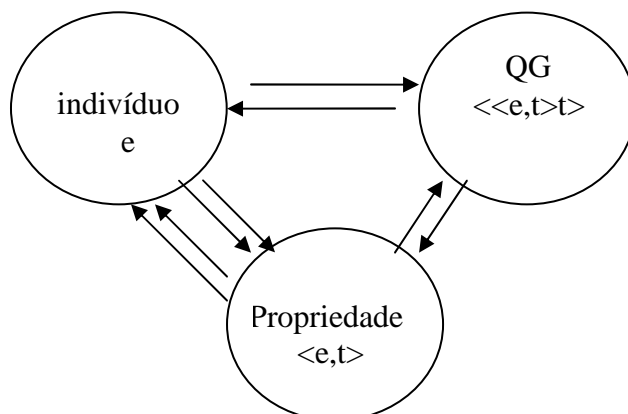
Independentemente desse olhar sintático sobre a estrutura do DP²⁷, Partee (1987) propõe operações de mudança de tipo para os nominais: eles são ambíguos entre leitura referencial, do tipo *e*, leitura predicativa, do tipo *<e, t>*, e leituras quantificadas do tipo *<<e, t>t>*. Tais operações permitem que o nominal passe de um tipo a outro, recursivamente, limitadas a certas condições que podem se manifestar diferentemente entre as línguas. Observe o triângulo

²⁵ Do inglês, *Noun Phrase*.

²⁶ Essa questão está ligada ao fato de que NPs são compreendidos como propriedades e somente propriedades podem incorporar. Mas, Emmel (2005) mostra que há incorporação no alemão de Pomerode, ainda com o DP e se não incorpora a sentença fica agramatical.

²⁷ Partee (1987) ainda falava apenas em NP: o título do texto é *Noun phrase interpretation and type-shifting principles*.

de Partee (1987), que representa as possibilidades de mudanças entre os três tipos semânticos:



Partee (1987) denomina o nome de cada operação de mudança de tipo (no original, *type-shifting*):

- a. $e \rightarrow \langle e,t \rangle : Id$
- b. $\langle e,t \rangle \rightarrow e : \iota\text{-operator}$
- c. $e \rightarrow \langle e,t \rangle : Up^{‘U’}$
- d. $\langle e,t \rangle \rightarrow e : Down^{‘\iota’}$
- e. $e \rightarrow \langle \langle e,t \rangle t \rangle : Lift$
- f. $\langle \langle e,t \rangle t \rangle \rightarrow e : Lower$
- g. $\langle e,t \rangle \rightarrow \langle \langle e,t \rangle t \rangle : \exists$
- h. $\langle \langle e,t \rangle t \rangle \rightarrow \langle e,t \rangle : BE$

O operador *up*^{‘U’} mapeia indivíduos em propriedades e o operador *down*^{‘\iota’} propriedades em indivíduos. *Be* é um operador (de Montague) que pega quantificadores generalizados e os devolve como propriedades. De propriedades a quantificadores generalizados, entra em ação a operação de fechamento existencial. De quantificadores generalizados a indivíduos e vice-versa são ligados via operação *lower* e *lift* respectivamente. Os indivíduos e os quantificadores generalizados são argumentos e as propriedades equivalem a predicados. Os operadores ‘U’ e ‘\iota’ são versões intensionais dos operadores *Id* e ι (extensionais).

Como se percebe, há dois paradigmas para os nominais: um sintático, iniciado por Abney (1987), outro semântico, que tem o trabalho de Partee (1986) como potencial. Há ainda propostas teóricas que propõem a interface sintaxe-semântica para os nominais, exatamente porque projeções sintáticas estão ligadas a operadores semânticos correspondentes. Em diferentes versões, Winter (2000) e Zamparelli e Heycock (2005) propõem que os nominais têm que estar inseridos em uma abordagem que vise à interface sintaxe-semântica. Winter (2000) busca conciliar o paradigma sintático (Abney 1987) com o paradigma semântico (Partee 1987) para a estrutura do nominal: cada projeção sintática desencadeia um tipo semântico. Ele se distancia de Partee (1986) porque o nominal apresenta apenas duas leituras: predicativa (NP) e quantificacional (DP): do tipo $\langle e, t \rangle$ e do tipo $\langle \langle e, t \rangle, t \rangle$, respectivamente. Para ele, NP é puramente predicativa (-Q), enquanto DP é puramente quantificacional (+Q). Então, a mudança de tipo ocorre entre esses dois tipos, a partir de dois operadores: de predicados a quantificadores é a operação *choice function* de Reinhart (1997) e Winter (1997), e o inverso vem via operador *minimum* de Winter (1996). Portanto, há teorias que procuram trabalhar dentro da interface sintaxe-semântica.

A outra versão que busca a interface sintaxe-semântica dos nominais vem de Zamparelli e Heycock (2005) (doravante, Z e H 2005). Para os autores, o DP é a projeção estendida do nome, e entre o DP e o NP, há possivelmente outras categorias. Z e H (2005: 12) propõem a seguinte estrutura do DP: “although (146) is not meant to be a complete structure for the noun phrase, we will work under the hypothesis that the layers in (146) constitute the minimal structure necessary to obtain a quantificationally correct denotation for noun phrases”:

(146)

a. [DP *Det* [NumP *Num* [P/P *PI* [NP (*Modificador*) *Nome* (*modificador*) (*Compl*)]]]]]

b. [DP *Estes* [NumP *poucos* [P/P *PI* [NP *artigos de lingüística*]]]]]

O NP é o lugar do nome e de adjetivos atributivos; o *P/P*²⁸ seria o lugar onde as denotações plurais seriam ativadas; NumP desencadeia números cardinais, possivelmente outros determinantes fracos, como o indefinido fraco; o DP é encarregado de gerar os determinantes fortes (artigos definidos, demonstrativos, quantificadores existenciais e *most*) e ainda *some* e *no*. Como podemos ver, então, cada categoria funcional manifesta sua semântica ou, melhor, cada projeção sintática mapeia uma informação semântica apropriada. Assim, a combinação do paradigma sintático com o paradigma semântico pode resultar diferentes análises, com o mesmo propósito: derivar a interface sintaxe-semântica dos nominais.

Toda essa discussão sobre o paradigma sintático ou semântico e a interface sintaxe-semântica dos nominais nos serve como argumentos para afirmar que as análises do NNN no PB variam, pois tais propostas caminham por esses diferentes paradigmas: mais perto do paradigma sintático, temos Lopes (2006 e 2008); do paradigma semântico, enquadra-se Müller (2002) e em uma abordagem que visa à interface sintaxe-semântica, aparece Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005). Antes de discutirmos essas teorias que afirmam que o NNN é um DP, vamos passar rapidamente por Müller (2000, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2004): tal como Saraiva (1997), aquela autora afirma que o NNN é um NP.

3.2. Müller (2000, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2004)

Como vimos no primeiro capítulo, para Müller (2002), o NNN é um indefinido nos moldes de Heim (1982). Müller (2004: 91) é mais incisiva: "vou defender que nominais nus sem número são sintagmas nominais (NPs) e não sintagmas determinantes (DPs)". Ela assume a teoria de DP do Longobardi e termina apontando para incorporação semântica, à la Van Geenhoven (1998).

Müller (2004) afirma que a posição ocupada pelo NNN não é a de sujeito, isto é, não se trata de uma posição argumental, mas sim a de foco (ou tópico), uma posição não-argumental (que é explicação de Chierchia (1998) para os nomes nus no italiano). Observe a sentença:

²⁸ A nomenclatura original de *P/P* é "Kind Phrase", de NumP, "predicative DP", de Zamparelli (1998).

(147) Carros são movidos à gasolina.

A sentença acima pode ser uma resposta apropriada para uma pergunta do tipo

(148) O que é movido à gasolina?

(149) Carros são movidos à gasolina.

A informação nova desta sentença vem do nominal *carros*, portanto, *carros* pode estar na posição de foco, o que legaliza a sua posição: “this is plausibly due to the fact that the bare plural in preverbal position is licensed only in Focus Phrase (and not in subject position)” (Chierchia: 1998b). Ela também pode ser uma resposta apropriada para um pergunta do tipo

(150) Carros são movidos a quê?

(151) Carros são movidos à gasolina.

Na sentença (151), o nominal *carros* é o conteúdo compartilhado à pergunta e à resposta, logo, é tópico da sentença (151). Segundo a autora, a liberdade que o plural nu se coloca livremente na posição sujeito nos motiva a afirmar que ele possa estar na posição de foco ou tópico.

Müller (2004: 89) oferece essa mesma solução para o NNN no PB: “o sujeito nominal nu no PB não é um verdadeiro sujeito, mas sim um tópico sentencial que ocupa posição externa à sentença”, isto é, ocupa a periferia esquerda da sentença, de acordo com Rizzi (1997). O argumento de Müller (2004: 91-2) de que o NNN não pode ocupar a posição de sujeito é que “NNs são equivalentes a substantivos comuns e não a expressões nominais plenas como nomes próprios, descrições definidas ou expressões quantificadas. Por serem NPs, e não DPs, eles não podem ocupar posições argumentais como a posição de sujeito (cf Longobardi 1994)”. Uma das evidências de Müller é que os nominais nus “nunca são específicos” (Müller, 2004: 92). Os dados de Müller

são as sentenças (152) e (153): na primeira, não há uma leitura específica, ao contrário da segunda que é ambígua: (153) tanto informa que tem uma mulher determinada (específica) quanto pode ser qualquer mulher (indefinida):

(152) Jorge procura mulher.

(153) Jorge procura uma mulher.

Um dos alvos de Müller (2004) ao escrever esse argumento é o texto de Schmitt e Munn (1999:12), pois esses afirmam que, pelo contrário, os nominais nus são DPs, e não NPs: “bare singulars in BP are best analysed as DPs with empty determiners, but lacking Number”. Vamos à discussão, então, desses autores.

3.3. Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005) e Kester & Schmitt (2005)

Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005) estão em uma mesma subseção, porque eles compartilham a visão de que o nome no singular no PB é um DP, com determinante nulo e sem projeção de NumP: esses autores se baseiam em Longobardi (1994, 2001). Longobardi (1994) afirma que um nome pode se movimentar de N (núcleo nominal) a D (núcleo do determinante), na sintaxe ou em forma lógica²⁹. O DP é uma projeção funcional responsável pela interpretação semântica em LF e, portanto, deve ser projetada. Neste sentido, todos os argumentos têm que ser introduzidos por D: nas palavras de Longobardi (1994: 620): “a nominal expression is an argument only if it is introduced by a category D”.

O DP é entendido como uma projeção que determina definitude e referencialidade e que pode ser ocupada por determinantes, demonstrativos, nomes próprios e pronomes. Para Longobardi (1994), D pode ou não ter realização fonológica; por exemplo, o plural *nu* no inglês é DP com

²⁹ Tipos de movimentos presentes no programa minimalista de Chomsky 1995: movimento aberto e movimento encoberto, respectivamente.

determinante nulo. Se o determinante é nulo ou não, parece ser apenas uma questão fonológica³⁰.

Há diferenças entre DP e NP, segundo Longobardi (1994: 628):

“DP can be an argument, NP cannot... DP can certainly be licensed as an argument or a predicate (e.g., many copular or small clause constructions). NP was shown not to be able to assume argument function unless introduced by an overt or empty determiner (i.e., unless the complement of a D position). NP can only be licensed through a predicative interpretation. I propose, then, to enlarge the notion of predication so that NP can be syntactically predicated of the head selecting it, namely, of a D”.

Schmitt e Munn (1999) assumem essas assunções de Longobardi (1994), mas o principal interesse dos autores é mostrar que o parâmetro nominal de Chierchia (1998a e 1998b) está errado: a evidência é exatamente o NNN no PB em posição de argumento.

A proposta de Chierchia (1998) é uma retomada da abordagem de Carlson (1977, 1982), acerca dos plurais nus no inglês. Carlson (1977) propõe que a semântica dos plurais nus no inglês tem algumas características:

- Eles não são lexicalmente ambíguos, se há ambigüidade, ela vem dos diferentes tipos de predicados;
- Eles são sempre nomes próprios de espécie que variam dependendo dos diferentes tipos de predicados que a eles se aplicam. Se predicado-de-indivíduo, a leitura é genérica, se predicado-de-estágio, existencial.

Chierchia (1998) afirma que a sua abordagem é neocarolsoniana, pois “bare arguments unambiguously refer to kinds” (1998b: 341). Há semelhanças e diferenças entre, particularmente, as línguas germânicas e românicas, por exemplo, “in both, bare singular arguments are totally impossible (if the noun is not mass). Bare plurals and bare mass nouns are grammatical in Germanic while in Romance either they are not (French) or they have a much more limited distribution (Italian, Spanish, etc)” (1998b: 341).

³⁰ Boskovic (2008) mostra que as diferenças sintáticas e semânticas dos nominais não podem ser reduzidas simplesmente à realização fonológica ou não do determinante, mas se eles são NPs ou DPs. Em outro sentido, Escribano (2006) propõe que todos os nominais sejam NPs.

A proposta de Chierchia está distante da “abordagem da ambigüidade” (em inglês, *ambiguity approach*), porque nessa abordagem, (i) os *bare plurals* no inglês são ambíguos: os nominais podem possuir uma leitura de referência à espécie e outras vezes uma leitura existencial; há variáveis na representação semântica; (ii) indefinidos e argumentos nus são interpretados como variáveis que são passíveis de fechamento existencial ou de quantificação pelo operador genérico; (iii) o domínio do fechamento existencial é o VP ou IP (nos moldes de Diesing 1992). Em Chierchia, os nominais se comportam como nome próprio, sem variável livre.

Portanto, os nomes nus plurais no inglês referem à espécie, que é um “indivíduo descontínuo” (Chierchia, 1998b: 348). Há uma correspondência entre propriedade e espécie, pois ‘baleia’ pode ser a propriedade de ser baleia, isto é, pertencer ao conjunto de baleias, ou ser a espécie-baleia. Segundo Frege (1892), qualquer propriedade tem uma contraparte individual. Chierchia (1998b: 349) retoma essa afirmação de Frege: “The individual counterparts of the properties associated with common nouns are kinds”. Contudo, “I am not saying that Kinds are individual concepts” ... Kinds will generally have a plurality of instances” (1998b: 350). Chierchia (1998b: 348) acrescenta:

“Kinds are generally seen as regularities that occur in nature. They are similar to individuals like you and me, but their spatiotemporal manifestations are typically discontinuous. To any natural property, like the property of being a dog, there corresponds a kind, viz, the dog-kind. Conversely, any natural kind will have a corresponding property (the property of belonging to that kind). By ‘natural’ kinds, we do not necessarily mean just biological ones or even ‘well-established’ ones. Artifacts (like chairs or cars) or complex things (like intelligent students or spots of ink) can qualify as kinds... What counts as kind is not set by grammar, but by the shared knowledge of a community of speakers. The correspondence between (natural) properties and kinds suggests that there must be ways i.e. functions to get from the one to the other...”

A mudança de propriedade a espécie e de espécie a propriedade, acontece via dois operadores: \hat{n} e \hat{u} , respectivamente. Em outras palavras, o operador *down* nominaliza, no sentido que o resultado é do tipo *e*, enquanto o operador *up*, predicaliza, porque o resultado é uma propriedade, do tipo $\langle s \langle e, t \rangle \rangle$. Dito de outra forma, na gramática universal tem que haver, pelo menos,

duas operações disponíveis: uma operação de nominalização de propriedade e uma de predicalização de espécie.

O operador up^U é definido como se segue, segundo Chierchia (1998b: 350):

(154) Suponha que d seja espécie. Então para qualquer mundo/situação s ,

$$up^U = \begin{cases} \lambda x [x \leq d_s], & \text{se } d_s \text{ é definido} \\ \lambda x [\text{FALSO}], & \text{em outra situação} \end{cases}$$

Onde d_s é o indivíduo plural que une todos os membros atômicos da espécie.

Por outro lado, o operador $down^{\cap}$ é assim definido, ainda segundo Chierchia (1998: 351):

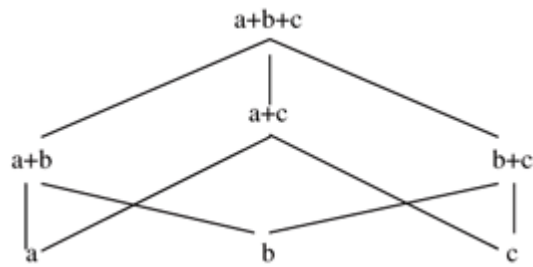
(155) Para qualquer propriedade P e mundo/situação s ,

$$down^{\cap} = \begin{cases} \lambda s \iota P_s, & \text{if } \lambda s \iota P_s \text{ is in } K \\ \text{Não-definido em outra situação} \end{cases}$$

Onde P_s é a extensão de P em s .

Espécie vem da nominalização de uma propriedade P , isto é, denota um indivíduo espécie que tem a propriedade P . Para Chierchia (1998a e 1998b), não existe espécie de um único indivíduo³¹, então, o operador $down$ é definido somente para os plurais: “if P is a singular property (i.e., a property true of just singularities), ιP_w will necessarily be a singular individual (when defined). Since kinds, as understood here, cannot have a singular instance in every world, “ \cap ” will not be defined for singular properties” (Chierchia, 1998: 351). Vale lembrar que na ontologia apresentada pelo autor há indivíduos plurais: $\{a+b\}$, $\{a+c\}$, $\{b+c\}$, $\{a+b+c\}$. Então, espécie denota a soma máxima em uma estrutura de reticulado: $\{a+b+c\}$:

³¹ Porém, não há nada na espécie em si, biologicamente, que peça tal prerrogativa. Chierchia (1998) faz mais essa afirmação em virtude de salvar os plurais nus no inglês, que ele afirma que se referem à espécie.



Finalmente, o mapeamento dos operadores *up* e *down* pode ser feito recursivamente, ou seja, nome pode ir de espécie a propriedade e vice-versa, recursivamente, como definido abaixo:

(156)

a. Para qualquer espécie d , $\cup d = d$

Se $\cap P$ é uma espécie, então:

b. Se P é massa, $\cup P = P$

c. Se P é plural, $\cup P = P \cup AT_p$ (onde AT_p é o conjunto que gera P sob PL).

Observe os exemplos abaixo, do inglês:

(157) Dogs are widespread.

Widespread (\cap Dogs)

(158) a. Lions are ruining my garden.

b. ruining my garden (\cap lions)

\leftrightarrow via DKP $\exists x [\cup \cap \text{lions} (x) \ \& \ \text{ruining my garden} (x)]$

Em (157), o nome no plural *dogs* em inglês se refere à espécie via operador *down*, porque *widespread* é um predicado de espécie. Então, necessariamente, no inglês, o nome no plural tem que estar acompanhado desse operador que se aplica a um nome contável pluralizado (provavelmente do tipo $\langle e, t \rangle$): \cap Dogs. Já em (158), como o predicado é episódico, ele pede um contexto existencial: ele não é verdadeiro da espécie, mas de um conjunto de leões em particular: “the type of predicate is

automatically adjusted by introducing a (local) existential quantification over instances of the kind. This can be done by a simple type shifting mechanism” (Chierchia 1998b: 364). Este mecanismo é formulado por Chierchia, denominado de ‘*Derived Kind Predication*’ (DKP)³²:

(159) DKP

Se P se aplica a objetos e K denota espécie, então

$$P(k) = \exists x [\cup_k (x) \sqcap P (x)]$$

Percebe-se que o nome *lions* na sentença (158) refere-se a indivíduos ao introduzir a quantificação existencial, via mudança de tipo: DKP. Então, não é preciso afirmar que o próprio nome é ambíguo, mas que essa ambigüidade vem dos diferentes tipos de predicados, e o nome pode ou não sofrer *type-shift*. Há casos que a própria sentença é ambígua, como esta abaixo no inglês, com as duas leituras representadas formalmente:

(160)

a. Dogs were biting themselves.

b. $\lambda x_k [\text{bite} (x_k) (x_k)] (\cap \text{Dogs}) = \text{bite} (\text{dogs}) (\text{dogs})$

c. $\lambda x_o [\text{bite} (x_o) (x_o)] (\cap \text{Dogs}) = \exists y [\cup \cap \text{dogs} (y) \sqcap \text{bite} (x) (y)]$

A sentença em (a) é ambígua: ela pode ser orientada para espécie, como colocado em (b), ou ainda pode estar orientada para o objeto, como em (c). A primeira pode ser parafraseada pela sentença em inglês *dogs are biting dogs*, enquanto na segunda, os objetos são salientados: *Each dog is biting itself*. Então, um mesmo nome pode ter diferentes denotações, via *type-shift*.

³² “Notice, moreover, that unlike what happens in Carlson’s original proposal, DKP is not a lexical operation on predicates but a type shifter that applies on demand” (Chierchia 1998b: 365)

Dentro dessa abordagem neocarlsioniana, Chierchia (1998a e 1998b) propõe um parâmetro semântico dos nominais para as línguas naturais, com os traços \pm arg, \pm pred. Temos, então, quatro possibilidades: [+arg, -pred]; [-arg, +pred]; [+arg, +pred] e [-arg, -pred.], sendo que esta última possibilidade é descartada porque, senão, os nominais não são interpretados. Com uma teoria de tipos, indivíduos são do tipo e ; os predicados são do tipo $\langle e, t \rangle$, assim, há três possibilidades reais: línguas do tipo e , do tipo $\langle e, t \rangle$ e do $e, \langle e, t \rangle$. Segundo Chierchia (1998a: 95):

“We think of it as a system with two binary features, \pm arg, \pm pred. A + arg specification means that nouns can denote individuals (of type e); a – arg specification, that they cannot; similarly for + and – pred. this gives us four possibilities; but the [-arg, - pred] choice is ruled out by the requirement that nouns have to be interpreted”

É possível observar esses traços \pm arg e \pm pred como marcadores das diferenças entre o chinês, o francês e o inglês, línguas em que as propriedades levantadas por Chierchia (1998a e 1998b) aparecem:

- [+arg, -pred] ou do tipo e – chinês e japonês:
 - a- SNs ocorrem livremente como argumentos, logo a extensão de todos os nomes é de massa;
 - b- Uma vez que espécies não diferenciam entre instanciações singular e plural, estas línguas não possuem um contraste morfológico entre Ns e SNs singulares ou plurais;
 - c- Essas línguas não permitem que Ns e SNs se combinem diretamente com numerais; elas exigem a presença de classificadores para número;
 - d- Não há artigo definido ou indefinido;
 - e- Podem ocorrer nomes nus em posição de argumento.

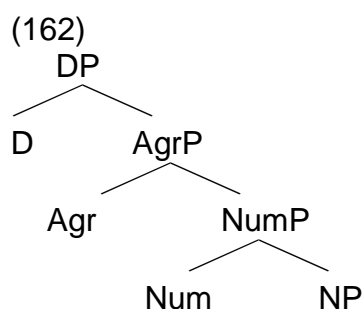
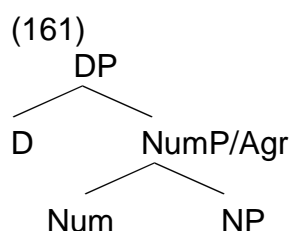
- [-arg, +pred] ou do tipo $\langle e, t \rangle$ – francês e italiano:
 - a- Ns e SNs denotam obrigatoriamente propriedades;
 - b- Apenas sintagmas de determinantes (SDs) podem ser argumentos – a presença de um Determinante é obrigatória;

- c- Um determinante nulo é possível apenas sob as condições de licenciamento de categorias vazias;
 - d- Essas línguas possuem morfologia de número, pois indivíduos plurais podem ser construídos a partir de propriedades de nomes comuns (conjunto de entidades atômicas em cada mundo).
- [+arg, +pred] ou do tipo *e*, <*e*, *t*> – inglês e línguas germânicas:
 - a- Podem referir a propriedades ou espécies;
 - b- Distinção massa/contável;
 - c- Argumentos nus são possíveis em certas circunstâncias: (a) quando o SN nu é massa [+arg.]; (b) quando o SN nu é contável plural [+pred.] e capaz de ter seu tipo mudado para espécie; portanto, singular nu contável não é possível em posição de argumento;
 - d- Essas línguas possuirão morfologia de número para seus nomes contáveis, pois, indivíduos plurais podem ser construídos a partir das denotações dos conjuntos de elementos atômicos que constituem as denotações destes nomes;
 - e- Se ocorrem nominais nus, eles serão plurais nus – a operação de mudança de tipo só é possível para plurais, pois esta é uma operação que transforma predicados em espécies e espécies só podem ser construídas a partir de indivíduos plurais.

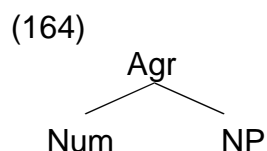
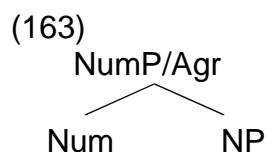
Schmitt e Munn (1999), entre outros, vão contra essa parametrização de Chierchia (1998a e 1998b), exatamente porque não comporta o PB, por dois motivos: o PB tem o NNN contável na posição de argumento e ele pode denotar espécie, algo não esperado pelo modelo de Chierchia (1998a e 1998b): nos dois casos, era esperado o plural nu (além, é claro, dos nomes com determinantes abertos). Schmitt e Munn (1999, 2004) propõem, então, *Free Agr Parameter*.

Sob a assunção que DP/Num/NP é a projeção estendida do nominal, os autores propõem que em inglês, que não apresenta concordância de gênero (apresentada apenas com os demonstrativos), Num e Agr são projeções fundidas, enquanto nas línguas românicas (incluindo o PB), Num e Agr são projeções independentes. Esse é um parâmetro que diferencia, então,

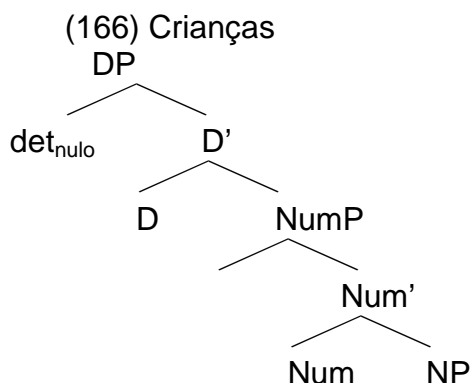
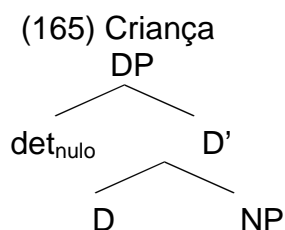
o inglês do PB. A representação em (161) é do inglês, em (162), das línguas românicas:



Schmitt e Munn (1999: 7) afirmam que “NPs must always have some functional structure to be syntactically licensed; agreement is sufficient in some cases, while in others, Num may be required. The fundamental difference between English and Romance is that pure Agr cannot be chosen in English”. Portanto, o PB pode apresentar a estrutura em (164) abaixo, com *free Agr*, diferentemente do inglês, que só pode apresentar a estrutura (163). No inglês, NumP é projetado e, portanto, o nominal tem que estar no plural:



Munn e Schmitt (2005) diferenciam a denotação do NNN do nome no plural no PB. Somente no segundo há a projeção de NumP:



O NNN não projeta NumP, porque ele não é marcado para número, contendo singularidades e pluralidades na sua denotação. O NNN pode se referir à espécie porque ele não projeta Num, em outras palavras, não marca singularidade (ou pluralidade), segundo Schmitt e Munn (2000: 58): “we have argued that bare singulars in Portuguese denote names of kinds because they lack number”. Schmitt e Munn (2002: 29) complementam:

“Num is what turns an NP into a singular or plural noun, it follows that NPs are undifferentiated for singular or plural. When Num is added to a count noun, it either strips away the atoms or strips away the pluralities. Singular count NumPs will thus be true of singularities, and plural count NumP will be true of pluralities... Under these assumptions, we can preserve Chierchia’s intuition that a singular entity cannot be a kind. If Num is not added to an NP, as in the BrP bare singular, the predicate remains unspecified for plurality, but crucially has pluralities in its denotation, unlike a singular NumP. A bare singular, a bare plural or a mass term will therefore be able to function as a kind since they are all semantically non-singular, provided that a weak D is available”.

Os autores têm três argumentos centrais para afirmar que o NNN no PB é um DP e não um NP. O primeiro deles é a possibilidade do nu singular aparecer com predicados de espécie:

(167) Dinossauro está extinto.

O segundo argumento para provar que o NNN no PB é um DP e não um NP vem da possibilidade da sentença (170) ter ambas as leituras: a cumulativa e a não-cumulativa:

(168) Ele enganou a esposa e amante.

(169) Ele enganou as esposas e amantes.

(170) Ele enganou esposa e amante.

Na sentença (168), esposa E amante tem de ser uma única pessoa (Enganar x .[esposa (x) e amante (x)]), portanto, uma leitura cumulativa. A sentença (169) pode permitir ou a interpretação cumulativa ou a não-cumulativa: (Enganar x .esposa (x) e y .amante(y)), sendo esposas e amantes pessoas diferentes. Se o NNN for um NP e como NPs denotam predicados, então, a conjunção de dois predicados deveria produzir outro predicado. Contudo, não é isso que se observa na sentença (170): esposa e amante não precisam, necessariamente, ser a mesma pessoa, elas podem ser pessoas distintas. Portanto, os NNNs não são NPs, porque se fossem, teriam que ter somente essa leitura cumulativa (isto é, esposa e amante teriam que ser a mesma pessoa, melhor, deveria ser um predicado apenas – o predicado esposa e amante -, resultado da conjunção do predicado esposa e do predicado amante). Porém, como os NNNs em (170) podem denotar indivíduos diferentes também, então, eles têm que ser DPs.

O outro argumento é a possibilidade de o nome nu ser retomado anaforicamente. Nas teorias que aceitam a retomada pronominal, ainda assim o consenso não é total. De acordo com Schmitt e Munn (1999: 9-10), na proposta de Carlson (1977), “Generic readings of bare plurals can antecede pronouns with existential readings and vice-versa. This facts hold true for bare plurals and bare singular in BP. However, in generic contexts, a sing. pronoun cannot refer to a bare singular. The plural pronoun must be used”. Os dados de Schmitt e Munn (1999: 10) são, em contextos genéricos:

(171) Maria detesta coelho porque *∅ *ele roubou suas cenouras.

(172) Coelho sempre rouba cenoura da Maria, por isso agora *∅ ?ele faz parte da sua lista de inimigos.

(173) Maria detesta coelho porque * \emptyset eles roubam suas cenouras. Agora ela detesta eles de coração.

(174) Coelho sempre rouba cenouras da Maria, por isso agora ela detesta eles de coração.

Nessas sentenças, o NNN só pode ser retomado por pronomes plurais, não por vazios nem por pronomes singulares. Porém, Müller (2004: 92) fala o contrário, ao defender que o NNN é NP e não DP: “ao contrário de expressões nominais plenas (DPs), nominais nus (singulares) não têm exigência de número podendo ser recuperados no discurso tanto por pronomes singulares como plurais: *Ontem eu escrevi carta. Depois eu pus ela/elas para o correio*³³”. Lopes (2006: 253) mostra que quando se trata de sentenças genéricas, como em (175), o NNN (na posição pré-verbal) não pode ser retomado por pronome singular, já com sentenças existenciais, como em (176), ambas as possibilidades são possíveis (exemplos da autora):

(175) Criança gosta de doce. *Ela/elas sempre pede(m) para comprar.

(176) Tem maçã na cesta. Ela/elas não tava(m) madura(s), mas eu trouxe do mercado assim mesmo.

Porém, Schmitt e Munn (2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005) mostram que o NNN pode ser recuperado pelo pronome no singular ou no plural, em sentenças existenciais, como em (177), e em sentenças genéricas, em (178). Repare que o vazio é possível também no contexto genérico:

(177)

- a. Tem criança na sala. E ela está/ elas estão ouvindo.
- b. Eu vi criança na sala. E ela estava / elas estavam ouvindo.

(178)

- a. Coelho vê o mundo de outra maneira porque é muito pequeno.

³³ O estranho é que mesmo sendo um NP, o nome nu singular pode ser retomado anaforicamente no modelo de Müller (2002, 2004).

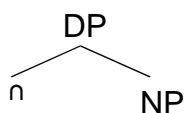
b. Coelho vê o mundo de outra maneira porque ele/eles são muito pequenos.

Como visto, quanto à retomada pronominal, não há um consenso sobre (i) a própria possibilidade da retomada pronominal (ii) quando possível, se o pronome pode estar no singular ou plural, em contextos genéricos e episódicos.

Portanto, o NNN no PB acontece na posição de argumento porque ele é um DP; Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005) assumem Longobardi (1994: 620): “a nominal expression is an argument only if it is introduced by a category D”. Se o NNN é um DP, ele não pode se incorporar ao verbo, porque como já salientado, somente N^0 e NP podem participar de estruturas incorporadas.

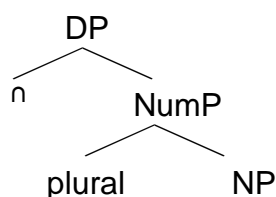
Finalmente, o NNN no PB refere à espécie, é do tipo e: ele denota, portanto, indivíduos, a partir do operador $down$ ⁿ como definido em Chierchia (1998a e 1998b)³⁴. Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005) assumem essa visão de Chierchia (1998a e 1998b), concluindo que o NNN (genérico) no PB se comporta como os nomes nus plurais no inglês, porque ambos denotam espécie, via operador *down*. Segundo Kester e Schmitt (2005: 16): “empty D has a semantic role in this structure: the NP predicate is shifted into a kind via an operation performed by an element in D. For concreteness, we can adopt Chierchia’s neo-Carlsonian view of kinds, except that the operation that creates kinds is a property of D elements and not a covert type shifting operation on NPs.” Eis a representação arbórea, como o operador *down* no DP, no PB e no inglês respectivamente:

(179) criança (PB)



³⁴ Pires de Oliveira e Dobrovie-Sorin (2007) fazem um movimento parecido ao afirmar que o nome nu singular pode se referir à espécie, a partir do operador *down* em DP.

(180) boys (inglês)



Porém, como vimos no primeiro capítulo, essa afirmação dos autores sobre a semelhança entre o NNN PB e o plural nu inglês não é total, porque o NNN, diferentemente do plural nu em inglês, apresenta somente escopo estreito. Carlson (1977) mostra que o plural nu pode ter escopo amplo em alguns contextos.

3.4. Lopes (2008)

Lopes (2008, no prelo) procura mostrar que o NNN no PB não pode possuir apenas uma estrutura sintática. Ela vai contra, portanto, uma análise unificada para o PB do NNN (contra Schmitt e Munn 1999, 2000, 2002; Munn e Schmitt 2001, 2005; Kester & Schmitt 2005). No PB, como vimos no primeiro capítulo, tais nominais podem se combinar com predicados genéricos e predicados episódicos (que a autora denomina de DPs existenciais). Quanto à possibilidade de anáfora discursiva, Lopes (2008, no prelo) afirma que o NNN se comporta diferentemente com respeito a número em sentenças genéricas, como em (a), e em sentenças episódicas, como em (b) (os juízos e as sentenças são da autora):

(181)

a. Criança gosta de doce. *Ela/elas sempre pede(m) para comprar.

b. Tem maçã na cesta. Ela/elas não ‘tava(m) madura(s), mas eu trouxe do mercado assim mesmo.

Como se percebe nos exemplos acima, para a autora, a anáfora tem que estar na forma plural em sentenças genéricas, como em (a): não é possível que o pronome apareça na forma singular. Em sentenças episódicas, a anáfora

admite ambas as formas: singular e plural. A autora propõe que o NNN no PB é neutro para número apenas em sentenças episódicas, assim como Rullmann e You (2003) propõem para o chinês (mandarim). Então, para a autora, somente a sentença em (b) não é especificada para número, isto é, apresenta neutralidade para número. Assim como o chinês, a autora afirma que no PB o NNN pode sofrer elipse na construção abaixo, exatamente, porque ele é não-especificado para número:

(182)

a. Zuotin wo mai le shu. Yuehan ye mai le.

‘Ontem eu comprar ASP book. Yuehan também comprar ASP (“um ou mais livros”, cada)’

b. Ontem eu fui no shopping comprar camisa e a Maria também. (Eu comprei uma e a Maria, dez.)

A autora ainda propõe a seguinte estrutura de um DP definido para o PB:

(183)

DP [D [NumP [Num [NP [número] [gênero]]]]]

Os traços de gênero e número, para a autora, são interpretáveis no nome, portanto, eles aparecem em NP. NumP é uma projeção opcional como em Schmitt & Munn (1999). Porém, a autora vai contra a análise unificada para o PB do nome no singular (Schmitt & Munn 1999, 2000, 2002; Munn e Schmitt 2001, 2005; Kester & Schmitt 2005), propondo que o nome no singular tem diferentes estruturas sintáticas: em contextos genéricos, o nome no singular pode ser um DP, com determinante nulo e sem projeção de NumP, assim como é proposto em Schmitt & Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005): lembre-se que para esses autores, o nome no singular refere à espécie. Essa assunção não pode ser estendida para o no singular em contextos episódicos, porque “not yield the expected results for

interpretation, since the expletive null determiner behaves like its definite overt counterform, which cannot account for the existential BNs (Bare Nouns)” (Lopes 2008: 2). Ou seja, se for estendida, a teoria não explica a diferença na interpretação de número entre contextos genéricos e episódicos, como em (181).

Para os contextos episódicos, Lopes (2008, no prelo) propõe que a estrutura do *nu* ainda seja um DP, porém, agora, fundido com um NumP: que ela denomina de D/NumP. Isso aproxima o *nu* dos indefinidos, se pensarmos que os indefinidos entram na derivação como núcleo de NumP (como em Schaeffer 1997). Mas, a autora enfatiza que o *nu* e o indefinido se comportam diferentemente. Observe a afirmação de Lopes (2008: 2):

“for the existential DPs, we suggest that they bear the same structure as indefinites having the indefinite determiner derived as the head of NumP (see Schaeffer, 1997; a.o.), either as an overt or a null article – the former bearing an [+indefinite] interpretable feature and the latter, an [-indefinite] one, and whose uninterpretable number feature can only be valued by a general number feature, while the overt indefinite determiner will be valued either as singular or plural for morphological spell-out. The [\pm indefinite] distinction accounts for the difference in scope found between indefinites and existential BNs. While existential BNs only have a narrow scope, indefinites are ambiguous between a wide and a narrow one. One possible prediction, thus, is that children acquiring Brazilian Portuguese (BP) will not acquire both indefinites and existential BNs at the same stage.”

Então, a diferença entre o *nu* e os indefinidos no PB são os traços [+/- indefinido]: o nome *nu* é [-indefinido], e os indefinidos, [+indefinido]. Em seus estudos sobre aquisição de linguagem e, especificamente, aquisição de nominais, a autora mostra algumas evidências sobre o aparecimento tardio dos indefinidos de duas crianças (1;8 – 3;7 anos) adquirindo o PB. Elas usam o definido por volta de (1;8), seguindo do nome *nu* (1:10). O indefinido aparece somente por volta de 2;3 anos. Se as crianças produzem os nomes *nu*s antes dos indefinidos é prova de que elas lidam diferentemente com eles. Já os *nu*s genéricos aparecem somente por volta de 3;0 anos. Segundo Lopes (2008: 2), “such results support the hypothesis that BNs in BP are not one and the same DP, with differences in reading being doomed to a sentential operator but, on the contrary, such differences are also compositionally interpreted upon the structure of the DP itself”. Como se observa nesta passagem, a própria

estrutura do DP fornece as interpretações apropriadas, sem precisar apelar a operadores *down*, DKP, GEN e assim por diante.

Seja em sentenças genéricas ou em sentenças episódicas, a projeção máxima do nome no singular no PB é ainda o DP ou D/NumP, respectivamente. Se for assim, ele não pode se incorporar semanticamente ao verbo. Se seguirmos Lopes (2008), então, não há incorporação semântica no PB.

3.5. Conclusão do terceiro capítulo

Inicialmente, discutimos se o NNN no PB é DP ou NP (do inglês, *determiner phrase* e *noun phrase*, respectivamente), porque se for considerado um DP, ele não pode se incorporar ao verbo: é de conhecimento geral, que somente N⁰ ou NP podem se incorporar ao verbo. Neste sentido, da corrente que descreve o NNN no PB como sendo um DP (Schmitt e Munn 1999, 2000, 2001; Munn e Schmitt 2001, 2005; Kester e Schmitt 2005; Lopes 2008), infere-se que no PB não há o fenômeno da incorporação, portanto, próximo de Carlson (2006): como vimos, para esse autor, por não compartilhar o efeito de restritividade, o PB pode não apresentar a incorporação semântica.

Como há trabalhos que afirmam que no PB há incorporação, assim como propôs inicialmente Saraiva (1997), como também em Dóron (2003), e Müller (2004), no próximo capítulo, exploramos a possibilidade de no PB haver incorporação: discutimos alguns modelos sintáticos para a incorporação, isto é, modelos que entendem a incorporação como derivada de uma incorporação sintática (Baker 1988, Massam 2001, Johns 2003, Barrie 2006, Stvan 2007). No final do capítulo, a partir de algumas reflexões, concluímos que por falta motivações empíricas, não é possível estender tais abordagens sintáticas da incorporação para o PB. Ainda neste próximo capítulo, exploramos o significado de *efeito de restritividade*: nas línguas discutidas, percebemos que elas dispõem de *restrições* em estruturas incorporadas que não encontramos no PB, servindo talvez como pontos a favor de Carlson (2006).

4. A SINTAXE DA (PSEUDO) INCORPORAÇÃO E O PB

O interesse deste capítulo é empírico, no sentido que seu foco são as próprias línguas que permitem a (pseudo) incorporação, por um motivo bem claro: queremos mostrar que essas línguas, de uma forma ou de outra, apresentam o *efeito de restritividade*, discutido anteriormente. As diferenças (morfológica, sintática, semântica e pragmática) entre estruturas incorporadas e estruturas não-incorporadas encontradas nessas línguas são evidências para as respectivas teorias sintáticas propostas para o fenômeno da incorporação. Então, neste capítulo, as teorias seguem apenas no segundo plano, como cunhos teóricos que propõem analisar o fenômeno em pauta, a partir das motivações encontradas nas próprias línguas em estudo, nas quais seus falantes fazem uso da (pseudo) incorporação como um recurso lingüístico disponível.

O sabor empírico deste capítulo tem também outra razão. Ao final de cada seção, discutimos o PB frente a essas línguas que disponibilizam a (pseudo) incorporação para seus falantes e mostramos que o PB não apresenta, nem de perto, as restrições encontradas nas mesmas. Como conclusão, se as motivações ou evidências empíricas encontradas nessas línguas quanto ao fenômeno da incorporação fornecem ingredientes necessários para o desenvolvimento de uma ou outra análise, não encontra no PB tais suportes. Então, nada mais sensato do que pensar que tais análises sintáticas da (pseudo) incorporação não podem ser estendidas ao PB.

Dentro de uma mesma análise podem entrar outras línguas que não são discutidas neste capítulo por motivos de espaço e escolha metodológica. Quanto ao fenômeno da incorporação, é possível notar que as línguas estão diretamente relacionadas às teorias propostas: enquanto algumas línguas (no que tange ao fenômeno da incorporação) podem ser explicadas por uma determinada análise, outras não podem pela mesma análise, mas podem por outra teoria (e assim por diante). Este é o motivo principal para alguns autores (Baker 2007; Massam 2007, Johns 2007) admitirem que, por se apresentar tão diferentemente entre as línguas, o fenômeno da incorporação pode sustentar distintas análises. Observe alguns pensamentos que, de uma forma ou de

outra, afirmam que diferentes análises são necessárias para se explicar as diferenças do fenômeno da incorporação entre as línguas:

“A corollary of this investigation, then, is that noun incorporation constructions in different languages seem to be different enough syntactically and semantically to warrant distinct analyses. It may well be that most of the NI theorists are correct for the language(s) they know best, and become wrong only if they say or imply that there is a single unified syntax for all constructions called noun incorporation in the languages of the world” (Baker 2007: 17)

“Following Sapir (1911), Johns and Massam (1998) argue that noun incorporation across languages is not a unitary construction (see also Gerdtz 1998). Instead the verb + noun sequences which are termed noun incorporation in the literature are often syntactically very different, some involving heads and others involving phrases. What these constructions all have in common, however, is that the incorporated noun differs in position and/or functional categories from a canonical object DP”. (Johns 2003: 2)

“Baker (2007) concludes that noun incorporation in Inuktitut is distinct from noun incorporation involving head movement in languages such as Mohawk and Mapudungun. We might conclude that we need an analysis of noun incorporation in Inuktitut which will prohibit possessor stranding” (Johns 2007: 4)

“The analysis of Niuean Noun Incorporation (NI) is different from the word formation analyses of Mithun (1984), Sadock (1980, 1985, 1991), and Rosen (1989), and different from the syntactic head movement accounts of NI such as in Baker (1988, 1996) and Chung and Ladusaw (2004), as well as differing from other approaches such as Johns (2007), Barrie (2006), Ghomeshi and Massam (1994), and Van Geenhoven (1996). Hence, the Niuean construction has been termed Pseudo Noun Incorporation” (Massam 2007: 6)

“What is important is the lack of agreement on exactly what Noun Incorporation (NI) is. Ultimately, we believe that there is no single underlying cause for NI and that the diversity in NI constructions found cross-linguistically is due to a multitude of factors that differ from language to language (see also Johns, this volume)”.(Barrie e Spreng 2007: 3, em nota de rodapé)

Por fim, durante todo esse capítulo, nos concentramos na sentença-chave abaixo, como representação de um exemplo típico de estruturas de incorporação no PB, porque denota uma atividade institucionalizada, reconhecida pelos falantes do PB:

(184) Pedro jogou bola.

A bola é um objeto usado em vários esportes, mas nessa sentença o único esporte possível é o futebol: essa é uma das principais características das estruturas incorporadas, o fato do falante a reconhecer como significando uma atividade institucionalizada (Mithun 1984): é o que acontece em (184). Há também outras restrições, porque o NNN não pode ser topicalizado, nem ser retomado anaforicamente nessa construção acima e ainda manter a interpretação incorporada:

(185)

- a. #Bola, Pedro jogou.
- b. Pedro jogou bola. #Ela estava murcha.

Ao deslocar o objeto para a periferia esquerda da sentença, o sentido depreendido em (184) não se mantém: as sentenças em (185) deixam de significar que o falante está se referindo a atividade institucionalizada de jogar futebol, perdendo a interpretação incorporada. Passam a ter apenas leitura composicional: há uma bola que o Pedro jogou. O mesmo é verdadeiro para o exemplo em (b): ao ser retomado pelo pronome, ela deixa de representar a leitura incorporada e recebe uma interpretação composicional. Um exemplo-chave mais claro é:

(186)

- a. O João tomou café hoje às sete horas da manhã.
- b. Café, o João tomou. (não chá)
- c. O João tomou café. #Ele estava muito quente.

A sentença em (a) é ambígua: (i) temos uma versão incorporada, porque tomar-café remete a uma atividade reconhecida pelos falantes do PB: não está em causa o café em si, mas o evento de tomar-café (da manhã), tanto que para (a) ser verdadeira, na leitura incorporada, não é preciso haver café. Suponha um caso que João tenha tomado suco com bolachas no evento de tomar-café, então, nesse contexto, a sentença em (a) é ainda verdadeira, porque o que é relevante é o evento de tomar-café, e não o café propriamente; (ii) há ainda a versão não-incorporada, porque o que está em foco é próprio café, dessa forma, ela não remete ao evento de tomar-café, mas simplesmente

ao evento de tomar, que é saturado pelo NNN *café*. As sentenças (b) e (c) somente aceitam essa segunda leitura.

Portanto, as sentenças (184) e (186a) acima, na verdade, são ambíguas: de um lado, elas podem representar uma versão incorporada, que remete a uma atividade institucionalizada, não podendo o NNN ser focalizado/topicalizado ou retomado anaforicamente; do outro lado, elas possuem a versão não-incorporada, cujo NNN apenas satura o verbo.

Há formas presentes na língua que remetem a uma ou outra leitura, isto é, incorporada ou não:

(187)

- a. Pedro jogou bola com João. (incorporação)
- b. Pedro jogou bola pro João. (não-incorporação)

Para (a), é possível assumir uma análise via incorporação, porque jogar-bola é uma atividade típica para os falantes do PB; em (b)³⁵, *bola* simplesmente satura o verbo, podendo então ser analisado dentro de um quadro que considera que o objeto é do tipo *e*. É com exemplos como (a) que a hipótese de que o nome se incorpora ao verbo restringindo a ação a uma atividade típica é mais plausível. Como a incorporação envolve a posição de objeto, então é mais um motivo para acreditarmos que a incorporação seja uma opção na sentença (a). O mais interessante é que, em (188a), determinantes não podem aparecer entre o verbo e o nome, porque senão a leitura incorporada se desfaz; nem mesmo o plural *nu* deixa a sentença com o sentido de objeto incorporado, como se observa em (188b) abaixo:

(188)

- a. Pedro jogou #a/uma/esta bola com João. (incorporação = não)
- b. Pedro jogou #bolas com João. (incorporação = não)

³⁵ É claro que essa sentença também pode possuir uma versão incorporada, se pensarmos em João não como *goal*, mas como um *benefactivo*, algo como *Eu jogo bola pro Flamengo ou Eu jogo bola pro João ver ou Eu jogo bola pro João (porque eu prometi)*...

O mesmo não é verdadeiro para a sentença em (187b), em que a leitura não-incorporada ainda se mantém com determinantes entre o verbo e o nome; com os plurais, ainda a leitura não-incorporada se mantém:

(189)

a. Pedro jogou a/uma/esta bola pro João. (não-incorporação = OK)

b. Pedro jogou bolas pro João. (não-incorporação = OK)

Agora, retomemos os exemplos com *tomar café*, que também é ambíguo:

(190)

a. O João tomou café às cinco horas. (incorporação)

b. O João tomou café quente. (não-incorporação)

Em (a), na versão incorporada, o verbo unido representa uma atividade reconhecida pelos falantes do PB: ao evento de tomar-café. Em (b), na versão não-incorporada, o NNN *café* apenas satura o verbo e o adjetivo é mais uma evidência para mostrar que *café* parece funcionar como um argumento do verbo: para isso, trabalhamos com a hipótese que na versão não-incorporada o NNN na posição pós-verbal é, de acordo com Longobardi (1994), um DP: ele é do tipo *e*.

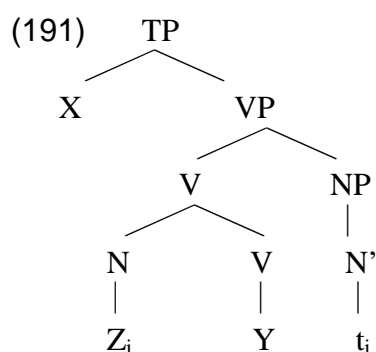
Porém, o que estamos chamando de versão incorporada não é o mesmo que Saraiva (1997) denomina de objeto incorporado no PB: para Saraiva (1997), como vimos, o fenômeno da incorporação é produtivo no PB, então, qualquer nome nu singular na posição de objeto sempre se incorpora ao verbo, portanto, todos os casos discutidos acima são incorporação. Perceba que essa é uma afirmação muito mais forte do que aquela que preferimos chamar de hipótese fraca: na versão fraca, o NNN se incorpora apenas em alguns casos, naqueles em que o composto remete a uma atividade institucionalizada, respeitando a restritividade de Carlson (2006). Para evitar uma confusão terminológica, vamos denominar a versão forte da incorporação de Saraiva (1997) de *formas produtivas* e a versão fraca, de simplesmente *incorporação*. Neste capítulo, em alguns momentos, voltamos às formas produtivas de Saraiva (1997), quando compararmos o PB com outras línguas

que, com certeza, fazem a incorporação. A conclusão é que as formas produtivas de Saraiva (1997) não podem ser pensadas como fenômeno de incorporação, tais formas produtivas são casos em que o nome simplesmente satura o verbo, diferentemente do que ocorre com a versão fraca em que parece ser lícito falar em incorporação.

Enfim, esse capítulo discute várias línguas que certamente permitem a incorporação, a fim de compreender o que Carlson (2006) está entendendo por *efeito de restritividade*. Um último aviso: não iremos traduzir as glosas nem as traduções dos exemplos para o português porque queremos evitar que o leitor faça uma comparação antes do momento apropriado, que é no final de cada seção. Em primeiro lugar, analisamos as demais línguas para somente depois compará-las com o PB. Então, achamos melhor guardar a intuição do leitor para o lugar em que comparamos o PB com as demais línguas e, em segundo plano, com as teorias analisadas.

4.1. Incorporação sintática

A incorporação sintática é um processo cujo núcleo nominal se incorpora ao verbo. Baker (1988, 2008) afirma que isso acontece via movimento de núcleo. Esse movimento é derivado da regra mover α , sendo que a categoria que se move e adjunge ao verbo é o núcleo nominal (complemento). Na verdade, é um movimento de núcleo a núcleo, do núcleo nominal ao núcleo verbal:



Percebe-se que o núcleo nominal se move para o núcleo que o domina imediatamente, em decorrência da incorporação sintática. Saraiva

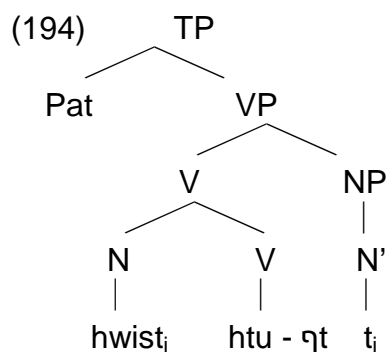
(1997), como vimos, assume esse modelo de Baker (1988) para explicar suas formas produtivas.

A hipótese da uniformidade temática³⁶ prevê que as mesmas relações estão presentes nas duas sentenças abaixo, da língua onondaga (a primeira sentença é não incorporada e a segunda, incorporada³⁷) (Exemplos de Baker 1988):

(192) Pet waḡ - ha - htu - ḡt - aḡ neḡ o - hwist - aḡ
 Pat Past 3ms/3n lost Caus Asp the pre money suf
 'Pat lost the money'

(193) Pet waḡ - ha - hwist - ahtu - ḡt - aḡ
 Pat past 3ms money lost Caus Asp
 'Pat lost money'

Na sentença (193), há a incorporação sintática, representada abaixo:



A restrição do movimento de núcleo juntamente com a hipótese da uniformidade temática prediz que somente objetos podem se incorporar: não é possível o agente (ou sujeito) se incorporar. Isso explica porque os movimentos de *Juan* e *him* não são possíveis, como demonstrado abaixo, de Baker (1988: 79-80):

(195) Juan ngilla-waka-lel-fi-y
 Juan buy-cow-appl-3O-IND-3sS (Juan V-N-Appl-Infl)

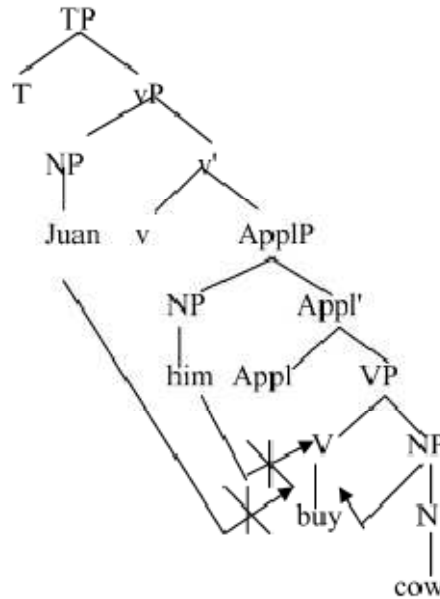
³⁶ Garantida por UTAH (*Uniformity of Theta-role Assignment Hypothesis*), colocada abaixo:

(ii) relações temáticas idênticas entre itens são representadas por relações estruturais idênticas entre os mesmos no nível da estrutura profunda.

³⁷ Past = passado; 3ms = 3ª pessoa masculino singular; 3n = 3ª pessoa neutro; Caus = morfema de causativo; Asp = marca de aspecto ou modo; pre = prefixo flexional nominal; suf = sufixo flexional nominal.

'Juan bought a cow for him/her'

(196)



O movimento de núcleo pode deixar algo pra trás, dentro do NP, como em mapudungun e chamorro, mas o movimento frasal não, como em niuean. Baker (2008) chega a uma conclusão: há uma diferença crucial (presente na gramática?) entre movimento de núcleo e movimento frasal. Em mapudungun, realmente fica algo dentro do NP remanescente. Veja os exemplos abaixo, da língua mapudungun, de Baker (2008: 14):

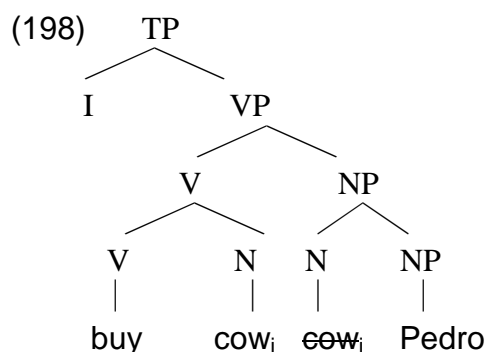
(197)

a. Juan ngilla-fi-y Pedro ñi waka.
 Juan buy-3O-IND.3sS Pedro 3.POSS cow
 'Juan bought Pedro's cow.'

b. Juan ngilla-waka-fi-y Pedro.
 Juan buy-cow-3O-IND.3sS Pedro
 'Juan bought Pedro's cow.'

c. ?*Pedro ngilla-fi-n ta ñi waka.
 Pedro buy-3O-IND.1sS the 3.POSS cow
 'I bought (from) Pedro his cow.'

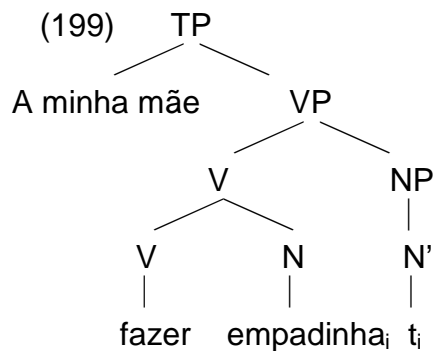
O exemplo em (a) é uma sentença transitiva que tem um objeto direto com possessivo. A sentença em (b) apresenta uma estrutura incorporada. A sentença (c) mostra que o verbo *ngilla* não é um verbo com três argumentos, mas o possuidor está no mesmo NP do possuído. A gramaticalidade de (b) acontece em virtude dos mecanismos simples do movimento de núcleo, como se observa abaixo:



Como somente o núcleo se movimenta, é esperado que algo fique remanescente dentro do NP, nesse caso, o possuidor. Observe que o possuidor é gerado dentro do NP e por lá permanece, mesmo que o núcleo se mova, como é o caso. Há ainda uma diferença crucial entre (a) e (b). Em (a), temos um verbo transitivo, sem que o nome incorpore ao verbo, então, a ordem é a seguinte: Juan V-AppI-Infl-Pedro-Poss-N. Já na sentença (b), um exemplo com o fenômeno de incorporação, há diferença na ordem das palavras, principalmente porque o nome aparece imediatamente após o verbo, via a restrição de movimento de núcleo e não contém o morfema de posse: Juan V-N-AppI-Infl-Pedro. Essas diferenças entre as estruturas incorporadas e as não-incorporadas caem exatamente naquilo que Carlson (2006) denomina de efeito de restritividade: a estruturas incorporadas têm *restrições sintáticas* nas línguas analisadas por Baker (1988).

Comparando com o PB

Considere o exemplo de Saraiva (1997: 139) após aplicação da regra sintática de incorporação do nominal ao verbo:



A autora está tratando o PB como se ele fosse igual a mapudungun: o nominal objeto se adjunge ao verbo, via a restrição do movimento de núcleo. Porém, comparando esse dado do PB com aqueles discutidos acima por Baker (1988 e 2008), há algumas diferenças que são importantes e negligenciadas pela autora: no PB não acontecem as mesmas restrições sintáticas que as encontradas na língua onondaga. Repare as seguintes sentenças, aqui repetidas:

(200) Pet waɣ - ha - htu - ɣt - aɣ neɣ o - hwist - aɣ
 Pat Past 3ms/3n lost Caus Asp the pre money suf
 'Pat lost the money'

(201) Pet waɣ - ha - hwist - ahtu - ɣt - aɣ
 Pat past 3ms money lost Caus Asp
 'Pat lost money'

Vale lembrar que a primeira sentença é uma estrutura não-incorporada e a segunda, incorporada. Há diferenças na ordem: 'Pat-infl-Appl-V-caus-asp-the-pre-N-suf' e 'Pat-Infl- Appl-N-V-caus-asp' respectivamente. Nessa língua, quando um nome se incorpora ao verbo, ele (i) antecede o verbo (Mirror Principle) (ii) não permite nenhuma categoria funcional entre nome e verbo (iii) o nome não é acompanhado por sufixo e prefixo. Essas três restrições sintáticas são claramente perceptíveis ao comparar as estruturas acima, porém, não são vistas no PB. De fato, um primeiro problema para

análises que entendem que o objeto nu é incorporado diz respeito à existência de uma estrutura não-incorporada. A literatura aponta como uma característica da incorporação, sua co-existência com uma estrutura de mesmo sentido, mas não incorporada, com diferenças sintáticas e/ou semânticas.

Com relação ao PB, não é claro que estrutura seria essa. Suponha, no entanto, que possamos comparar as sentenças abaixo (o exemplo (202) é de Saraiva (1997):

(202) A minha mãe fez empadinha. (forma produtiva)

(203) A minha mãe fez uma empadinha.

Além do fato de que no PB há um indefinido na segunda sentença, não há nada que se assemelha aos fatos em onondaga ou mapudungun. Nenhuma daquelas três restrições presentes nos exemplos em onondaga é encontrada no PB, o que nos abre a possibilidade de concluir que o PB não apresenta *restrição(ões)*, no sentido de Carlson (2006).

Outros problemas surgem ao adotarmos essa visão de movimento de núcleo para o PB. Saraiva (1997) afirma que entre o verbo e o nome não pode aparecer outro elemento lingüístico. Porém, não discorre se após o nome outro elemento pode aparecer, como um modificador ou possuidor. Observe os casos abaixo:

(204)

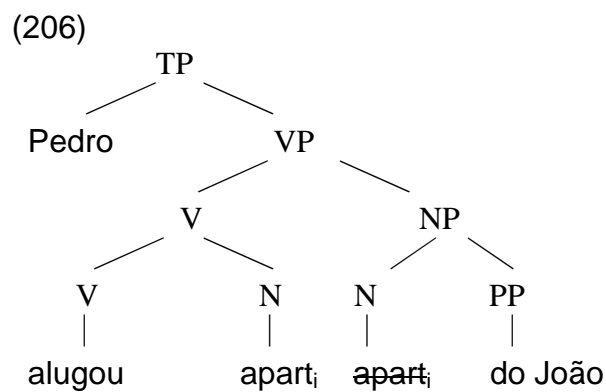
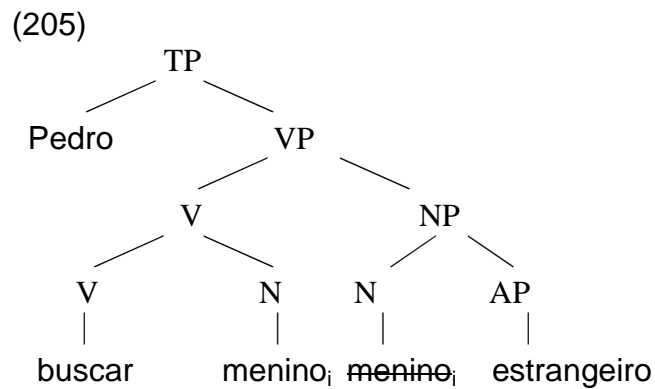
a. Pedro buscou menino estrangeiro (no colégio).

b. Pedro alugou apartamento do João.

Não há motivos para aceitar os exemplos de Saraiva (1997) como sendo formas produtivas³⁸ e não aceitarmos exemplos como esses acima: se, segundo a autora, buscar-menino remete a subclasse de uma ação, então, buscar-menino-estrangeiro também deveria. Se sim, fica difícil explicarmos essas sentenças de (204) a partir do movimento de núcleo. Se apenas o núcleo se move, não é fácil imaginar como os blocos buscar-menino-estrangeiro e

³⁸ Vale lembrar que as formas produtivas são objetos incorporados, na nossa distinção feita acima.

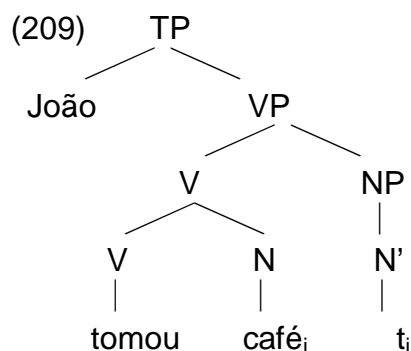
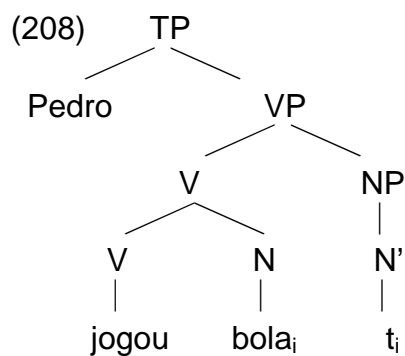
alugou-apartamento-do-João possam ser formados, a fim de possibilitar a interpretação apropriada:



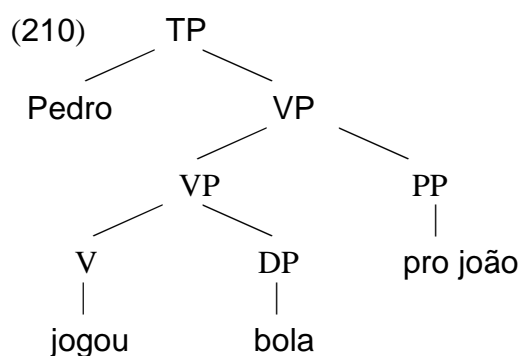
Quanto aos nossos exemplos-chave, parece que é o núcleo que se incorpora. Como vimos, as sentenças abaixo são ambíguas, entre uma versão incorporada e outra não-incorporada:

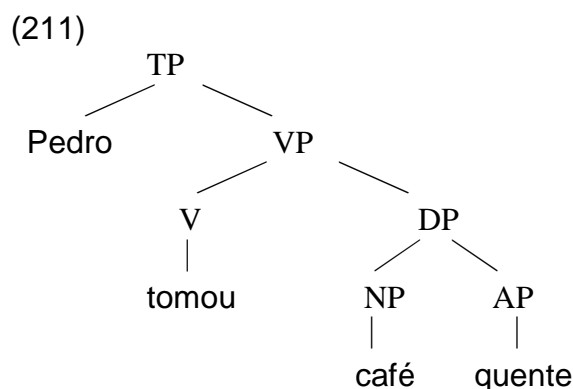
- (207)
- a. Pedro jogou bola.
 - b. João tomou café às cinco horas.

Como, então, explicar a ambigüidade dessas sentenças caso se adote o movimento de núcleo? Imagine as derivações abaixo, após o movimento de núcleo:



Ao se movimentarem, os NNNs *bola* e *café* se incorporam ao verbo, um movimento de núcleo a núcleo. Agora, imagine as sentenças em uma versão não-incorporada. Os mesmos nomes não podem se incorporar ao verbo, porque teríamos uma interpretação incorporada. A saída é seguir aqueles teóricos discutidos no capítulo anterior que afirmam que o NNN é um DP: se ele é um DP, ele é um argumento que satura o verbo. Então, em vez de o verbo se juntar a um NP, ele se junta a um DP. Já que a incorporação exige que um NP ou N⁰ se junte ao verbo (a união de dois predicados), então, não há motivação para supor um movimento de núcleo. Se for assim, a interpretação apropriada das versões não-incorporadas surgem sem maiores problemas.





Assim, o movimento de núcleo como uma explicação para as formas produtivas de Saraiva (1997) parece ser problemático pelas razões já mencionadas. Pelos mesmos argumentos que não serão repetidos aqui, estendemos a visão de que ele também não pode explicar a nossa versão incorporada: também não encontramos evidências ou motivações para o movimento de núcleo para a nossa versão incorporada, como aquelas encontradas em onondaga e mupudungun.

4.2. Pseudo-incorporação sintática

Como visto na introdução, a pseudo-incorporação é um processo que nome pode se incorporar ao verbo, mesmo acompanhado de modificador, relativa, possuidor ou outro nome. Massam (2001, 2007) estuda a língua niuean, que tem como ordem default VSO, para as chamadas estruturas regulares (que não apresentam pseudo-incorporação); e VOS, para estruturas de pseudo-incorporação. Para a autora, a ordem VSO é mais bem analisada pelo que é denominado de movimento remanescente do VP. Massam & Smallwood (1997) afirmam que, em niuean, o traço EPP³⁹ de T é satisfeito por um predicado, não por um sujeito. Massam (2001, 2005) argumenta que primeiramente o objeto se move para fora do VP, motivado por questões de caso ou concordância, ou se o objeto é específico. Logo após, o VP remanescente se move como uma forma de satisfazer EPP em T: o resultado é a ordem VSO, como no exemplo abaixo:

³⁹ Na tradição gerativista, o EPP (Extended Projection Principle) é um princípio que determina que todas as sentenças têm sujeito. A partir de Chomsky (2000), passa-se a conceber o EPP como um traço não-interpretável de núcleos funcionais, a ser checado por um constituinte que ocupe o especificador respectivo.

(212) Ne kai He pusi ia e moa
PST eat ERG cat that ABS bird
'That cat ate the chicken'

(213) Derivação de (212)

a. Estrutura de base

[PST [pusi [VP kai moa]]]

b. Movimento do objeto para fora do VP

[PST [pusi [moa [VP kai t]]]]

c. Movimento remanescente do VP

[PST [VP kai t][pusi [moa [t]]]]

Como dito, há outra ordem encontrada em niuean, a VOS, da pseudo-incorporação, como no exemplo abaixo (de Massam 2001:157):

(214)

Takafaga ika tumau ni a ia

hunt fish always EMPH ABS he

'He is always fishing'

Um dos problemas em tentar analisar a sentença acima através do movimento de núcleo é a violação do Princípio do espelho (Mirror Principle), que motiva os elementos incorporados a aparecerem à esquerda do verbo, não à direita: percebe-se que o nome aparece à direita do verbo. Mas, o principal motivo para negar o movimento de núcleo é o fato que não somente o núcleo se incorpora ao verbo, mas todo o sintagma nominal, como ilustrado pelos exemplos abaixo. Em (a), temos uma estrutura coordenada; em (b), uma relativa:

(215)

a. NE [VP kai sipo mo e ika mitaki] a Sione

Pst eat chip and ABS fish good Abs Sione

'Sione ate chips and good fish'

- b. Ne [VP kumi motu ke nonofu ai] ni a lautolu
 Pst seek island Subj settle there just Abs they
 ‘They just looked for an island where they could settle’

Dado a complexidade interna desses constituintes, representada pelos colchetes, a autora conclui que eles não podem ser derivados via movimento de núcleo. Massam (2001, 2005) propõe que todo o sintagma nominal deve se mover juntamente com o VP. Porém, a classe de objetos que podem se mover juntamente com o verbo (*pied-piped movement*) é limitada. Como se observa nos exemplos abaixo, a pseudo-incorporação é bloqueada caso o objeto tenha marcador de Caso, como em (a), determinantes numerais, como em (b), e marcadores possessivos, como em (c):

(216)

- a. * Ne [inu e kofe kona] a Mele
 Pst drink ABS coffee bitter Abs Mele
 ‘Mele drank the bitter coffee’
- b. * Kua [holoholo tau kapiniu] a Mele
 Perf wash PL dishes Abs Mele
 ‘Mele washed the dishes’
- c. * Ne [vali fale ha Mele] a Sione
 Pst paint house GEN Mele Abs Sione
 ‘Sione painted Mele’s house’

Massam (2001) ainda afirma que somente objetos não-específicos podem se pseudo-incorporar: esses objetos não podem se mover para fora do VP, antes do movimento do VP (*à la* movimento remanescente do VP das estruturas regulares). A autora argumenta que se um objeto pode se movimentar juntamente com o verbo (*pied-piped movement*), o caso da pseudo-incorporação, ele deve fazer isso, porque senão a sentença torna-se agramatical. Portanto, na língua niuean, há uma obrigatoriedade do objeto se pseudo-incorporar ao verbo, quando os critérios necessários estão presentes: o

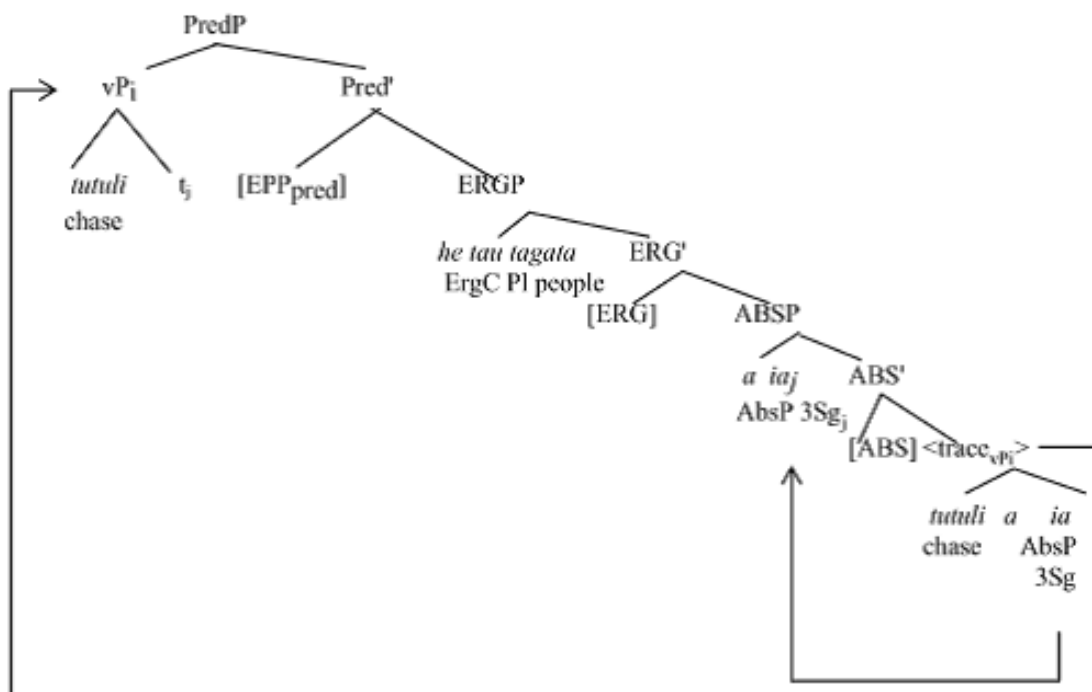
objeto não é marcado para caso, número ou posse; ele ainda deve ser não-específico.

Conforme aponta Massam (2001, 2008), há ainda outras diferenças entre sentenças incorporadas e sentenças não-incorporadas na língua niuean. As sentenças (217) e (218) representam nessa língua as estruturas não incorporadas. Diferentemente da sentença em (220) mais abaixo, percebe-se que nas sentenças em (217) e (218), entre o verbo e o complemento nominal, há diversas categorias funcionais:

(217)
 Ne tala aga e ia e tala ke he tagata.
 Pst tell Dir3 ErgP 3Sg AbsC story Goal LocC man
 'He told the story to the man.'

(218)
 tutuli he iau tagata a ia.
 chase Erg Pl people Abs 3Sg
 'The people chased him'

(219)

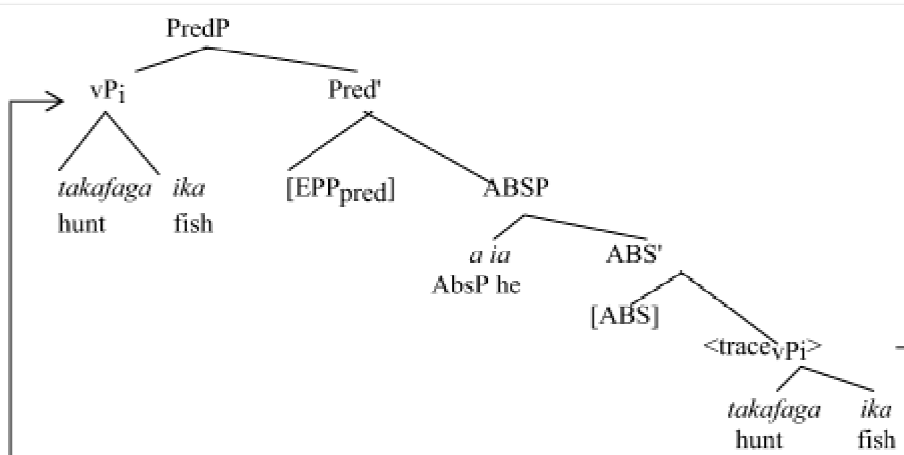


Como se observa na representação acima, antes do movimento verbal, o nome se move para receber Caso Abs. Em sentenças não-

incorporadas, o nome pode ser precedido de categorias funcionais, como de Caso, quantificadores, artigos ou marcadores plurais. Já com a versão incorporada, nada pode preceder o nome, o seu contato é direto e íntimo com o verbo: quando ocorre incorporação, necessariamente na língua niuean, o nome aparece imediatamente adjacente ao verbo. Quando o verbo se movimenta para uma posição mais alta na árvore, pois essa língua é uma língua de predicado inicial, é o bloco verbo+nome que se movimenta:

(220) Takafaga ika tūmau nī a ia.
 hunt fish always Emph AbsP he
 'He is always fishing.'

(221)



Percebe-se, na representação acima, que verbo+nome se movem juntamente para a posição inicial da sentença, tendo como resultado a ordem encontrada em (220). Portanto, há diferenças sintático-morfológicas claras na língua niuean entre estruturas que fazem pseudo-incorporação das que não fazem. Massam (2001: 120) resume os fatos na língua niuean:

“Since the nominal element in these constructions incorporated is a phrase (NP) rather than a head (N⁰), this phenomenon does not in fact constitute Noun Incorporation in the normal sense of the term. Instead, it is termed Pseudo Noun Incorporation, or PNI. An analysis is presented in which an object NP (rather than DP) is generated adjacent to a verb. Since NP cannot check absolutive case, it fails to move out of VP, hence it undergoes predicate fronting along with the verb to derive the incorporated order V-O-PARTICLES-S-X: the normal order is V-PARTICLES-S-O-X.”

Então, resumidamente, temos uma restrição enorme no sentido de Carlson (2006): em niuean, quando o nome se pseudo-incorpora ao verbo, ele tem que aparecer imediatamente após o verbo.

Comparando com o PB

Se compararmos esses dados com o PB e, em um nível mais crítico, com a análise de Saraiva (1997), é difícil manter a idéia de que no PB há pseudo-incorporação sintática, dependendo necessária e suficientemente do fato de o objeto ser um NNN. É certo que “ser nu” pode significar alguma restrição no sentido de Carlson (2006), mas, com certeza, a diferença morfossintática entre sentenças incorporadas e não-incorporadas em niuean se aproxima mais do que Carlson (2006) entende por restrição: o objeto aparece imediatamente após o verbo somente em sentenças incorporadas: o que serviu como inspiração para Massam (2001) propor o movimento de V+NP (*pied-piped movement*) para Spec, TP (movimento requerido para checar o traço EPP). Nas demais, entre o nome e o verbo, outras categorias funcionais podem aparecer; o que motivou Massam (2001) a propor o movimento remanescente do VP, como já discutido. Porém, nas formas produtivas de Saraiva (1997), não há algo nem perto dessa restrição encontrada na língua niuean. Nem mesmo a diferença entre a nossa versão incorporada e a versão não-incorporada se assemelha a essas restrições encontradas em niuean. Então, não temos no PB as mesmas distinções que a língua niuean apresenta entre estruturas incorporadas e as não-incorporadas.

A análise de Massam (2001) motiva uma incorporação frasal, dessa forma, vamos nos concentrar nesse tipo de incorporação para vermos se ela explica a diferença entre a nossa versão incorporada e não-incorporada. Como vimos, a língua niuean é de predicado inicial, então, há evidência que o verbo se move para spec,TP. Porém, no PB, não há essa evidência porque o PB não é uma língua de predicado inicial. Porém, nada impede que analisemos a possibilidade da incorporação frasal para explicar a nossa versão incorporada. Observe que caso na sentença em (222) houvesse um fenômeno de pseudo-incorporação, tudo que estivesse contido no NP se incorporaria a VP:

(222) Pedro jogou bola de gude.

Essa análise captura um fato curioso: na sentença acima, temos uma nova atividade. O bloco jogar-bola-de-gude remete a uma atividade que não é a mesma atividade que jogar-bola. Jogar bola de gude não é simplesmente arremessar a bola de gude para alguma pessoa ou lugar, mas seguir certas regras assim como em uma partida de futebol (no caso, de jogar-bola). Porém, essa explicação é tendenciosa porque pode nos levar a equívocos. Repare novamente a diferença semântica presente no par de sentenças abaixo:

(223) Pedro jogou bola com João. (incorporação)

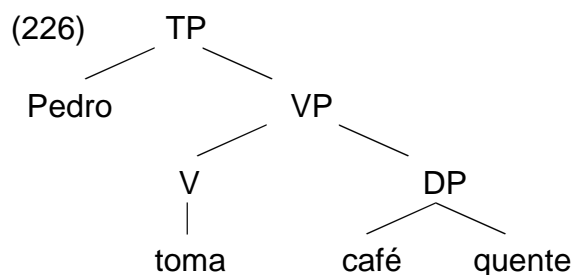
(224) Pedro jogou bola pro João. (não-incorporação)

No PB, como já mencionado, as duas formas (incorporada ou não) de *jogar bola* são possíveis, ou seja, o nome pode ou não, nos termos de Massam (2001), se pseudo-incorporar ao verbo. Somente em (223), é possível pensarmos em pseudo-incorporação, porque ela remete a uma atividade institucionalizada: João é a companhia de Pedro nessa ação típica de jogar-bola. Em (224), o que temos é uma versão não pseudo-incorporada, pois, *bola* necessariamente tem que ser um objeto a ser jogado para o João, então, João é o alvo (*goal*) da ação verbal. Essa diferença também pode ser capturada pela incorporação frasal, na mesma linha de argumento do movimento de núcleo: na versão incorporada, como todo NP se pseudo-incorpora, então, a leitura incorporada de jogar-bola surge naturalmente; na versão não-incorporada, é necessário admitir que o nome se projete até o DP, não sendo possível então a pseudo-incorporação do nome ao verbo.

Porém, caso assumamos o movimento frasal, temos um resultado indesejável: na versão não-incorporada abaixo, após a pseudo-incorporação do NP, ela passaria a possuir uma leitura pseudo-incorporada, que não é o caso:

(225) a. Pedro tomou café quente.

Novamente, a saída seria assumir que, também neste caso, o nome se projeta até o DP, proibindo a pseudo-incorporação:



Como no movimento de núcleo, a incorporação frasal é possível como uma explicação da nossa versão incorporada, se assumimos que, na versão não-incorporada, o NNN se projeta até o DP. Parece que essa dupla possibilidade de explicação para a incorporação no PB reflete a falta de motivação encontrada nessa língua para os dois mecanismos sintáticos, como formas de explicação para a incorporação: além do fato de não encontrarmos as mesmas evidências e motivações encontradas nas línguas para as quais tais mecanismos foram propostos, ainda seria necessário um mecanismo semântico informando que na nossa versão incorporada, ela remete a uma atividade institucionalizada (Mithun 1984). Além disso, como a gramática distinguiria as duas derivações, incorporada e não-incorporada, se em ambas temos aparentemente as mesmas condições morfossintáticas? Então, achamos conveniente concluir que nenhum desses dois movimentos pode explicar a incorporação na versão incorporada *jogar-bola* e *tomar-café*.

4.3. Pseudo-incorporação no progressivo alemão

Barrie (2006) e Barrie e Spreng (2008) afirmam que as construções progressivas no alemão exibem as mesmas propriedades encontradas em línguas que possuem o fenômeno da incorporação do nome ao verbo. Nessas línguas, o nome incorporado fica imediatamente adjacente ao verbo, então, entre o verbo e o nome não aparece nenhum outro material lexical. Isso também é verdadeiro para as construções progressivas no alemão⁴⁰ discutido pelos autores⁴¹:

⁴⁰ SG=singular; PRS= progressivo; PRT= particípio; DAT= dativo; INF = infinitivo; PUNCT=pontual

⁴¹ Todos os exemplos do alemão são de Barrie e Spreng (2008).

(227) Ich bin am Wasser trinken.
 I be.1SG.PRS PRT water drink.INF
 'I am drinking water.'

É ainda muito comum nessas línguas que exibem o fenômeno da incorporação, que somente objetos podem se incorporar (Baker 1988 e Mithun 1984). O mesmo se mantém para o progressivo no alemão. Quando o objeto (tema) aparece em construções progressivas, ele se incorpora ao verbo, mas quando o nome é *goal*, a incorporação não é possível. Segundo os autores, em (229), o nome é um dativo inerente, enquanto em (228), o nome *kinder* (children) é objeto indireto canônico:

(228)
 *Ich bin Süßigkeiten am Kinder geben.
 I be.1SG.PRS candies PRT children give
 'I'm giving candies to children.'

(229)
 *Ich bin am Kinder(n) helfen.
 I 1.SG.PRS. PRT children.(DAT) help.INF
 'I am helping children.'

Em línguas que apresentam o fenômeno da incorporação, verbo e nome têm apenas um único domínio acentual (*stress*). Reuse (1994) mostra essa propriedade na língua lakhota. Barrie (2006) também discute essa propriedade na língua oneida. Novamente, essa propriedade também é encontrada no alemão. Em construções progressivas, nome e verbo, juntos, formam um único domínio acentual, o que permite concluir que tais construções progressivas estão próximas das estruturas de incorporação nas outras línguas. A sentença com um único domínio acentual é (231), já em (230), nome e verbo diferenciam sua própria entonação acentual:

(230)
 Ich esse Äpfel.
 I eat apples
 'I eat apples.'

(231)

Ich bin am Äpfel essen.

I am PRT apples eat.INF

'I'm eating apples.'

Em várias línguas, entre elas aquelas discutidas por Baker (1996) e por Glougie (2000) – as línguas mohawk e blackfoot respectivamente –, as sentenças incorporadas apresentam a propriedade de exibir apenas escopo estreito. No alemão, os nomes nas construções progressivas apresentam somente escopo estreito, conforme aponta Barrie e Spreng (2008: 5):

(232)

Ich bin oft am Bücher lesen.

I be.1SG.PRS often PRT books read.INF

= 'I often read books.' oft>Bu"cher

≠ 'When I read it's often books (but sometimes magazines)'

Bücher>oft

(233)

Ich lese oft Bücher.

I read often books

= 'I often read books.' oft>Bücher

= 'When I read it's often books (but sometimes magazines)'

Bücher>oft

Na primeira sentença, o nome e o verbo podem ser pensados como incorporados, porque não há ambigüidade entre escopo largo e escopo estreito, mas somente escopo estreito: a única leitura disponível é quando *bücher* (livros) tem escopo sob o advérbio *oft* (frequentemente). Como o esperado para estruturas incorporadas, as construções progressivas no alemão remetem a uma atividade institucionalizada (Mithun 1984, Baker 1996), segundo ainda Barrie e Spreng (2008: 5):

(234)

a.Tennis spielen ('playing tennis')

b. Weihnachtsplätzchen backen ('baking Christmas cookies').

Finalmente, quando nas construções progressivas aparecem adjetivos, ainda assim acontece a incorporação, portanto, na verdade, o progressivo no alemão é um caso de pseudo-incorporação:

(235)

Ich bin am schwarz-er Pfeffer kaufen.
I be.1SG.PRS PRT black-NOM⁴² pepper buy.INF
'I am buying black pepper

Visto que o progressivo no alemão apresenta as propriedades encontradas em línguas que fazem incorporação, Barrie e Spreng (2008: 5) afirmam que a incorporação também é um fenômeno presente nesta língua:

"The German progressive construction exhibits many properties associated with NI (noun incorporation) cross-linguistically. Specifically, the nominal element is obligatorily adjacent to the verbal host, whereas in constructions other than the progressive intervening material is permitted between the verb and the corresponding nominal. The putative NI construction can be expressed syntactically, that is as a verb with a full DP complement. As is typical with NI in many languages, only theme arguments can appear in the German progressive; goals are excluded from this construction. The progressive constitutes a single stress domain, as in NI constructions in many languages. The putative incorporated nominal cannot enter into scopal ambiguities, just like incorporated nominals in other languages with NI. Finally, the putative NI construction often refers to special or institutionalized meaning. These facts strongly support the notion that the German progressive should be thought of as a type of NI and thus a valuable set of data to discussions on NI".

Krause (2002) (*apud* Emmel 2005) afirma que complementos em estruturas progressivas no alemão de verbos transitivos são obrigatoriamente incorporados. Emmel (2005) também mostrou que a incorporação é um fenômeno possível em um dialeto alemão falado em Pomerode (SC). Barrie (2006) e Barrie e Spreng (2008) não só afirmam que as estruturas progressivas no alemão exibem o fenômeno da incorporação como também oferecem uma

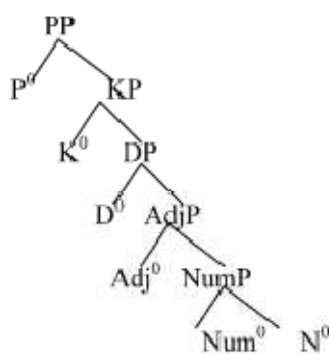
⁴² No alemão falado em Pomerode, aparece a marcação de Caso acusativo.

análise baseada em Koopman e Szabolcsi (K&S) (2000), Kayne (1994) e Moro (2000)⁴³.

Koopman & Szabolcsi (2000) mostram evidências que o nome se incorpora ao verbo nas línguas húngaro e holandês: o nome aparece à esquerda do verbo em estruturas de incorporação. Com isto em mente, Barrie (2006) mostra que, no alemão, o verbo se concatena ao nome, na ordem V+N, em uma estrutura de c-comando simétrico, violando o axioma de correspondência linear (LCA, do inglês *Linear Correspondence Axiom*⁴⁴) de Kayne (1994). Essa configuração inicial motiva a subida do nome para Spec, VP para satisfazer LCA: o resultado é a ordem esperada em construções progressivas N+V. Não entraremos em detalhes nesse mecanismo sintático, porque nosso interesse é empírico. O importante é salientar que a incorporação no progressivo alemão se aproxima do efeito de restritividade de Carlson (2006).

Os nomes nus podem possuir as formas singulares e plurais no progressivo no alemão. Como os plurais têm uma marcação morfológica de plural, é comum entendê-lo como NumP, assim como faz Barrie e Spreng (2008) para o alemão. Observe a estrutura do DP proposta pelos autores para o alemão:

(236)



⁴³ Porém, esse modelo dos autores não explica a incorporação atestada em Pomerode por Emmel (2005).

⁴⁴ *Linear Correspondence Axiom (LCA)*:

A lexical item α precedes a lexical item β iff: (i) α asymmetrically c-commands β ; or (ii) an XP dominating α asymmetrically c-commands β .

Como em estruturas incorporadas, somente há projeção até AdjP, isto é, não se projeta PP, KP⁴⁵ e DP, então, a explicação da causa da falta de morfemas de Caso e de definitude nos progressivos em alemão é uma decorrência natural dessa análise: como nem KP nem DP se projetam, então, não há marcação de Caso e definitude respectivamente.

Comparando com o PB

Se compararmos as propriedades discutidas pelos autores para argumentar que há incorporação nas estruturas progressivas do alemão, com a nossa versão incorporada, encontramos o seguinte paralelo, abaixo ilustrado:

Propriedades do nome incorporado	Progressivo alemão	Jogar-bola
Adjacência entre verbo e nome	OK	OK
Objeto tema (não objeto <i>goal</i>)	OK	OK
Escopo estreito	OK	OK
Único domínio acentual	OK	?
Atividade institucionalizada	OK	OK

Das propriedades acima enumeradas, apenas não podemos afirmar que a nossa versão incorporada não tem um único domínio acentual porque testes fonéticos são necessários para analisar a curva acentual nos exemplos-chave. Mas, intuitivamente, não há diferença acentual nas sentenças abaixo, supondo que somente na primeira temos uma leitura, provavelmente, incorporada:

(237)

- a. Pedro jogou bola com João.
- b. Pedro jogou bola pro João

Sendo ou não esse paralelo entre o alemão e o exemplo-chave válido, ainda assim, parece que no alemão a pseudo-incorporação é um

⁴⁵ Isso é diferente do alemão em Pomerode, que ainda há marcação de Caso acusativo e aparece o DP na incorporação. Ver Emmel (2005).

fenômeno mais bem definido: percebemos que a incorporação acontece somente em estruturas progressivas no alemão e quando acontece, o nome antecede o verbo e não há marcação de caso⁴⁶. Os nossos exemplos-chave nem de perto apresentam essas restrições, que são bem próximas da noção de restritividade de Carlson (2006).

4.4. *Root Incorporation*

Johns (2003, 2005) se propõe a pensar em três questões sobre o fenômeno da incorporação:

- a) Por que a incorporação do nome ao verbo é obrigatória, quando ela é possível? Isto é, quando uma língua possibilita o fenômeno da incorporação, por que nos contextos apropriados ela sempre acontece?
- b) Por que a incorporação é restrita a certa classe de verbos?
- c) Por que a incorporação é restrita a esses verbos particulares e não a outros?

Essas questões são ocasionadas pelas diferenças entre (a) e (b) no exemplo (238) abaixo e entre (a) e (b), no exemplo (239) mais abaixo (de Johns 2003: 7):

(238)

a. pitsi-mik nigi-vunga
dried.fish-mod. eat-intr.indic. 1s.

I am eating dried fish (Labrador Inuttut)

b. *pitsi-nigi-vunga
dried.fish-eat-intr.indic. 1s. (Labrador Inuttut)

Se o verbo pode se combinar com um nome não-incorporado, como em (a), representado pelo verbo *nigi-* 'to eat', então, o nome nunca pode ser incorporado, como é visível pela agramaticalidade de (b) acima. Por outro lado,

⁴⁶ O mesmo não é verdadeiro para o alemão de Pomerode. Ver Emmel (2005).

se o verbo permite a incorporação, o nome deve se incorporar ao verbo, como observa em (a); se o nome não se incorpora ao verbo, ou seja, se ele se externaliza como em (238a), a sentença é agramatical, como em (239b) abaixo (de Johns 2003: 7):

(239)

a. pitsi-tu-vunga

dried.fish-consume-intrans.indic.1s.

I'm eating dried fish

(Labrador Inuttut)

b. *pitsi-mik tu-vunga

dried.fish-mod. consume-intr.indic.1s.

(Labrador Inuttut)

Com esses exemplos acima, fica claro o que a autora está entendendo por obrigatoriedade da incorporação: se um nome pode se incorporar ao verbo, o nome deve se incorporar a ele; caso contrário, isto é, se o nome não pode se incorporar ao verbo, então, não há incorporação. Disto, a *obrigatoriedade* caminha nos dois lados: quando incorporação é possível, ela tem de acontecer e, quando a incorporação não acontece, porque ela não é possível.

Sendo assim, a língua inuktitut tem que possuir uma distinção rígida entre verbos que fazem incorporação e verbos que não fazem incorporação. Parece que esse é o caso: Johns (2003, 2005 e 2007) mostra que, na língua inuktitut, o nome somente se incorpora a verbos leves⁴⁷. Essa restrição lexical da classe verbal representa bem um exemplo do que Carlson (2006) denomina de *efeito da restritividade*.

Para Johns (2003, 2005, 2007), na língua inuktitut, ocorre a pseudo-incorporação, porque o nome pode se incorporar ao verbo acompanhado de um modificador, que ela afirma ser uma classe fechada (mais uma restrição!), como negação, aspecto e quantidade. Ela aproxima os verbos leves ao que dentro do programa minimalista (Chomsky 1998) é chamado de *v* (leia-se *vezinho*). Segundo Johns (2005: 12-3), “these verbs (de incorporação!) have no

⁴⁷ Segundo Dobrovie-Sorin *et al.* (2005) esse também é o caso da incorporação nas línguas românicas.

lexical content - are not ROOTS. The characterization of noun incorporating verbs as simple non-ROOTS effectively restricts their set to light verbs, and automatically and correctly precludes incorporating verbs such as 'tickle,' 'clean,' 'bake,' 'crumple,' 'marry,' etc”.

Ela defende que o verbo pleno, que ela aproxima do chamado V (leia-se vezão) no programa minimalista, não participa de estruturas de incorporação, ou seja, ele não pertence à classe dos verbos que permitem a pseudo-incorporação em inuktitut. Ela ainda afirma que “the existence of a finite subset of verbs which incorporate in Inuktitut is not a problem to be solved, but is instead a robust set of evidence as to the nature of light verbs, or little v”.

Compare a diferença de estruturas incorporadas das não-incorporadas em inuktitut. O exemplo em (a) corresponde a um verbo regular com um nominal; em (b), um verbo com nome incorporado (de Johns 2005: 24):

(240)

a. sikituu-mik niuviq-tunga
skidoo-mod. *buy-part. 1s*

‘I bought a skidoo’

b. sikituu-si-junga
skidoo-buy-part. 1s

‘I bought a skidoo’

Neste par de sentenças, é visível que a forma regular do verbo *to buy* é diferente da versão leve do mesmo verbo: em (a), o verbo correspondente a *to buy* em inuktitut é *niuviq*; em (b), o “mesmo” verbo tem a forma de um verbo leve, tendo a forma *si*. Além disso, é visível o fato que em (b) o nominal *sikituuq* ‘skidoo’ aparece imediatamente antes do verbo *si* ‘to buy’; em (a), entre verbo e nome há outro elemento lingüístico no meio.

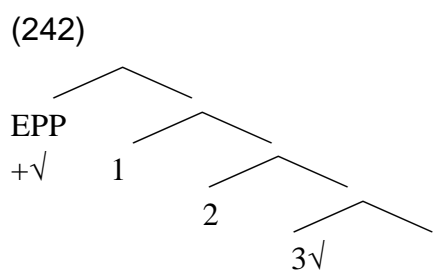
Johns (2003, 2005, 2007) propõe a seguinte explicação para esses casos: há o traço EPP, que deve ser checado em spec, TP. Para Johns (2003, 2005, 2007), esse traço ainda compartilha a seguinte restrição: ele exige que na posição inicial de qualquer sentença de incorporação ou não (lugar onde o traço EPP é checado), todas as palavras devem possuir o que ela denomina de

ROOT. Isto é, o elemento lingüístico que for checar EPP tem que ser ROOT, em inuktitut.

Então, o primeiro elemento lingüístico que contenha os critérios que satisfaçam esse traço deve se mover para a posição de EPP da sentença. As línguas podem variar quanto a que elemento satisfaz EPP. Em inglês, EPP = +DP; na língua malagasy abaixo, o traço EPP = +PRED, (de Johns 2005: 25). Repare que, em malagasy, o predicado satisfaz EPP e aparece na posição do EPP (spec, TP) na sentença:

(241) Manasa sara lamba Rakoto
Pres.AT.wash clothes well Rakoto
 ‘Rakoto washes clothes well’

Porém, em Inuktitut, o EPP = +ROOT. Segundo a autora, ROOT é o elemento lexical que satisfaz o EPP e deve aparecer no início do complexo verbal. Considere a seguinte estrutura:



No caso da língua inuktitut, o traço EPP vai procurar algum elemento ROOT mais próximo para satisfazê-lo. Em (240a), cujo verbo é ROOT, um V, ele satisfaz o requerimento de EPP: o resultado é que todos os verbos ROOT aparecem no início do complexo verbal em inuktitut. Em (240b), com um verbo leve *v*, não-ROOT, o EPP só pode ser satisfeito quando encontrar o primeiro ROOT: neste caso, o nominal tem que se mover para satisfazer o traço. Note que o nome deve ser *nu* para satisfazer tal requerimento, porque nome marcado pra Caso, número ou posse, isto é, nome flexionado deixa a sentença incorporada agramatical, como vimos acima.

Como a única exigência que o elemento lingüístico tem que ter para satisfazer EPP é o traço +ROOT, então, qualquer elemento que contiver esse

traço vai satisfazer EPP. Isso explica porque frases QU (*WH elements*) e mesmo nomes próprios, em inuktitut, se incorporam quando combinados com um verbo leve, como nas sentenças abaixo:

(243)

a. suna-tuq-pin

what/something-consume-interr2s

‘What are you eating?’

b. Sherri Lee-ngujaaq-tuq

Sherrilee-look.like-part3s

‘She looks like Sherri Lee’

Com esse esboço do modelo de Johns (2003, 2005), é possível voltarmos às três questões inicialmente colocadas, aqui repetidas:

a) Por que a incorporação do nome ao verbo é obrigatória, quando ela é possível? Porque quando o verbo é leve, ocorre necessariamente a incorporação; “that noun incorporating verbs of the type found in Inuktitut are intrinsically light verbs only and that their restricted set of meanings and the fact that they obligatorily incorporate are explained from this fact” (Johns 2005: 35).

b) Por que a incorporação é restrita a certa classe de verbos? Porque eles são verbos leves que de alguma forma precisam de um conteúdo lexical (semântica) que advém do nome (vale lembrar que em estruturas incorporadas, enquanto o verbo leve é -ROOT, o nome nu é +ROOT). Então, os dois juntos atribuem a informação semântica.

c) Por que a incorporação é restrita a estes verbos particulares e não a outros? Porque os demais verbos têm conteúdo lexical, que por si só são capazes de atribuir informações semânticas, não permitindo, portanto, a incorporação.

Por fim, essas mesmas restrições estão presentes também na língua Halkomelem Salish (Salish languages), discutida por Wiltschko (2007). Esse

autor propõe uma análise (*root incorporation*), nos moldes de Johns (2003, 2005, 2007), para explicar a incorporação nessa língua. Ele afirma que os sufixos lexicais em Halkomelem Salish têm um caráter duplo: quanto ao significado, eles se aproximam dos nomes; quanto à sua forma, eles se aproximam de categorias funcionais. Ele afirma que esses sufixos têm muito em comum com os nomes incorporados em certas línguas, pois eles apresentam três propriedades da incorporação: eles não têm morfologia de posse, não têm marcadores plurais e aparecem sem determinantes. O primeiro a fazer essa relação entre os sufixos lexicais e nomes incorporados foi Kroeber (1909), segundo Wiltschko (2007: 2). Wiltschko (2007: 3) defende que os sufixos lexicais em Halkomelem Salish não são nomes em si, mas são uma espécie ‘nomes incorporados’, porque ambos são -ROOT:

“I argue instead that LEXSUFs and certain “incorporated nouns” are categorically defective and are best analyzed as category-less roots. Subclasses of category-less roots, can only be defined in terms of form or meaning. And this is precisely how LEXSUFs appear to be defined: they are associated with a restriction on form (they are bound) and a restriction on meaning (they denote concepts from the domain of individuals)”

Os sufixos lexicais (LEXSUFs) são diferentes dos nomes sintática e semanticamente, e apresentam diferenças de distribuição. Wiltschko (2007) explica essas diferenças propondo que esses sufixos são incorporados, enquanto os nomes não. Um dos argumentos é que os sufixos lexicais não saturam o predicado; já os nomes em Halkomelem Salish saturam. Repare que nos exemplos abaixo os sufixos lexicais co-ocorrem com outros nominais que funcionam como objeto direto (esses sim podem saturar o verbo):

(244)

a. th'éxw-wíl-t-es te ló:thel
 wash-dish-trans-3s det dish
 'He washed the dish.'

b. th'éxw-wíl-t-es te lepót
 wash-dish-trans-3s det pot
 'He washed the cup.'

Outra evidência para afirmar que os sufixos lexicais são incorporados ao verbo - e como tais não o saturam - é que a concordância com o objeto não é sensível aos sufixos lexicais, antes, a concordância ocorre com o objeto direto. No exemplo abaixo, a concordância do objeto é com a 1ª pessoa (do objeto direto), não com a terceira que é a pessoa do sufixo lexical:

(245) xwmékwàthet-tses-t-oxw-es te Martina
 kiss-hand-trans-1pl.object-3s det Martina
 ‘Martina kissed our hands.’

Nesse exemplo, o sufixo lexical, segundo o autor, modifica o verbo, assim como o nome incorporado modifica o verbo. Além disso, ele fica opaco sintática e semanticamente: isto é, ele não é nem argumento nem referente discursivo. Então, é lícito pensar, com Wiltschko (2007), que sufixo lexical é incorporado ao verbo, explicando dessa forma as diferenças de distribuição em relação aos verdadeiros nominais (aqueles que podem ser argumentos e referentes discursivos) em Halkomelem Salish. Novamente, com essa língua, é visível a noção de restritividade de Carlson (2006).

Comparando com o PB

Em primeiro lugar, parece que as três questões levantadas por Johns não fazem sentido algum para o PB. Hipoteticamente, imaginemos que essa passagem de Saraiva (1997: 68) sobre as forma produtivas esteja correta, aqui repetida: “A emergência da interpretação incorporada do SN nu objeto é um fenômeno sistemático em português, ou seja, é independente de condicionamentos léxicos, quer da parte do verbo, quer da parte do nome”. Nessa situação, o NNN na posição de objeto sempre se incorpora ao verbo, de forma sistemática, então, a incorporação no PB acontece com esse sabor de obrigatoriedade. Porém, ainda nessa situação hipotética, as duas últimas perguntas não podem ser aplicadas ao PB, porque o NNN (qualquer um!) se incorpora a qualquer verbo, indistintamente. Saraiva (1997) menciona dois casos em que a incorporação não acontece: verbos associativos (como *misturar*, *igualar*, *combinar*) e verbos de *Small Clauses* (como *considerar* e

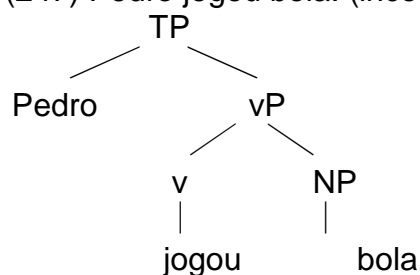
julgar). As razões pelas quais tais verbos são excluídos do fenômeno em pauta são distintas: no primeiro grupo de verbos, temos um objeto mais complexo: misturar ‘x com y’. Quanto à segunda classe, observe o exemplo abaixo:

(246) Pedro considerou criança doente.

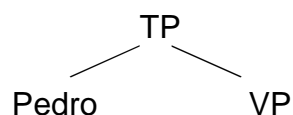
O NNN *criança* está aparentemente na posição de objeto: ele é o sujeito da predicação ‘x um doente’; por ser sujeito, ele não compartilha os traços necessários para a incorporação: é válido lembrar que para a autora o NNN na posição de sujeito compartilha os traços [-I, +M, +U], que é diferente da incorporada [-I, -M, -Pr]; além do mais, ela utiliza o modelo de Baker (1988), então, pelo HMC, apenas o objeto poderia se incorporar. Então, temos duas classes de verbos que não participam de estruturas de incorporação. Mesmo assim, as duas últimas questões levantadas por Johns (2003, 2005) não fazem sentido porque as formas produtivas não estão restritas a certa classe de verbo, nem tão menos a um tipo de verbo (como verbo leve), e não a outro. Então, não encontramos no PB as mesmas *restrições* encontradas nas línguas discutidas por Johns (2003, 2005, 2008) e Wiltschko (2007).

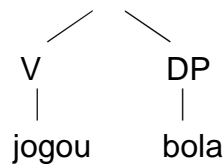
Se pensarmos que os verbos *jogar/tomar* são uma espécie de verbo leve, ainda assim o paralelo não é o mesmo que se encontra em inuktitut, porque o nosso exemplo-chave é ambíguo entre uma versão incorporada e não-incorporada. Então, não é possível estender essa noção de *root incorporation* para os casos abaixo porque, se sim, teríamos que assumir que em um momento *jogar* é verbo leve, em outro, verbo pleno:

(247) Pedro jogou bola. (incorporada)



(248) Pedro jogou bola. (não-incorporada)





Além disso, tanto na versão incorporada quanto na versão não-incorporada, a ordem sintática é a mesma. Sendo assim, os fatos nos exemplos-chave mostram que não há as mesmas restrições morfossintáticas encontradas em inukitut nem na língua Halkomelem Salish, discutida por Wiltschko (2007). Essas restrições presentes nessas línguas parecem clarificar mais o que Carlson (2006) denomina de *efeito de restritividade* que, mais uma vez, parece estar ausente no PB, como afirma o próprio autor.

4.5. A incorporação como *opção*

Em Stvan (1991, 1993, 1998, 2007a e 2007b), o nome nu singular em inglês⁴⁸ pode ser ora referencial ora incorporado (do tipo *e* ou *<e,t>*, respectivamente). Stvan (2007b) investiga o nome nu singular contável no inglês e mostra que somente em alguns contextos é lícito falar em incorporação, então, o fenômeno da incorporação é uma *opção* na língua, não uma função produtiva (muito próximo do efeito de restritividade de Carlson (2006). Bem diferente de Saraiva (1997): para esta, há quase uma obrigatoriedade do NNN na posição de objeto se incorporar ao verbo. Stvan (2007b) propõe responder a três questões centrais acerca do nome nu singular contável no inglês:

- 1) O nome nu singular incorporado tem um determinante coberto?
- 2) Se há incorporação, há diferença na distribuição do nome nu singular?
- 3) Se o nome nu singular envolve incorporação, isso explica as diferentes leituras do nu singular no inglês?

A primeira pergunta está relacionada ao *insight* de Longobardi (1994) de que há determinantes nulos em algumas línguas. A segunda e terceira

⁴⁸ Para o inglês, mantemos o *nome nu singular*, porque em alguns contextos ele tem implicatura de singularidade.

perguntas estão relacionadas ao *efeito de restritividade* de Carlson (2006): os nomes incorporados apresentam restrições quando comparados a nomes não-incorporados? No inglês, o nome nu singular contável tem sim algumas restrições muito mais bem definidas que aquelas discutidas no primeiro capítulo sobre o NNN no PB. Vamos comentar algumas.

Em (a), aparece o nome nu plural contável, em (b), o nome de massa e, em (c), o nome nu singular contável, sendo esta sentença (c) a única agramatical:

(249)

- a. I write poems.
- b. I write poetry.
- c. *I write poem.

Stvan (1998: 17-19) propõe um teste para ver a possibilidade do nome (nu) contável aparecer no inglês: *speaking of... test*, como representado em (250). Novamente, somente com o nome nu singular contável parece ruim, como mostra as sentenças em (251). Porém, com alguns nomes nus singulares contáveis, as sentenças tornam-se gramaticais, como se observa em (253). Com nome de massa, sempre é bom, como em (252):

(250) Speaking of _____.

(251) Nomes contáveis (em geral)

- a. Speaking of *poem/a poem/poems
- b. Speaking of *table/a table/tables
- c. Speaking of *park/the park/parks

(252) Nome de massa

- a. Speaking of poetry
- b. Speaking of grass
- c. Speaking of motivation

(253) Nome nu singular contável (somente alguns nomes)

- a. Speaking of school/church/college/home
- b. Speaking of breakfast/sabbatical/vacation/break
- c. Speaking of videotape/film/tape

Com essas sentenças acima, percebe-se que somente com alguns nomes nus singulares contáveis o resultado do teste traz construções gramaticais, como as de (253). Com outros nomes nus singulares contáveis, como em (251), o resultado do teste mostra construções agramaticais. Portanto, há uma restrição lexical: somente alguns nomes nus singulares contáveis passam no teste *speaking of*. Vamos a outro exemplo.

Ambas as sentenças abaixo são gramaticais, mas apresentam diferentes leituras: somente em (a), Flossie é prisioneiro; em (b), ele pode ser um mero visitante:

(254)

- a. Flossie is in prison
- b. Flossie is in a prison

Nessas sentenças, o nome nu singular contável no contexto preposicionado tem uma restrição semântica: reduz Flossie ao estado de estar preso. Com o indefinido, além desta leitura, é possível a leitura de que a prisão é apenas o lugar que Flossie se encontra naquele momento ou como alguém que trabalha lá, um visitante, um padre dominical...

Stvan (2007b) mostra as três posições possíveis do nome nu singular contável em inglês: sujeito, objeto e PPS, mas se concentra no nome nu singular contável somente em PPs locativos: desse lugar, surgem três leituras possíveis:

4.5.1. Nome nu singular contável usado como genérico

Em (255) abaixo, o nome nu singular contável denota os lugares (como um todo) onde o evento ocorre, não fala de um lugar específico: “the uses of *campus* and *prison* name kinds of locations where the asserted events occur” segundo Stvan (2007b: 7) (exemplos e destaques de Stvan (2007b: 7):

(255) “These joint ventures suggest that there are opportunities **in prison** for many kinds of companies.” (James K. Stewart, “Some Businesses Put Prisons to Work,” Wall Street Journal, July 26, 1989)

= in prisons

4.5.2. Nome nu singular contável usado em predicados locativos com idéia de atividade ou estado

Nas sentenças abaixo, o nome nu singular contável é usado para indicar atividade ou estado, ou seja, descreve a situação como representando uma atividade ou estado que se passa o indivíduo. Observe os exemplos de Stvan (2007b: 8) (destaques do autor):

(256)

a. “Two are currently in foster care — one girl because her father is **in prison** for murdering her mother; another girl spent last year in foster care.” (Susan Sheehan, “Kid, Twelve,” The New Yorker, Aug. 19, 1996, p. 54)

= serving time as a prisoner

≠ in prisons

A sentença (256) é diferente da sentença (255) porque na sentença (255), fala-se sobre as prisões em geral, é genérica, mas em (256), sobre um estado de um indivíduo em uma localidade particular: estar prisioneiro. O mesmo é verdadeiro nas outras sentenças em (y): “thus, depending on issues like whether the locatum is human (como em (256)) or abstract (como em (255)), *in prison* could be interpreted as an activity predicate describing the situation of being imprisoned or used to refer generically to a characteristic of prisons” (Stvan 2007b: 8)

4.5.3. Nome nu singular contável usado como definido dêitico

Como se observa nos exemplos (a), (b), e (c) a seguir, as leituras são ancoradas na primeira, segunda ou terceira pessoa, respectivamente. Em certas construções, várias leituras são possíveis, com a primeira, segunda ou

terceira pessoa como mostra o exemplo (d). Esses exemplos mostram que o nome nu singular no inglês pode ser referencial, funcionando como um definido dêitico (exemplos e destaques de Stvan (2007b: 8-9):

(257)

a. “I work **at home**, and I have found that this arrangement has a tremendous potential for personal growth, because nobody will notice if you eat as many as 20 lunches per day.” (Dave Barry, usenet group clari.feature.dave_barry, May 9, 1992)

= **my home**

b. “Look out America, the world’s smallest con artist is **in town**.” (Billboard for the movie Curly Sue, 1991)

= **your [the reader’s] town**

c. “I looked in his room as he was falling asleep **in bed**.” (Ronald G. Shafer “Stolen Future: Drug Abuse Exacts its Most Tragic Toll From Nation’s Young,” Wall Street Journal, July 31, 1989)

= **his [the locatum’s] bed**

d. “My dad was **in town** the weekend before my birthday at the DEMA Show at the Anaheim Convention Center.” (http://www.net-quest.com/_chasbo/)

= **my town/your town/my dad’s town**

Por fim, as próprias palavras de Stvan (2007b: 8):

“The nominal is used to refer to one identifiable referent. This reading involves more than a wide-scope “specific indefinite” reading, since it functions to pick out a place identifiable to the speaker and hearer. Thus, in this use the nominal functions as it would with a definite article, possessive, or demonstrative in a definite DP. Stvan (1998) suggested that this reading was due to an implicature of familiarity. In this reading the nominal is indexical, the deictic anchor for identifying the nominal being the speaker, the hearer, the located entity (the locatum), or the place of the utterance.”

Com essa discussão, podemos voltar às três questões propostas pelo autor:

1) O nome nu singular incorporado tem um determinante coberto?

R1: o nome nu singular no inglês tem que ter mais de uma estrutura: NP para nome nu singular contável incorporado e DP com determinante coberto, para os referenciais;

2) Se há incorporação, há diferença na distribuição do nome nu singular?

R2: sim. “Regarding distribution, BSCNs in subject position have anaphoric ability, though they are used to pick out event-type referents rather than individuals. They are not number neutral, requiring a singular interpretation and singular concord. Thus for anaphora and number neutrality they are unlike cases of semantic incorporation. BSCNs as direct objects are found with both deictically definite readings that allow anaphora to an identifiable referent, which must be singular, yet also with activity readings in which no distinct referent is evoked and the nominal is number neutral. Thus the first type of direct object use is more like referential nominals, while the second acts more like incorporated nominals. Finally, BSCNs in PPs also had nominals that were definitely deictic, allowed anaphora and required a singular interpretation, and thus they were unlike incorporated nominals. Yet BSCNs in PPs with activity readings, when they evoked a referent at all, it was number neutral. In addition, the sense of institutional activity was in keeping with other cases of incorporation. Likewise, generics, the third reading of PPs with bare forms allowed anaphora to states and activities, and showed number neutrality, so this use is more like incorporated nominals, too. None of the three positions allowed modification of the bare nominals directly, but the larger unit of V+N or P+N could be modified for generic and activity uses, showing that they again act in a way like a more tightly connected unit than do the parts of PPs containing deictic definites.” (Stvan 2007b: 18)

3) Se o nome nu singular envolve incorporação, isso explica as diferentes leituras do nu singular no inglês?

R3: sim, porque os usos genéricos e estativos podem ser pensados como incorporados, e alguns usos dêiticos como nomes referenciais, como não-incorporados.

4.5.4. Conclusão de Stvan (2007b):

(i) PP e OD: parecem que são incorporados – não têm transparência discursiva e são neutros;

(ii) Sujeitos: comportam-se como argumentos referenciais, podem ser antecedentes discursivos, mas não co-referem com plural: eles implicam um referente singular;

(iii) Alguns nomes nus agem como definidos (referenciais), outros como incorporados. Portanto, há uma *opção* no inglês de que em alguns contextos, o nome nu singular contável pode incorporar ao verbo.

Comparando com o PB

No primeiro capítulo, vimos um quadro geral do NNN no PB. Ele pode acontecer na posição de sujeito, objeto, em PP e pós-cópula: a única restrição é na posição pré-verbal de contextos episódicos, em alguns PPs e como objeto de predicados de espécie. Quanto à neutralidade para número, assumimos autores que afirmam que ele é neutro (Schmitt e Munn 1999, 2000, 2002; Munn e Schmitt 2001, 2005; Kester & Schmitt 2005; Müller 2002). Ainda no primeiro capítulo, vimos que o NNN no PB não pode ser um definido, mas parece, ao contrário, carregar um traço de indefinidade, apesar de não compartilhar as características de um indefinido, em particular por não ter escopo amplo, como já evidenciamos.

Quanto aos exemplos discutidos por Stvan (2007), no PB é possível aqueles casos que são agramaticais no inglês:

(258) *I write poem.

Eu escrevo poema.

Quanto ao teste '*speaking of...*', se aplicado ao NNN no PB, percebemos que as sentenças são gramaticais, quando comparados ao inglês:

(259) Speaking of _____.

(260) Nomes contáveis

a. Speaking of *poem/a poem/poems

Falando de poema⁴⁹/um poema/poemas

b. Speaking of *table/a table/tables

Falando de mesa/uma mesa/mesas

c. Speaking of *park/the park/parks

Falando de parque/um parque/parques

⁴⁹ Não sabemos se nessa construção há uma introdução de foco, algo como *falando de poema, nada melhor do que Fernando Pessoa*. Ou ainda algo em que o tema da discussão é poema: *Eles estão falando de poema*.

(261) Nome de massa

Speaking of poetry

Falando de poesia

(262) Nome nu singular contável

Speaking of school/church/college/home

Falando de escola/ igreja/colégio/casa

Com se percebe, o NNN no PB acontece tanto nos casos em não é possível no inglês, quanto naqueles que são possíveis. Em inglês, o nome nu pode ser referencial. No primeiro capítulo, mostramos que o NNN é o que tem menos condições de referir a um indivíduo no mundo, quando comparado ao definido, indefinido e plural nu. Porém, casos como “Eu trabalho em casa”, seguindo Stvan (2007b), o NNN é referencial: denota a residência do falante. Porém, há outros casos no inglês que são referenciais, como na posição de sujeito, que parece não ser possível no PB. Então, não temos a mesma restrição encontrada na língua inglesa.

Em contrapartida, há algo em Stvan (2007) que pode ser uma hipótese plausível para explicar o comportamento do NNN no PB. Vamos voltar aos nossos exemplos-chave. Como já mencionado durante todo o texto, eles parecem ser ambíguos entre uma leitura incorporada e uma leitura não-incorporada. E, da mesma forma como propõe Stvan (2007) para o inglês, no PB parece que a incorporação é uma *opção*. Assim, poder-se-ia supor que essa mesma tese se aplica ao NNN no PB: ora ele pode ser DP (do tipo e) quando ele não é incorporado (tanto na nossa versão não-incorporada quanto nas formas produtivas de Saraiva (2007), confirmando as propostas de Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005) e Lopes (2006 e 2008)). Porém, o NNN pode também ser incorporado (do tipo <e, t>), em alguns casos, como nas nossas versões incorporadas abaixo:

(263)

a. Pedro jogou bola com João

b. João tomou café às cinco horas.

Tais exemplos são entendidos como incorporados porque (i) eles remetem a uma atividade institucionalizada; (ii) não admitem focalização ou topicalização; (iii) não podem ser retomados anaforicamente; (iv) têm sempre escopo estreito; (v) são neutros para número e (vi) são não-específicos. Então, parece que essa opção do NNN ser do tipo *e* ou do tipo *<e, t>* também está disponível no PB. No final da tese, voltaremos a essa discussão.

4.6. Conclusão do quarto capítulo

A partir desse capítulo, vimos que as línguas para as quais se propõem a incorporação apresentam claramente o efeito de restritividade de Carlson (2006), esclarecendo em parte o que o autor entende pelo mesmo: o resultado da incorporação faz aparecer algumas restrições morfossintáticas, como aquelas discutidas nesse capítulo. Como visto, há diferenças empíricas no processo de incorporação nas línguas, suscitando uma ou outra análise. Diante dos fatos discutidos nas outras línguas, é possível traçar um paralelo:

- Nomes podem incorporar com modificadores em niuean, malagasy e turco, mas não em mapudungun e mohawk, logo, podem ser pseudo-incorporados nas primeiras línguas e incorporados no segundo grupo de línguas.

Em pesquisas futuras, é interessante averiguar se esses dois tipos de movimentos servem como parâmetros para a (pseudo) incorporação entre as línguas: como vimos, há línguas em que acontece apenas a incorporação do núcleo, outras, a incorporação frasal. Vicente (2007) propõe algo parecido, ao afirmar que há dois parâmetros para o movimento do predicado (ele estuda línguas que fazem frenteamento do VP): movimento de núcleo-a-spec e movimento do VP remanescente. Segundo o autor, o primeiro movimento é inspirado pelo movimento de núcleo de Baker (1988), porque apenas o núcleo se move, enquanto o segundo, pelo frasal de Massam (2001), porque todo o NP se move para fora do VP e depois o VP remanescente se move para a posição inicial da sentença (Vicente 2007: 241-2):

“I (Vicente) proposed a typology of predicate movement based on whether this process in a given language involves phrase movement, long head-to-spec movement, or either:

A typology of predicate movement

Languages with only (remnant) VP movement – English, Niuean, Malagasy...

Languages with only long head-to-spec movement – Hungarian, Bulgarian, Serbo-Croatian...

Mixed languages – Spanish, German, Hebrew...”

No PB, o NNN não tem restrição sintática, não passando pelo efeito de restritividade de Carlson (2006). Porém, como vimos, para Carlson (2006), a restritividade pode ser sintática, semântica e/ou pragmática. Então, o NNN poderia ter alguma restrição semântica, como parece sugerir Saraiva (1997) ao indicar que ele tem a matriz [-I] [-M] [-Pr]. Mesmo assim, se verificarmos que no PB o NNN tem restrição semântica, isso seria uma justificativa para termos incorporação semântica, não a sintática, como propõe Saraiva (1997). Dessa forma, no próximo capítulo, discutimos outras línguas, que apresentam motivações semânticas para algumas teorias, assim como para dispor de mais evidências para entendermos o que seriam propriamente essas restrições semânticas.

Quanto aos nossos exemplos-chave, parece que a hipótese mais plausível é a que Stvan (2007b) desenvolve para o singular nu no inglês: a incorporação no PB é uma *opção*, como naqueles casos que estamos denominando de versão incorporada: *jogar-bola* e *tomar-café*. Nos outros casos, o NNN é DP, não podendo dessa forma se incorporar ao verbo.

5. A (PSEUDO) INCORPORAÇÃO SEMÂNTICA E O PB

Como no anterior, o objetivo desse capítulo é esmiuçar melhor a noção de efeito de restritividade de Carlson (2006), a partir da (pseudo) incorporação semântica. Essa noção de restritividade se mostrou presente naquelas línguas discutidas no capítulo anterior e, como veremos, ela também aparece nas línguas discutidas nesse capítulo. Também nesse capítulo, mantemos as diferenças entre, de um lado, as *formas produtivas* de Saraiva (1997), e de outro, a nossa noção de *incorporação*, representada pelos exemplos-chave *jogar-bola* e *tomar-café*, que são ambíguos entre uma versão incorporada e outra versão não-incorporada.

Nesse capítulo, discutimos apenas a incorporação semântica e pseudo-incorporação, por espaço e escolha metodológica⁵⁰. Diferentemente do capítulo anterior, comparamos esses dois tipos de incorporação com PB somente ao final do capítulo.

5.1. A incorporação semântica

Van Geenhoven (1998) investiga um dos dialetos da língua greenlandic⁵¹, que apresenta a incorporação semântica: o dialeto west greenlandic (doravante, WG).

Sadock (1980: 311) afirma que o nome incorporado na língua Greenlandic pode ser retomado anaforicamente. Ele compara o exemplo em (264), de WG, com o inglês, em (265). O autor afirma que em WG o nome incorporado é transparente discursivamente e pode ser retomado pelo pronome anafórico, diferentemente do inglês que não pode porque é uma composição lexical:

(264)

Suulut timmisartu-liur-p-u-q.

Suluusa-qar-p-u-q.

⁵⁰ Há pelo menos mais três modelos semânticos que definem a incorporação diferentemente: Farkas e de Swart (2003), Chung e Ladusaw (2004) e Dayal (2007). Como esses modelos apresentam o mesmo padrão com aqueles aqui discutidos, no sentido que as estruturas incorporadas têm certas restrições (Carlson 2006), então, achamos melhor excluí-los da discussão desse capítulo, mas podem servir como leituras extras para os leitores instigados pelo tema.

⁵¹ Essa língua é falada por pessoas que vivem na Greenland, uma província dinamarquesa. Essa língua é da família *Eskimo-Aleut*.

S.ABS airplane-make-IND-[-tr]-3SG. wing-have-IND-[-tr]-3SG.

"Suulut made an airplane. It (= the airplane) has wings. "

(265) John is an airplane-constructor. # It (= the airplane) has wings.

Sadock (1980) afirma que a diferença entre essas duas línguas é explicada a partir da idéia de Postal (1967) de que palavras são ilhas: em WG, Sadock (1980) propõe que o complexo verbal pertence ao domínio sintático, enquanto a composição em inglês é do domínio lexical, lugar da formação de palavras: como palavras são ilhas, a anáfora não é possível.

Van Geenhoven (1998) mostra que em WG a incorporação não é um mecanismo sintático nem lexical, ele pertence ao domínio semântico, com algumas propriedades: (i) o verbo perde sua valência quando incorpora o nome, ou seja, o verbo passa de transitivo para intransitivo; (ii) o nome é um N^0 , não um NP; (iii) o nome aparece adjacente ao verbo nas estruturas incorporadas; (iv) o nome incorporado pode introduzir um referente discursivo, portanto, pode ser retomado anaforicamente. Ela argumenta que o nome incorporado é um predicado, que junto com o verbo formam um predicado complexo. O exemplo abaixo é típico de incorporação em WG, que a autora afirma que não é alvo de movimento, mas o nome é gerado na base, como na representação em (c). Além do mais, em estruturas incorporadas, não há nenhum item lexical entre o verbo e o nome, e esse antecede o verbo, como é visível em (a):

(266)

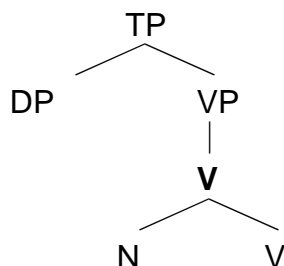
a. Angunguaq eqalut-tur-p-u-q

A-ABS salmon-eat-IND-[-tr]-3S

"Angunguaq ate salmon."

b. $\exists x$ [salmon(x) & ate(a,x)]

c.



Em (c), a união de um verbo com um nome forma um V. Dessa forma, eles são adjacentes e entre eles não pode ocorrer nenhum outro item lingüístico. Van Geenhoven (1998) afirma que o nome incorporado age como um indefinido: introduz referentes discursivos. Em sua forma lógica, percebe-se a presença de um existencial. A autora mostra que há duas versões de um mesmo verbo, como *comprar*. Em (a), temos a versão não-incorporada do verbo *comprar*, em (b), a incorporada:

(267)

a.

$\lambda y_e \lambda x_e [\text{comprar}(x, y)]$

b.

$\lambda_{\langle e, t \rangle} \lambda x_e \exists y [\text{comprar}(x, y) \ \& \ P(y)]$

Como se observa, a versão incorporada do verbo *comprar* tem algumas características que não estão presentes na versão não-incorporada: i) o nominal incorporado denota uma propriedade; ii) o verbo contém um existencial como parte de seu significado: “existential interpretation is lexicalized as a part of the verb's meaning” (Van Geenhoven 1998: 51). Segundo a autora, o verbo incorporado em (b) se comporta como um subconjunto do verbo não-incorporado em (a). Dessa forma, a incorporação semântica também restringe a uma atividade específica (Mithun 1984).

Observe que em WG tanto o verbo leve quanto o verbo pleno podem participar de estruturas incorporadas. Em (268), temos um verbo leve, em (269), pleno. Repare a adjacência estrita entre verbo e nome, sendo que os morfemas e operadores aparecem após o verbo:

(268) Qassi-nik qimmi-qar-p-i-t ?

how-many-INST.PL dog-have-INTER-[-tr]-2SG

‘How many dogs do you have ?’ (Van Geenhoven 1998:20)

(269) Arnajaraq aalisaga-si-nngi-l-a-q.

Arnajaraq-ABS fish-buy-NEG-IND-[-tr]-3SG

‘Arnajaraq didn’t buy any fish.’ (Van Geenhoven 1998:31)

Em sentenças possessivas, como em (270), o possuidor é um argumento do verbo, não um verdadeiro possuidor do nome incorporado, segundo a autora:

(270)

a. Nuka-p puisi ami-ir-paa.

Nuka-ERG seal.ABS skin-remove-IND.3sS/3sO

‘Nuka removed the skin from the seal.’

Se pensássemos em Baker (1988) com o movimento de núcleo, cujo possuidor fica no NP quando o nome se move para se incorporar ao verbo (*possessor stranding*), então, na sentença acima, talvez fosse possível admitir que o possuidor ficasse remanescente após o movimento do nome. Van Geenhoven (2002:779) afirma que esse não é o caso em WG (o mesmo movimento que Michelson (1991) faz para a língua oneida, *apud* Van Geenhoven 1998): ela afirma que não há *possessor stranding* nessa língua, mas que o possuidor *seal* é um terceiro argumento do verbo não um possuidor do nome incorporado *skin*. Dessa forma, ela conclui que o nome incorporado é gerado na base em estruturas incorporadas, porque ele satura o verbo, deixando-o intransitivo.

Van Geenhoven (1998: 132) define a incorporação semântica da seguinte forma:

(271) $\lambda P\lambda w\lambda x\exists y$ [Verb_w(x, y) & P_w(y)]

A incorporação semântica é um mecanismo que permite que uma propriedade (indefinidos predicativos) torne-se argumento de outro predicado. O fechamento existencial da variável é entendido como parte do significado do verbo. Disso segue toda uma teoria sobre os indefinidos fracos: McNally e Van Geenhoven (1998: 1) afirmam que quando um nominal denota uma propriedade, ele é fraco, oposto a forte. Se ele é fraco, ele tem somente escopo estreito e, em contextos intensionais, apenas a leitura opaca. Eis as definições das autoras de fraco e forte:

Fraco: um nominal α é interpretado fracamente (ou fraco) em um contexto C se e somente se α denota uma propriedade em C⁵².

Forte: um nominal α é interpretado fortemente (ou forte) em um contexto C se e somente se α não é interpretado fracamente (ou fraco)⁵³.

Van Geenhoven (1998: 5) afirma que o escopo em WG é fixo em estruturas incorporadas: somente escopo estreito. A sentença (272), (de Bittner, 1994: 118), não pode significar que há uma carta de Kaali que Juuna não enviou, mas apenas que não é o caso que Juuna enviou uma carta de Kaali; em (273), o mesmo é verdadeiro, como se observa a possibilidade de (b), contra a interpretação indesejada pra (c) (de Van Geenhoven, 1998: 31):

(272)

Juuna Kaali-mit allagar-si-nngi-l-a-q.
Juuna-Abs Kaali-Abl letter-get-Neg-Ind-Tr-3SG

(273)

- a. Arnajaraq aalisaga-si-nngi-l-a-q.
A.ABS fish-buy-NEG-IND-[-tr]-3SG
- b. 'It is not the case that Arnajaraq bought (one or more) fish.'
- c. # 'There is/are (a) fish that Arnajaraq didn't buy.'

Com essa noção de incorporação semântica, Van Geenhoven (1998: 35) deriva porque o nome nu tem apenas escopo estreito na sentença acima. Assim, como no contexto intensional, a única leitura disponível é a opaca, como na sentença incorporada abaixo em WG:

(274)

Vittu cykili-sar-siur-p-u-q.
VittuAbs bike-Fut-look.for-Ind-[-tr]-3Sg

⁵² Em inglês, “weak: a nominal α is weakly interpreted (or weak, for short) in a context C if and only if α denotes a property in C” (McNally e Van Geenhoven 1998: 1).

⁵³ Em inglês, “strong: a nominal α is strongly interpreted (or strong, for short) in a context C if and only if α is not weakly interpreted (or weak) (McNally e Van Geenhoven 1998: 1).

"Vittus is looking for a bike."

Em WG, ainda se o nome incorporado está acompanhado por um modificador externo que deveria ter intuitivamente uma leitura transparente, ele é interpretado como opaco. Em (276), temos um nome sendo modificado por *marlunnik* (*two*):

(275)

Vittu cykili-ssar-siur-p-u-q.

V.ABS bike-FUT-look.for-IND-[-tr]-3SG

i. 'Vittus is looking for just any bike.'

ii. # 'There is/are bike(s) such that Vittus is looking for it/them.'

(276)

Vittu marlun-nik cykili-ssar-siur-p-u-q.

V.ABS two-INS.PL bike-FUT-look.for-IND-[-tr]-3SG

i. 'Vittus is looking for any two bikes.'

ii. # 'There are two bikes such that Vittus is looking for them.'

O nome incorporado *cykili-* 'bike(s)' em (275) e (276) recebe apenas a leitura opaca. Para descrever uma situação na qual alguém está olhando para um objeto específico, uma estrutura não-incorporada deve ser usada, como esta abaixo:

(277) Juuna-p atuagaq ujar-p-a-a.

J.-ERG book.ABS.SG look.for-IND-[+tr]-3SG.3SG

Van Geenhoven e McNally (2005: 33) propõem uma análise baseada no conceito de propriedade para explicar as leituras opacas em contextos intensionais: "we presented opacity as a fully expected special case of nonspecificity. Opacity arises when a verb takes a property-denoting argument but lacks existential entailments for that argument". A leitura opaca é um caso de não-especificidade, porque para as autoras os complementos não-específicos denotam propriedades. Como no exemplo abaixo, o nome incorporado e seus modificadores em WG denotam propriedades (de Van Geenhoven, 1998: 27):

(278) Festi-mi qallunaar-passua-qar-p-u-q.
party-LOC white.man-many-have-IND-[-tr]-3SG
'There were many Danes at the party.'

Segundo McNally (1995 e 1998), Van Geenhoven (1998) considera que o predicado existencial em WG é obrigatoriamente o verbo de incorporação *-qar-*, como acima. McNally (1995, 1998) afirma que o complemento não-específico de um predicado existencial denota uma propriedade, explicando seu escopo estreito inerente. Em (279), o sujeito *many students* recebe apenas escopo estreito com relação ao operador de negação. Segundo Van Geenhoven e McNally (2005: 11), "this fact follows if we assume that *many students*, as a property-type expression, must get any associated existential force from an external source, in this case, the existential predicate. Every operator which has this external source in its scope will automatically have scope over the property argument":

(279)

- a. There aren't many students in the library.
- b. 'It is not the case that many students are in the library'
- c. # 'There are many students such that it is not the case that they are in the library'

Então, a incorporação semântica explica porque temos escopo estreito e leituras opacas em complementos nominais não-específicos, já que nomes (indefinidos) fracos podem ser entendidos como denotando propriedade.

5.2. Pseudo-incorporação semântica

Dayal (1999 e 2003b) afirma que o hindu é uma língua que permite pseudo-incorporação do singular *nu* e plural *nu*. A autora propõe uma semântica da pseudo-incorporação que não seja o resultado de uma pseudo-incorporação sintática ou algum processo morfológico de fusão. Para a autora, há uma diferença lexical entre verbos não-incorporáveis e verbos incorporáveis

e quando incorporados, devem denotar uma atividade institucionalizada (Mithun 1984, 1986).

Como visto no quarto capítulo, a língua niuean é uma língua de ordem SVO e, como essa língua faz frenteamento do verbo, a ordem VSO é esperada, pois somente o verbo se move para a posição inicial da frase. Massam (2001) mostra que, em sentenças incorporadas, na língua niuean, o nome anda adjacente ao verbo, produzindo a ordem VOS, porque verbo e objeto se movem juntamente para a posição inicial da sentença. Portanto, a língua niuean apresenta motivos para Massam (2001) concluir que há pseudo-incorporação como resultado de um processo sintático. Para Massam (2001), como vimos, é o NP que se junta ao verbo, não o núcleo nominal:

(280)

Ne inu kofe kono a Mele

Pst drink coffee bitter Abs Mele

“Mary drank bitter coffee.”

Dayal (2003b) não encontra motivações empíricas para estender esse modelo de Massam (2001), descartando-o como possibilidade de explicar o hindu. Dayal (2003b) nos mostra que o modelo de Van Geenhoven (1998) também não explica o hindu: na língua inuit, o objeto temático ocorre dentro do complexo verbal, fazendo com que o verbo deixe de ser transitivo e passe a ser intransitivo. O objeto nominal é um nome nu, sem determinante, marcação de Caso, pluralidade ou modificador, o nome é um N^0 antes do que um NP. Isso não é totalmente verdadeiro para o hindu, porque o objeto incorporado é visível sintaticamente, pode se incorporar com modificador e o nome é um NP, por isso, pseudo-incorporação.

No hindu, o contraste animado/inanimado conta para a marcação de Caso e para a incorporação:

(281)

a. anu har kitaab/ har kitaab-ko paRhegii

Anu every book every book-ACC will-read

“Anu will read every book.”

b. anu kitaab/ kitaab-ko paRhegii
Anu book book-ACC will-read
“Anu will read a book/the book.”

(282)

a. anu *har bacca/ har bacce-ko sambhaal rahii hai
Anu every child every child-ACC is-looking-after
“Anu is looking after every child.”

b. anu bacca/ bacce-ko sambhaal rahii hai
Anu child child-ACC is-looking-after
“Anu is looking after children (one or more)/the child.”

Com objeto animado e sem determinante ocorre a incorporação. Em (281), com objetos inanimados, a marcação de Caso acusativo é opcional: talvez não seja um bom diagnóstico para a incorporação a marcação de caso com objetos inanimados. Já com objetos animados como em (282), é possível afirmar com certeza que há incorporação do nome não-marcado para Caso: como se observa em (282a), se há determinante, a marcação de caso é obrigatória; em (282b) que não tem determinante, a marcação de caso é opcional: quando o nominal não é marcado para Caso, ele se incorpora ao verbo. Portanto, com objetos animados, em sentenças com DP não ocorre a incorporação e o nome é marcado para Caso: “assuming that DP’s cannot be incorporated, a quantified DP must occur in the normal complementation structure where it is assigned accusative case” (Dayal 2003b: 4). Além dessas nuances sintáticas, há certas sutilezas semânticas, ainda segundo a autora (*idem*):

“Accusative-marked direct objects refer to contextually salient/unique entities while non case-marked objects refer more generally (Butt 1993). In the case of animate objects, for example, the case-marked form (in (ya)) refers to some particular child while the unmarked form can refer to one or more children. Although the nominal is singular, the interpretation is number neutral. This, as we know, is a hallmark of incorporation”

Os nomes pseudo-incorporados em hindu apresentam as seguintes propriedades semânticas, de Dayal (2003b):

(283)

- i. O nome nu tem escopo estreito;
- ii. O nome nu apresenta neutralidade para número;
- iii. A pseudo-incorporação remete a uma atividade institucionalizada;
- iv. O nome pseudo incorporado não pode ser usado para denotar um referente discursivo;
- v. O nome pseudo-incorporado fica sempre sob o escopo de qualquer operador;
- vi. O nome pseudo-incorporado não se refere a uma entidade, mas modifica o verbo.
- vii. O nome pseudo-incorporado não ancora anáfora discursiva⁵⁴.

Como esses efeitos já foram discutidos em alguns momentos durante a tese, vamos comentar brevemente alguns casos. O importante é manter em mente que a conclusão de Dayal (2003b) é que os efeitos apresentados em (283) podem ser explicados caso se adote a idéia de pseudo-incorporação semântica: a autora afirma que pretende em seu texto fazer uma abordagem semântica da pseudo-incorporação, não uma abordagem sintática. Isso tem um motivo: há muitas propostas sintáticas sobre o fenômeno da incorporação, mas somente duas semânticas (isso naquele momento): Bittner (1994) and Van Geenhoven (1998). Dayal (2003b) vai contra essas duas abordagens que adotam a visão de que estruturas incorporadas têm quantificação existencial, como é visível no clássico exemplo de Van Geenhoven (1998), aqui repetido:

(284)

- a. Angunguaq eqalut-tur-p-u-q
A-ABS salmon-eat-IND-[-tr]-3S
“Angunguaq ate salmon.”
- b. $\exists x$ [salmon(x) & ate(a,x)]

Para Dayal (2003b: 6), o nome nu não pode ser um indefinido, como propõe Van Geenhoven (1998), porque ele não se comporta como os

⁵⁴ Já em Dayal (2007), os nomes incorporados (i) têm implicatura de singularidade e (ii) permitem anáforas discursivas, desde que não sejam retomados por pronomes.

indefinidos: “bare nominals cannot be taken as true indefinites. For one thing, they only allow weak indefinite readings”. Nos exemplos abaixo, o nome nu toma escopo sob o operador de negação (a) e sob o verbo intensional (b):

(285)

a. kamre meN cuuhe nahiiN haiN

room in mice not are

“There are no mice in the room.”

b. mujhe lagtaa hai ki kamre meN cuuhe ghuum rahe haiN

to-me seems that room in mice moving around are

“It seems to me that there are mice moving around in the room.”

Ainda para provar que o nome nu não é indefinido, Dayal (2003b: 8) afirma que a sua leitura como neutro para número só acontece na posição de objeto, uma evidência a mais para dizer que “number neutral interpretation of bare singulars is only possible under incorporation”. Como podemos ver no par de sentenças abaixo, o nome nu só adquire a leitura neutra na posição de objeto, como em (b):

(286)

a. puure din kamre meN cuuhaa ghustaa rahaa

whole day room in mouse kept-entering

“The whole day a mouse (the same one) kept entering the room.”

b. Anu puure din cuuhaa pakaRtii rahii

Anu whole day mouse kept-catching

“Anu kept catching mice (different ones) the whole day.”

A autora ainda salienta que a língua hindu apresenta as características de estruturas incorporadas: (i) objetos inanimados incorporam mais frequentemente do que objetos animados (isso é verdadeiro para o hindu, segundo Mohanan 1995); (ii) há uma seleção léxico-verbal quando ocorre a incorporação; (iii) o significado de estruturas incorporadas não é construído composicionalmente. Perceba que todas essas propriedades se aproximam do que Carlson (2006) denomina de *efeito de restritividade*.

A autora mostra que o modelo de Van Geenhoven (1998) não vale para a incorporação no hindu por pelo menos quatro aspectos: (i) o verbo em hindu não perde sua valência quando incorpora o nome, ou seja, o verbo não passa de transitivo para intransitivo (ele ainda continua sendo um verdadeiro transitivo); (ii) o nome é um NP, não um N⁰; (iii) o nome não parece estritamente adjacente ao verbo nas estruturas incorporadas no hindu; (iv) não é possível retomada pronominal. Vamos nos ater brevemente a cada um deles.

O primeiro é que, em estruturas incorporadas no hindu, o verbo não perde sua valência, pois o objeto incorporado ainda é alvo de concordância: “the incorporated nominal in hindu is syntactically visible and functions like a regular complement as far as agreement is concerned” (Dayal 2003b: 11).

Em hindu, é o NP e não o N⁰ que se incorpora ao verbo. Em (287), temos um modificador que juntamente com o nome se incorpora ao verbo; em (288), uma conjunção nominal, que também pode se incorporar:

(287)

a. Anu sirf puraanii kitaab becegii

Anu only old book will-sell

“Anu will only sell old books”

b. Anu apne beTe ke-liye bahut sundar paRhii-likhii laRkii DhuunDh rahii hai

Anu self’s son for very beautiful educated girl is-searching

“Anu is looking for a very beautiful/educated girl for her son.”

(288)

a. Anu apne beTe ke-liye sundar aur paRhii-likhii laRkii DhuunDh rahii hai

Anu self’s son for beautiful and educated girl is-searching

“Anu is looking for a beautiful and educated girl for her son.”

b. Anu kutta aur billi paaltii hai

Anu dog and cat breeds

“Anu breeds cats and dogs.”

Quanto ao terceiro aspecto, Dayal (2003b) mostra que em estruturas incorporadas, ainda é possível *scrambling/topicalization*⁵⁵, portanto o nome incorporado não precisa aparecer imediatamente adjacente ao verbo:

(289)

a. kitaab anu becegii, akbaar nahiiN
book Anu will-sell, newspaper not
“Anu will sell books, not newspapers.”

b. kitaab Anu bhii becegii
book, Anu also will-sell
“Anu will also sell books.”

c. kitaab Anu zaroor becegii
book Anu definitely will-sell
“Anu will definitely sell books.”

Nas sentenças acima há pseudo-incorporação, mesmo com foco contrastivo, como em (a), e com deslocamento à esquerda, como em (b). Então, em hindu, embora o verbo e o nome não estejam adjacentes, ainda assim o nome é interpretado como incorporado ao verbo. Com essas peculiaridades, a autora conclui que a análise de Van Geenhoven (1998) não se aplica aos dados do hindu.

Para Van Geenhoven (1998), a quantificação existencial é uma forma de predizer a possibilidade de anáfora em estruturas incorporadas, porém, outra característica presente em hindu, que também vai contra Van Geenhoven (1998), é que a retomada anafórica não é possível em estruturas incorporadas. Nas sentenças abaixo, é visível a impossibilidade de o pronome retomar o objeto incorporado:

(290) Anu-ne kitaab paRhii. #vo bahut acchii thii
Anu book read it very good was

⁵⁵ Essa estória começa em Dayal (2003a): a autora mostra que *scrambling/topicalization* é possível mesmo quando o nome é não-específico. Isso vai contra a tradição que entende que *scrambling/topicalization* somente com nomes específicos. Parece que, de alguma forma, a pseudo-incorporação tem a ver com o fato de o nome ser não-específico, no hindu e, portanto, nesses casos não-específicos ocorre a pseudo-incorporação.

“Anu read a book. It was very good.”

(291)

Speaker A: maiN kal film dekne gayii thii.
I yesterday movie to-see had-gone
“I had gone to see a movie yesterday.”

Speaker B: #vo kaisii lagii?
it how seemed
“How did you like it?”

A proposta de Dayal (1999 e 2003b) é que, na pseudo-incorporação em hindu, ocorre a supressão do argumento temático:

(292)

a. $\lambda x \lambda y \lambda e [V(e) \ \& \ Ag(e) = y \ \& \ Th(e) = x]$

b. $\lambda P_{\langle e, t \rangle} \lambda y \lambda e [P-V(e) \ \& \ Ag(e) = y \ \& \ Appropriately-Classificatory(e)]$

Em (a), temos a representação semântica do verbo transitivo regular, que expressa relação entre indivíduos. A versão incorporada (b) expressa relação entre indivíduos e propriedades. Nesta última, o argumento não corresponde ao tema propriamente, antes é interpretado como modificador do verbo. Nada melhor do que as próprias palavras de Dayal (2003b: 16-7) sobre o que ela entende por ‘modificador do verbo’ e pelo modalizador ‘*Appropriately-Classificatory*’ (no espírito de Mithun (1984):

“Here I take the property to be a sort of verb modifier. The idea, informally, is that the relation between read and book-read is akin to the difference between cook and boil (or any manner-of-cooking verb), for example. While every event of cooking involves some manner of cooking, a restricted manner-of-cooking verb suppresses the manner argument of the event: John cooked the potatoes by boiling them in water vs. *John boiled the potatoes by boiling them in water. The claim is that although an incorporating verb takes two arguments, the first argument plays the role that lexicalization plays in combinations of (cooking) event + manner.

We now come to the third novel aspect of the proposal, namely the restriction imposed by the requirement of appropriate classification. The idea, again drawing on the analogy with manner-of-cooking verbs, is that lexicalization targets only those combinations of cooking events and manners that have some cultural stability. Therefore, cooking by stirring in a hot pan with a little oil has become lexicalized into stir-fry but while we can

easily conceptualize an event of cooking an egg by putting it in a pan and placing it on a hot car engine we would not expect to see a lexical manner of verb for such events. An event + manner combination has to have some relative frequency and perhaps some defining characteristics that sets it apart from other similar activities in order for it to become lexicalized. The same, I am claiming, holds true of incorporation. A predicate + property combination is possible only if events in which that property is a theme of that predicate are relatively frequent and sufficiently distinct from other similar activities. The modality introduced via the requirement of appropriate classification is indirect and, in that sense, distinct from the modality of the more familiar intensional verbs. More could and should be said, of course, about the type of modality involved and the best way to model it but I leave that for the future. What I am claiming here is that some form of hidden modality will be needed to capture the intuition about prototypically voiced by Mithun (1984)”

Dayal (2007) fornece mais uma evidência acerca do efeito de restritividade. Ela mostra que a pseudo-incorporação semântica é um fenômeno recorrente na língua hindu, mas não é livre de restrições: entre elas, nem todos os nomes se pseudo-incorporam a qualquer verbo, porque a união de ambos tem que resultar em uma atividade institucionalizada, nos moldes de Mithun (1984). Observe os exemplos abaixo: em (293), temos a interpretação do verbo de incorporação nas duas abordagens, de Dayal (2007) e de Van Geenhoven (1998), respectivamente; em (294) e (295), temos duas possíveis pressuposições que podem ser atribuídas a um verbo de pseudo-incorporação, segundo Dayal (2007: 40):

(293)

- a. $\lambda P \lambda y [P-V(y)]$, where $P-V' = \lambda y \exists x [P(x) \& V(y,x)]$
- b. $\lambda P \lambda y \exists x [P(x) \& \text{verb}(y,x)]$

(294)

- a. P's are the sorts of things people V.
- b. Houses are the sorts of things people buy.

(295)

- a. V-ing a P has properties distinct from other types of V-ing.
- b. Buying a house has properties distinct from other types of buying

Em (294), a união da propriedade denotada pelo nome *house* com a atividade denotada pelo verbo *to buy* restringe a uma atividade institucionalizada (Mithun 1984). Mas somente alguns nomes podem se combinar com certos verbos, para tal objetivo (Dayal (2007: 40):

“For any given verb, only a subset of NPs that could satisfy the verb’s normal selectional restrictions will be able to satisfy its presuppositional restrictions, resulting in restricted productivity... (295a)-(295b) posit a stronger presupposition, restricting incorporation to those [NP V] combinations that are recognizable as denoting a distinct sub-type of the activity denoted by V.”

Neste sentido, certas uniões de verbo e nome não remetem a uma atividade institucionalizada, então, não carregam essa pressuposição forte de (205) acima. Dayal (2007: 41) afirma que *pencil-buy* não tem a mesma pressuposição forte que *house-buy*:

“There is nothing that distinguishes the act of pencil-buying from the act of, say, pen-buying, that is, if a non-trivial property over and above the type of object purchased is needed. House-buying, on the other hand, involves various steps in the process that no other type of buying involves. According to Asudeh and Mikkelsen (2000), house-buy is acceptable in Danish but pencil-buy is not”.

Então, há certa restrição lexical para contar como estruturas pseudo-incorporadas: somente alguns nomes podem servir como propriedades modificadoras do verbo: algo muito próximo do *efeito de restritividade* de Carlson (2006).

Os quadros abaixo representam resumos das características mais relevantes da incorporação semântica de Van Geenhoven (1998) e da pseudo-incorporação semântica, a partir de Dayal (1999 e 2003b):

(296) Incorporação semântica em WG

O nome pode introduzir referente discursivo
Quantificador existencial como parte do significado do verbo
Denota uma atividade específica
A possibilidade da anáfora
O verbo perde valência: de Transitivo para Intransitivo

O nome é um N ⁰
O nome fica adjacente ao verbo

(297) Pseudo-incorporação semântica em hindu

O nome nu tem escopo estreito
O nome nu singular apresenta neutralidade para número
A incorporação remete a uma atividade institucionalizada
A impossibilidade de retomada pronominal
O verbo em hindu não perde sua valência
O nome é um NP, não um N ⁰
O nome não aparece estritamente adjacente ao verbo

Comparando com o PB

O que fica mais evidente nessas análises semânticas da (pseudo) incorporação é a idéia de atividade institucionalizada ou culturalmente estabelecida, algo que Mithun (1984) já mostrou ser peça fundamental para detectar a incorporação nas línguas. Portanto, dentre aquelas restrições de Carlson (2006), essa restrição semântica de denotar uma atividade reconhecida como específica pelos falantes de uma determinada língua parece ser a restrição que mais exemplifica casos de (pseudo) incorporação semântica.

Essa restrição semântica é tão forte que Dayal (1999, 2003b) a coloca como parte do significado do verbo incorporado, funcionando como um modal que se restringe a uma atividade específica. No caso de Van Geenhoven (1998), a autora fala em relação de subconjunto como uma forma de se chegar a essa atividade reconhecida apropriadamente pelos falantes da comunidade lingüística. Então, sem dúvidas, essa restrição semântica parece ser um mecanismo que auxilia a diferenciar as estruturas incorporadas das não-incorporadas.

Comparando com aqueles nossos casos que denominamos de incorporação, como *jogar-bola* e *tomar-café*, os falantes do PB reconhecem

que tais estruturas denotam uma atividade específica, portanto, funcionam como restrições no sentido evocado por Carlson (2006). Agora, quando comparadas com as formas produtivas de Saraiva (1997), parece que o paralelo não é verdadeiro: nessas formas produtivas, os falantes não reconhecem atividades culturalmente estabelecidas. Observe algumas formas produtivas, de Saraiva (1997):

(298)

- a. Ele sempre [detestou quiabo] mas come jiló.
- b. Ele [abriu garrafa] com o dente para se exhibir.
- c. Os gays podem [gerar filho], se quiserem.
- d. Marlene sempre [dizia mentira] quando se tratava do seu estado de saúde.

Entre colchetes, encontra-se o que Saraiva (1997) compreende por formas produtivas: repare que para a autora, o objeto incorpora ao verbo em contextos episódicos e genéricos. Como visto, Dayal (2007) mostra que há restrições lexicais, isto é, nem todos os nomes nus podem se combinar com quaisquer verbos para denotarem juntos uma atividade institucionalizada. Para Saraiva (1997), não há tal restrição lexical e a autora ainda frisa que tais formas são produtivas no sentido que todos os NNNs se incorporam ao verbo. Isso não pode ser verdade, a não ser que neguemos toda uma literatura que afirma que as línguas apresentam certas restrições lexicais em estruturas incorporadas: Mithun (1984, 1986), Carlson (2006), Dayal (1999, 2003, 2007), Johns (2003), e assim por diante.

Então, as formas *detestar quiabo*, *abrir garrafa*, *comer doce* e *dizer mentira*, entre outras, não são compreendidas pelos falantes do PB como se referindo a uma atividade institucionalizada ou culturalmente estabelecida. Elas representam apenas formas composicionais, cujo objeto satura o verbo. Dessa forma, *detestar quiabo* em nada se difere acerca da noção de atividade institucionalizada, por exemplo, de *detestar carne* ou *detestar lingüística*. Todas essas opções de saturação são puramente formas composicionais e não estão ligadas à incorporação semântica.

A autora ainda afirma que tais formas não podem ser recuperadas anaforicamente. Porém, se observamos os casos abaixo, parece que elas podem sim:

(299)

- a. Ele sempre detestou quiabo_i porque ele_i é nojento.
- b. Ele abriu garrafa_i com o dente para se exhibir, mas acabou quebrando ela_i.

O pronome em ambas as sentenças podem retomar o nome na posição de objeto, contra Saraiva (1997). Com as nossas versões incorporadas, a retomada pronominal é impossível, se quisermos ainda manter a leitura incorporada:

(300)

- a. #Pedro jogou bola_i, mas ela_i estava murcha.
- b. #Pedro tomou café_i, mas ele_i estava muito quente.

Porém, essa questão da retomada pronominal não parece ser um bom diagnóstico para a incorporação, porque há línguas que permitem a retomada pronominal e há línguas que não permitem, mesmo naqueles casos que são certamente (pseudo) incorporação semântica (Ver Dayal 2007).

Quanto à adjacência e se o nome é N⁰ ou NP nos casos de *jogar-bola* e *tomar-café*, parece que os nomes incorporados são N⁰ e eles têm que aparecer adjacente ao verbo. Finalmente, comparando nossos casos de incorporação com aqueles dois quadros acima das línguas WG e hindu, eles estão mais próximos do hindu em algumas propriedades, mas próximos da WG, em outras:

(301) jogar-bola e tomar-café

O nome nu tem escopo estreito
O nome nu singular apresenta neutralidade para número
A incorporação remete a uma atividade institucionalizada
A impossibilidade de retomada pronominal
O verbo não perde sua valência?

O nome é um N ⁰
O nome aparece estritamente adjacente ao verbo

Porém, achamos mais apropriada, para os nossos casos no PB, a análise de Dayal (1999, 2003b) porque (i) não tem quantificador existencial como parte do significado do verbo; (ii) mais importante, tem um modal que restringe o evento a uma atividade institucionalizada. Segue as duas versões, não-incorporada e incorporada, analisadas a partir de Dayal (1999, 2003b):

(302)

a. Pedro jogou bola (pro João). (não-incorporação)

b. $\lambda x \lambda y \lambda e$ [jogar(e) & Ag(e)= y & Th(e) = x]

(303)

a. Pedro jogou bola (com João). (incorporação)

b. $\lambda P_{\langle e,t \rangle} \lambda y \lambda e$ [P-jogar(e) & Ag(e) = y & Appropriately-

Classificatory(e)]

Em (302), temos a versão não incorporada de *jogar bola*, que representa um verbo transitivo, com dois argumentos: agente e tema. Em (303), temos a versão incorporada de *jogar-bola*, cujo objeto denota uma propriedade e funciona como um modificador do verbo: eles juntos denotam uma atividade institucionalizada, garantida pelo modal *appropriately-classificatory*. Então, com essas duas representações, podemos explicar as diferenças entre a versão incorporada e a versão não-incorporada dos nossos exemplos-chave.

5.3. Conclusão do quinto capítulo

Neste capítulo, vimos que as nossas versões incorporadas têm restrição semântica, a de denotar uma atividade institucionalizada (Mithun 1984, 1986). As formas produtivas de Saraiva (1997) não apresentam essa restrição semântica, portanto, somente as nossas formas incorporadas podem ser entendidas como incorporação, explicadas pelo modelo de Dayal (1999, 2003b).

CONCLUSÃO DA TESE

Esta tese investigou o NNN na posição de objeto de sentenças episódicas, com o objetivo de descobrir se ele é passível ou não de ser descrito como (pseudo) incorporação. No decorrer da tese, mostramos que há duas visões: uma que há incorporação no PB (Saraiva 1997; Doron 2003; Müller 2004); outra que não há incorporação no PB (Carlson 2006⁵⁶; Schmitt e Munn 1999, 2000, 2002; Munn e Schmitt 2001, 2005; Kester & Schmitt 2005; Lopes 2008). Porém, procuramos encarar os fatos sem a obrigação de corroborar essa ou aquela visão, com um olhar crítico sobre essa hipótese intrigante de (pseudo) incorporação e os meios de explicá-la.

No primeiro capítulo, mostramos que o NNN tem algumas restrições: como vimos, ele tem dificuldade de ocorrer (i) como sujeito pré-verbal de sentença episódica; (ii) na posição pós-verbal de predicado de espécie; (iii) em algumas frases preposicionadas (como *Pedro está em igreja/prisão/loja*). Ainda neste capítulo, ficou visível que o NNN é não-específico, tem escopo estreito apenas e assumimos que ele é neutro para número, seguindo Müller (2002), Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005).

Esse primeiro capítulo serviu como base para o próximo, porque na literatura sobre nomes nus, essas propriedades – ter sempre escopo estreito, ser não-específico e neutro – podem ser compreendidas a partir da noção de *incorporação nominal*, quando o nome (na posição de objeto) se incorpora ao verbo, para juntos atribuírem a informação semântica (Van Geenhoven 1998; Farkas e de Swart 2003; Chung e Ladusaw 2004; Dobrovie-Sorin *et al.* 2005, Dobrovie-Sorin 2007...). Quanto ao PB, mostramos que há um embate sobre a possibilidade de o NNN ser alvo da (pseudo) incorporação. Neste capítulo, vimos que Carlson (2006) propõe o efeito de restritividade, um diagnóstico que pode excluir o PB do rol das línguas que permitem a incorporação semântica.

Porém, Carlson (2006) não é tão claro quanto ao significado desse efeito de restritividade e, para complicar mais, a análise do PB fez surgir dois

⁵⁶ Novamente, Carlson (2006) não nega a incorporação no PB, ele apenas menciona que é possível que não haja tal fenômeno no PB em virtude de não apresentar o efeito de restritividade.

sentidos possíveis: o primeiro é decorrência do quadro apresentado no primeiro capítulo, no qual o NNN mostra algumas restrições, como aquelas já mencionadas. Mas, essas restrições dizem respeito à ocorrência do NNN em si, sem a necessidade dele estar em posição de objeto, que é a posição indicada para ocorrer (pseudo) incorporação. No segundo sentido, cuja restritividade deve ser um resultado do processo de incorporação, isto é, há certas *restrições* que a (pseudo) incorporação impõe aos nomes nus, acerca de suas ocorrências e combinações. Quanto a esse segundo sentido, achamos necessário mostrar evidências a partir de outras línguas, que certamente fazem (pseudo) incorporação sintática e semântica e apresentam o efeito de restritividade como reconhece Carlson (2006). Essa procura por esclarecimentos desse segundo sentido de *restritividade* aconteceu no quarto e quinto capítulos.

Mas, antes desses dois últimos capítulos, mostramos que há autores que não falam em (pseudo) incorporação, porque o NNN no PB é DP, com determinante nulo (Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005) e Lopes (2008)). Se ele é um DP, ele não pode ser alvo de (pseudo) incorporação.

No quarto capítulo, o principal objetivo foi tentar clarificar essa noção de restritividade a partir de evidências encontradas em outras línguas. Como visto, algumas línguas apresentam diversas restrições sintáticas em estruturas incorporadas que as diferem de estruturas não-incorporadas. Ainda neste capítulo, fizemos uma separação entre predicados que parecem ser casos de incorporação, como *jogar-bola* e *tomar-café*, e aquelas sentenças que denominamos de *formas produtivas* nos moldes de Saraiva (1997), que não sabemos se são ou não realmente casos de incorporação. Em ambos os casos, não há as restrições sintáticas encontradas nas línguas apresentadas ao longo do capítulo. Ainda nesse capítulo, vimos a proposta de Stvan (2007) de que o nome nu singular contável no inglês, ora pode ser referencial ora pode ser entendido como incorporado. Então, segundo Stvan (2007), a incorporação é uma *opção* disponível na língua, isto é, somente alguns nomes se incorporam ao verbo.

Ainda no final do quarto capítulo, estendemos essa noção de incorporação como uma *opção* de Stvan (2007) para o PB, incluindo aqueles

casos como *jogar-bola* e *tomar-café*, que denominamos de hipótese fraca, contra a hipótese forte de Saraiva (1997), de que todos os NNNs na posição de objeto se incorporam ao verbo. Isso se tornou necessário, a partir do momento em que as formas produtivas de Saraiva (1997) não carregam essa idéia de *atividade institucionalizada*, termo cunhado por Mithun (1984), que se mostra presente apenas nesses nossos casos de incorporação.

No quinto e último capítulo, buscamos mostrar algumas restrições semânticas, como parte do efeito de restritividade de Carlson (2006). Van Geenhoven (1998) propõe uma análise da incorporação que diferencia a semântica dos verbos incorporáveis ao introduzir um quantificador existencial como parte do significado do verbo que faz incorporação. Como esse quantificador fica preso à semântica do verbo, explica-se porque na língua WG o nome incorporado possui apenas escopo estreito e pode ser alvo de anáfora pronominal. Por outro lado, Dayal (1999 e 2003) trabalha contra essa idéia de Van Geenhoven (1998), porque o nome incorporado em hindu não pode ter um fechamento existencial basicamente porque ele não é alvo de anáfora pronominal. Dayal (1999 e 2003) também propõe uma análise para os verbos incorporados cujo nome incorporado funciona como um modificador do verbo; a autora ainda coloca dentro da forma lógica de estruturas incorporadas um modal *apropriadamente classificatório*, que restringe a ação do verbo àquelas atividades institucionalizadas (*à la* Mithun 1984).

Em relação aos nossos casos de incorporação do PB, *jogar-bola* e *tomar-café*, a análise mais adequada é aquela nos moldes de Dayal (1999 e 2003), porque o nome incorporado no PB também não pode ser retomado anaforicamente. Portanto, quanto a esses casos que acreditamos ser de incorporação, parece que o modelo de Dayal (1999 e 2003) os explica, mas há ainda algumas questões que precisamos responder: (i) é possível considerar as formas produtivas de Saraiva (1997) como sendo estruturas de incorporação? (ii) por que o NNN não é bom na posição pré-verbal de sentenças episódicas? Vamos retomar a primeira questão.

No quarto capítulo, vimos que não é possível estender a análise de Baker (1988) das línguas polissintéticas para as formas produtivas de Saraiva (1997), porque nessa língua não há evidências ou motivações como aquelas apresentadas nas línguas discutidas por Baker (1988). Vale notar que essas

motivações são os próprios argumentos de Baker (2008) para afirmar que o movimento de núcleo é ainda necessário para explicar a incorporação em algumas línguas. Mas, o movimento de núcleo não explica os fatos no PB, pelo menos aqueles relacionados às formas produtivas de Saraiva (1997).

Há outra questão acerca dessas formas produtivas: Saraiva (1997: 110) afirma que “V + N designam uma subclasse da ação expressa pelo verbo”. Provavelmente, essa afirmação de Saraiva (1997) não é o mesmo que Mithun (1984, 1986) denomina de *atividade institucionalizada*. Para Mithun (1984, 1986), há uma restrição lexical acerca das possibilidades de combinações de V+N que podem ser consideradas como atividades culturalmente estabelecidas. Não é qualquer verbo com qualquer nome que podem juntos denotar uma atividade institucionalizada, reconhecida como tal pelos falantes, mas somente alguns verbos combinados com certos nomes. Para Saraiva (1997), todos os nomes nus singulares combinados com quaisquer verbos podem juntos designar uma subclasse da ação. Se isso for assim, as formas produtivas de Saraiva (1997) não se comportam como as estruturas incorporadas de várias línguas discutidas por Mithun (1984). Vale lembrar que o modal *apropriadamente classificatório* de Dayal (1999, 2003) tem como finalidade restringir a essa atividade institucionalizada e a autora ainda afirma, como visto, que também há certas restrições lexicais quanto aos nomes e verbos que podem juntos denotar tal atividade específica: nem todas as combinações remetem a uma atividade institucionalizada. Parece que esse é o caso com *jogar-bola* e *tomar-café*, porque os falantes brasileiros as reconhecem como significando uma atividade culturalmente estabelecida. Mas, *buscar-menino* não é uma atividade diferenciada (no sentido de Mithun) de *buscar-bolo* ou *buscar-cadeira*, etc.. Em todos esses exemplos, o objeto apenas satura o verbo e, portanto, não carregam essa noção de atividade institucionalizada.

Da forma como Saraiva (1997) apresenta a incorporação no PB, em nada se assemelha ao que se encontra nas diferentes línguas. Mas, como a incorporação parece ser um fenômeno muito diferente entre as línguas, talvez esse não seja um bom argumento para negar Saraiva (1997).

Porém, se pensarmos em Carlson (2006) sobre o efeito de restritividade, os casos discutidos por Saraiva (1997) não apresentam nenhuma

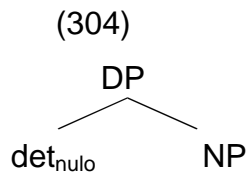
restrição sintática. Mesmo aqueles traços que a autora afirma que o NNN apresenta [-I] [-M] [-Pr]⁵⁷ não são suficientes para afirmar que há restrições, no mesmo sentido intencionado por Carlson (2006): se esses traços de alguma forma podem ser compreendidos (essa relação não é fácil de ser feita em virtude da má definição dos mesmos) semelhantemente com aquelas propriedades apresentadas por Carlson (2006). Lembrem-se que o autor afirma que tais propriedades são encontradas também em estruturas não-incorporadas, sendo esse o principal motivo que o levou a propor o efeito de restritividade. Então, parece que os traços [-I] [-M] [-Pr] não podem ser considerados restrições à la Carlson (2006).

Portanto, se esse efeito de restritividade for um bom diagnóstico para detectar a (pseudo) incorporação nas línguas, então, assim como alerta Carlson (2006), o PB parece ser uma língua que não permite a incorporação semântica. Porém, essa indicação de Carlson (2006) não está totalmente correta. As várias línguas discutidas no decorrer desta tese demonstram que esse efeito de restritividade está presente nas estruturas incorporadas, diferenciando-as das não-incorporadas, portanto, parece que esse efeito de restritividade “is a property regularly associated with clear instances of incorporation” (Carlson 2006: 47). Como nas formas produtivas de Saraiva (1997) não há tais restrições, então, não é tão descabido pensar que elas não são estruturas de incorporação. Porém, nas nossas versões incorporadas, como *jogar-bola* e *tomar-café*, há restrição semântica, a de denotar uma atividade institucionalizada e podem, dessa forma, ser compreendidas formalmente como incorporação.

Se nos demais casos o NNN não sofre incorporação semântica, a saída é assumir que ele é um DP, com determinante nulo. Na estrutura do DP, Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005) afirmam que não há projeção de NumP. Na linha de Schaeffer (1997), o indefinido entra na derivação como núcleo de NumP. Como não há tal projeção na estrutura abaixo, então, explica-se porque o nome no singular não é ambíguo entre escopo largo e escopo estreito, de um lado, e entre específico

⁵⁷ I = identificável; M = foco nos membros; Pr = pronominal.

e não-específico, de outro⁵⁸ (representação de Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002):



Mesmo que as formas produtivas de Saraiva (1997) não sejam realmente exemplos de incorporação semântica, ainda a segunda questão sobre a impossibilidade de o NNN aparecer na posição pré-verbal de sentenças episódicas é um problema não resolvido por aqueles que compreendem o nome no singular no PB como sendo um DP (Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005). O argumento principal dos autores para afirmarem que o nome no singular é um DP, é porque ele pode aparecer na posição de argumento. Se ele pode aparecer na posição de argumento, por que ele não aparece na posição de sujeito de sentenças episódicas? Os autores não nos dão uma resposta, apesar de reconhecerem parcialmente que o problema existe.

Saraiva (1997) oferece uma resposta semântica. Observe as sentenças abaixo da autora (1997: 40-53), que mostram claramente a diferença entre o nome no singular na posição de sujeito (agramatical), como em (305), e na posição de objeto (gramatical), em (306):

(305) *Menino me aborreceu ontem.

(306) Hoje a minha tarde foi muito ocupada: fiz empadinha, passei roupa e ainda busquei menino no colégio.

A autora afirma que há uma incompatibilidade semântica entre o NP *menino* e a predicação *me aborreceu ontem*, no pretérito perfeito⁵⁹. Vamos usar suas próprias palavras (Saraiva 38-52):

⁵⁸ Neste momento é necessário assumir que o indefinido é ambíguo entre leitura específica e não-específica, como fazem Reinhart (1997) e Van Geenhoven (1998). Na linha inversa, Geurts (2003) propõe que o indefinido não é ambíguo, mas sempre denota propriedades.

⁵⁹ A autora ainda cita Perini (1977: 119): “sempre que o verbo de uma sentença está no perfeito, a existência do referente do SN sujeito é necessariamente pressuposta”.

“Quanto aos atributivos, a distribuição desses elementos é mais limitada, uma vez que só podem ser sujeitos de predicados genéricos ou que exprimem eventos, de alguma forma, não-reais. Eventos codificados como reais são incompatíveis com sujeitos representados por SNs interpretados atributivamente... Os SNs atributivos indicam que os membros de um conjunto são considerados na sua totalidade, cobrindo toda a extensão do conjunto. Ou seja, está em jogo qualquer elemento que possua os traços definitórios da classe. Ora eventos reais (como em (305) acima) envolvem entidades que devem ser, de alguma forma, destacadas no conjunto total de entidades análogas. Não se pode atribuir *me aborreceu ontem* a todo e qualquer indivíduo que satisfaça a descrição *menino*. É necessário que se focalize um membro em especial da classe *menino* para que essa predicação possa ser atribuída... Em síntese: apenas SNs com os traços [+M, -U] podem ser sujeitos de verbos no pretérito perfeito (ou qualquer tempo que codifique eventos reais)”

Na posição de objeto, o NNN se combina com o verbo no pretérito perfeito porque não está em jogo o objeto, mas o evento: “as expressões *fazer empadinha*, *passar roupa* e *buscar menino* são interpretadas como diferentes tipos de ação executadas... o foco é o evento realizado... Em suma, o exemplo comprova que os objetos incorporados têm a leitura [-I, -M]” (Saraiva1997: 52-3). Saraiva (1997) manipula uma explicação da causa da impossibilidade de o NNN aparecer na posição de sujeito de sentenças episódicas, apelando para noções informais de “verbos que codificam eventos reais” e NPs atributivos. Ao mesmo tempo, por considerá-lo incorporado ao verbo na posição de objeto, ela explica porque ele aparece livremente na posição de objeto de sentenças episódicas. O curioso é que, para autora, o nome se incorpora tanto em contextos episódicos quanto em contextos genéricos.

O problema é que a questão da agramaticalidade de (305) não está relacionada à posição pós-verbal, mas à posição pré-verbal. Dentro de uma abordagem que considera o NNN como um DP, também é decorrência natural a gramaticalidade do exemplo (306): como ele é um DP, ele pode ser argumento interno de um verbo, mesmo em contextos episódicos. O problema é que nem em uma visão de incorporação nem na de que o NNN é um DP, temos uma explicação precisa para a impossibilidade de (305), apesar de elas explicarem diferentemente a natureza da possibilidade do NNN na posição pós-verbal.

No primeiro capítulo da tese, mostramos que o NNN *carro* não gosta da posição que aparece na sentença abaixo (y): se ele vai para essa posição, ele tem uma leitura mais marcada, de lista ou prototípica:

(307) (O) Pedro tem carro. (x tem y)

(308) ?? Carro é do Pedro. (y é do x)

Em (308), o nome *carro* é bom em contexto contrastivo: ‘carro é do Pedro, bicicleta da Maria’. Portanto, para que a sentença seja boa, o nome *carro* teria que possuir um traço do tipo [+Q], quantificacional. Talvez algo com [+foco], que é quantificacional (Mioto 2003, Rizzi 2004, Partee 1991, Peregrin 1995a, 1995b e 2002, Herburger 2000). Em (307), o nome *carro* parece não carregar tal traço, melhor, ele é [-Q]. Logo, para que (308) seja possível, o nome nu tem que estar em uma posição não-argumental, em uma posição de foco/tópico.

Ioup (1977), Farkas (1994) e Portner (2002) afirmam que o traço [+esp] tem força quantificacional, por estar relacionado a foco/tópico. Então, a explicação para a impossibilidade do nome nu na posição pré-verbal de sentenças episódicas pode se dar nessa mesma direção. Portner (2002), Portner & Yabushita (1998) e Portner & Yabushita (2001) afirmam que sentenças que contém indefinidos específicos vão ser compreendidas como envolvendo uma quantificação existencial em combinação com uma função do domínio do tópico, como abaixo:

(309)

a. Maria beijou um certo garoto.

b. [TOP_i [Maria beijou um_i certo garoto]]

c. $\exists x [(f_i \cap \text{garoto}) (x) \ \& \ \text{beijar} (m, x)]$

Para Portner (2002: 2), “specificity is the combination of the ordinary semantics for indefinites plus the independently needed pragmatic concept of topic”. Segundo Jacobs (2001), apenas DPs referenciais ou específicos podem ocupar a posição de tópico. Portner e Yabushita (2001) afirmam que a especificidade surge a partir do referente discursivo que é tópico da sentença. Cresti (1995) relaciona a interpretação de tópico dos indefinidos com seu

escopo amplo. Então, há uma relação entre ser específico, tópico e ter escopo amplo.

Se voltarmos ao NNN no PB, unido com a idéia de que em sentenças episódicas o sujeito deve ser referencial ou específico, talvez seja possível uma explicação semântica para a restrição na posição pré-verbal. No primeiro capítulo, vimos que o nome nu de forma natural e não-marcada é não-específico e tem escopo estreito apenas, logo, seguindo os autores acima, ele não pode ser tópico⁶⁰ da sentença. Então, isso explica porque temos a sentença (307) acima e a opção de (308), desde que o NNN seja marcado [+Q]: neste caso, ele é específico, tópico e pode ter escopo amplo, somado ao fato de que ele é obrigado a se mover para fora da projeção do predicado (segundo Koopman e Sportiche (1991), cujo sujeito nasce dentro do VP)

Na mesma linha de raciocínio, o NNN na posição de pré-verbal se move para fora da projeção do predicado. Como em sentenças episódicas, ele somente é possível desde que seja um elemento específico, então, ele deve aparecer em uma posição não-argumental, de foco/tópico. Se isso for assim, explica-se porque o NNN na posição pré-verbal de sentenças episódicas precisa ser referencial/específico, caso contrário, a sentença torna-se agramatical. Isso também confirma que em sentenças episódicas é necessário que o sujeito da sentença seja referencial ou específico, algo que na literatura sobre perfectividade parece ser consensual⁶¹.

Com essa explicação semântica sobre a impossibilidade do NNN aparecer na posição de pré-verbal de sentenças episódicas surgiu algo novo: nem sempre o NNN fica *in situ*, ou seja, tem escopo estreito apenas. Em alguns contextos, ele pode ter escopo amplo e ser específico, seguindo os autores que afirmam que a especificidade pode ser explicada a partir do escopo amplo. Mas, essa discussão fica para outra oportunidade.

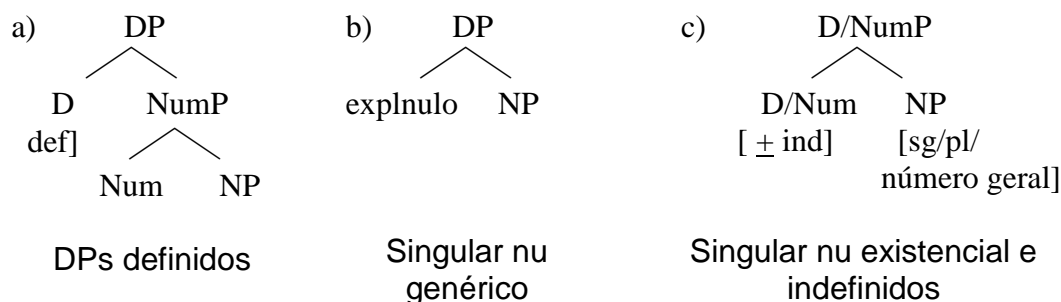
Talvez haja alguma explicação sintática, se seguirmos Lopes (2008, no prelo) ao afirmar que o NNN não pode apresentar uma abordagem unificada, como pretendem Schmitt e Munn (1999, 2000, 2002), Munn e

⁶⁰ Tópico = julgamento categórico, nos termos de Kuroda (1972).

⁶¹ Disso explica-se a preferência do NNN aparecer na posição pós-verbal com verbos inacusativos, porque tal posição é [-definida] e [-específica], nos casos não marcados. Novamente, se aparece na pré-verbal, ele precisa ter uma leitura [+definida] [+específica] ou ser tópico/foco. (Ver Coelho 2000 para essa restrição semântica dos verbos inacusativos).

Schmitt (2001, 2005), Kester & Schmitt (2005). Lopes (2008, no prelo) propõe que as diferenças entre o NNN em contextos genéricos e em contextos episódicos devem ser discriminadas na própria estrutura do DP. Repare o quadro abaixo de Lopes (2008: 8, no prelo) (a autora trabalha com o termo *singular nu*):

(310)



Como se percebe, o singular nu genérico contém um expletivo nulo. Nesse caso, Lopes (2008, no prelo) segue Kester e Schmitt (2005) que assumem que o operador *down* se aplica no determinante nulo para formar espécie, portanto, somente em contextos genéricos o singular nu pode denotar espécie. Em contextos episódicos (ou existenciais), a autora assume que o singular nu denota número geral: “[...] *the general/singular form of the noun, together with singular agreement, can be used for reference to one individual or more than one*” (Corbett 2000: 16, *apud* Lopes 2008). Então, somente em contextos episódicos, o nome nu teria número geral. Na estrutura (c), o nome nu existencial e o indefinido têm a mesma estrutura, com a fusão de D/NumP: mas, a autora afirma que os singulares nus “are not indefinites” (Lopes 2008: 5, no prelo). Então, a diferença está na realização fonológica do indefinido, contra o artigo nulo do singular nu: o primeiro é marcado [+ind], enquanto o segundo com [-ind]. Isso faz sentido se o que a autora quer fazer é diferenciar o indefinido forte do indefinido fraco (algo presente na literatura sobre o tema): com o artigo aberto, ele é um indefinido forte (pode ter a ambigüidade de escopo e especificidade, por exemplo); com o artigo nulo (no caso do singular nu), ele é um indefinido fraco (somente escopo estreito e não-específico). Com essa segunda possibilidade, ao nome não se aplica o operador *down* para mudá-lo para espécie e apesar de ser possível aparecer como argumento

interno, porque ele é um D/NumP fundido, ele não pode ser incorporado ao verbo (porque não é um NP).

Quanto aos nossos exemplos de incorporação, há outra evidência de que ele é um NP, não um DP. Para Larson (1991 e 2005), a relativa é um argumento do determinante. Sendo assim, a impossibilidade da relativa na nossa versão incorporada pode vir do fato de que não há DP nas estruturas incorporadas abaixo. Em (b) e (d), com a inserção de relativas, as leituras incorporadas de (a) e (c) não se mantêm, mostrando que elas têm uma leitura não-incorporada:

(311)

- a. Pedro joga bola (com João). (incorporação)
- b. #Pedro jogou bola que é fabricada na China (com João).
- c. Pedro tomou café às cinco horas. (incorporação)
- d. #Pedro tomou café que é cultivado na fazenda às cinco horas.

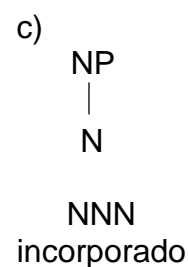
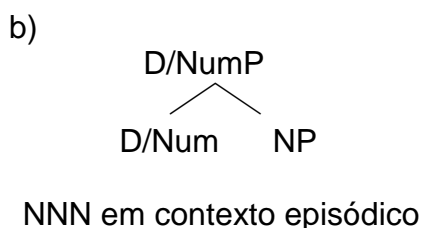
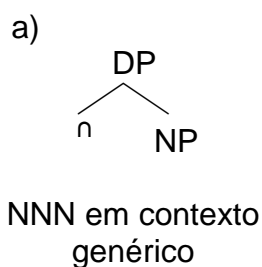
Porém, nas formas produtivas de Saraiva (1997), a presença da relativa nos exemplos abaixo mostra que o NNN é um verdadeiro DP, portanto, não pode ser alvo de incorporação semântica:

(312)

- a. Eu busquei menino que é filho de Pedro no colégio.
- b. Mamãe fez empadinha que acabou de sair do forno.
- c. Mamãe passou roupa que é do papai.

Assim, o NNN no PB pode ter três estruturas:

(313)



A consequência agradável dessa fusão de D/NumP para o NNN em contextos episódicos, é que a explicação semântica de que o nome pode ter alguma leitura específica via escopo amplo, como naqueles casos de posição pré-verbal de sentenças episódicas, tem um paralelo sintático: Schaeffer (1997), como já visto, propõe que o indefinido entra na derivação como núcleo de NumP. Com a fusão de D/NumP, de alguma forma, abre a possibilidade de o NNN em contextos episódicos também compartilhar a ambigüidade de escopo (como o indefinido), que permite ambas as leituras específica e não-específica. O notável é que em contextos genéricos, parece que o NNN jamais tem escopo amplo, é específico⁶². Se isso for verdadeiro, a explicação sintática é que a estrutura do NNN em contextos genéricos não tem NumP.

Há ainda um esclarecimento que merece ser feito: a versão incorporada de *jogar-bola* não é uma expressão idiomática, por questões semânticas. Vamos comparar aquela expressão idiomática que Saraiva (1997) discutiu em seu trabalho com a nossa versão incorporada:

(314)

- a. Maria deu bola pro Pedro. (expressão idiomática)
- b. Maria jogou bola com Pedro. (incorporação)

As duas sentenças não podem ser compreendidas da seguinte forma: há um objeto esférico, nesse caso, uma bola e a Maria o deu pro Pedro nem que há um objeto esférico que Maria o jogou pra Pedro. Em nenhuma das duas sentenças fala-se sobre a existência do objeto bola. Mas, somente em (b), tal objeto é pressuposto para o decorrer da ação de jogar-bola: para se jogar-bola, pressupõe-se a existência de bola. Em (a), *dar bola* é usado metaforicamente, algo não presente em (b): *jogar-bola* não é metáfora. Portanto, parece que a sentença em (b) não é uma expressão idiomática, porque não carrega esse *sabor metafórico*, mas está muito próximo do que

⁶² Algo que merece ser investigado.

Mithun (1984, 1986) considera como uma atividade culturalmente estabelecida⁶³.

Por fim, a (pseudo) incorporação não é um processo produtivo no PB no momento atual como afirma Saraiva (1997), no sentido de que os falantes reconhecem seu uso como significando uma atividade institucionalizada, ou ainda os falantes não a caracterizam como indicando um algo distinto, excetuando aqueles casos como *jogar-bola* e *tomar-café*. Ainda se pensarmos em Mithun (1984, 1986), seria necessário um estudo diacrônico sobre o NNN, para detectar seu surgimento no PB, assim como verificar quando a (pseudo) incorporação apareceu no PB, porque parece que o PB se encontra em um estágio em que a (pseudo) incorporação está desaparecendo. Claro, isso não é uma afirmação, mas um caminho que merece muita atenção, porque um estudo diacrônico pode nos dizer muito sobre o NNN (e sobre a (pseudo) incorporação) que um estudo sincrônico não pôde revelar.

⁶³ Parece que há outra evidência para afirmar que *jogar-bola* não é uma expressão idiomática: se combinados com *nenhum*, somente a primeira ainda mantém a leitura desejada: *Maria não deu nenhuma bola pro Pedro (na festa) x *Maria não jogou nenhuma bola com Pedro*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. *The Noun Phrase in Its Sentential Aspect*. MIT Ph.D. Dissertation: Cambridge, 1987.
- AISSEN, Judith. *Differential Object Marking: Iconicity vs. Economy*. Ms. UCSC, 2000.
- AUGUSTO, M., J. FERRARI NETO & L. CORRÊA. Explorando o DP: a presença da categoria NumP. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2006, p. 245-275.
- AVELAR, J. *Dinâmicas morfossintáticas com 'ter', 'ser' e 'estar' em português brasileiro*. Dissertação de mestrado: Unicamp, 2004.
- BAKER, M.C.. *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. University of Chicago Press: Chicago, 1988.
- _____. *The Polysynthesis Parameter*. Oxford University Press: Oxford, 1996.
- _____. Is head movement still needed for noun incorporation?. *Lingu*, 2007. In press.
- BARRIE, M., *Dynamic Antisymmetry and the Syntax of Noun Incorporation*. Ph.D. thesis, University of Toronto: Toronto, 2006.
- BARRIE e SPRENG. Noun incorporation and the progressive in German. *Lingua*, 2007. In press.
- BITTNER, M. *Case, Scope and Binding*, Kluwer: Dordrecht, 1994.
- BOSKOVIC, Z. *What will you have, DP or NP?* (2008).
- CARLSON, Gregory. *A unified analysis of the English bare plural*. In. *Linguistics and Philosophy* 1: 1977. p. 413-457,
- _____. *Generic terms and generic sentences*. *Journal of Philosophical Logic* 11: 1982. p. 145-181,
- _____. The meaningful bounds of incorporation. In: Vogeller, S. & L. Tasmowski (eds.) *Non-definiteness and Plurality*. John Benjamins, 2006. p. 35:50.
- CARSTENS, V.. Concord in Minimalist Theory. *Linguistic Inquiry* 31 (2), 2000, p. 319–355.

- CHIERCHIA Plurality of mass nouns and the notion of semantic parameter. In. *Events and Grammar*. S. Rothstein (ed). Great Britain: Kluwer academic Publishers, 1998a. p. 53-103.
- _____. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics* 6: 1998b. p. 339-405.
- CHOMSKY, Noam. *O Programa Minimalista*. Trad. Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.
- _____. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CHUNG, S., LADUSAW, W. A.. *Restriction and Saturation*. MIT Press, Cambridge, MA, 2004.
- COELHO, Izete, L. *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese de doutorado: UFSC, 2000.
- CRESTI, D. 1995. *Indefinite Topics*. MIT Ph.D. dissertation.
- DAYAL, V. "Bare NPs, Reference to Kinds and Incorporation, *SALT IX*, 1999.
- _____. "Bare Nominals: Non-Specific and Contrastive Readings Under Scrambling", in S. Karimi (ed.) *Word Order and Scrambling*, Blackwell Publishers, 2003a.
- _____. *A semantics for pseudo incorporation*. (2003b).
- _____. Number marking and (in)definiteness in kind terms. *Linguistics and Philosophy* 27, 2004. p. 393-405.
- _____. *Hindi pseudo incorporation*. (2007).
- de REUSE, W.J.. Noun incorporation in Lakota (Siouan). *International Journal of American Linguistics* 60, 1994. p.199–260.
- DOBROVIE-SORIN, C. Existential bare plurals: From properties back to entities. *Lingua*. 2007. In press.
- DOBROVIE-SORIN, C., BLEAM, T., ESPINAL, M.T., Noms nus, nombre et types d'incorporation. In: Dobrovie-Sorin, C. (Ed.), *Noms Nus et Généricité*. Presses Universitaires de Vincennes, Paris, 2005, p. 129–157.
- _____. Bare nouns, number and types of incorporation. In: Vogeleer, S., Tasmowski, L. (Eds.), *Non-Definiteness and Plurality*. Proceedings of Indefinites and Weak Quantifiers, Bruxelles, 2005. Benjamins, Linguistik Aktuell/Linguistics Today Series, 2006, p. 51–79.

- DOBROVIE-SORIN & PIRES DE OLIVEIRA. *Reference to kinds in Brazilian Portuguese: definite singular vs bare singular*. 2007. (ms)
- DORON, Edit. 'Bare Singular Reference to Kinds', in *Proceedings of SALT XIII*. Cornell Working Papers in Linguistics, 2003.
- EMMEL, Ina. "Die Kann nun nich', die is' beim treppenputzen!": *O progressivo no alemão de Pomerode-SC*. Tese de doutorado: UFSC, 2005.
- ENÇ, Mürvet. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry* 22, 1991. p. 1-25.
- ESCRIBANO, José Luis González. NPs as just NPs. *Language Sciences* 28, 2006, p. 529–579
- FARKAS, D., Specificity and Scope. In: Nash, L., Tsoulas, G. (Eds.), *Langues et Grammaires I*. Paris, 1994, p.119-137.
- FARKAS, D. & SWART, H. *The semantics of incorporation: from Argument Structure to Discourse Transparency*. CSLI: Stanford University, 2003.
- FREGE, Gottlob. 1892. In. *Lógica e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GEURTS. Specifics. In: B. Geurts, M. Krifka and R. van der Sandt, eds., *Focus and Presupposition in Multi-Speaker Discourse*, ESSLI 99, Utrecht, 2003. p. 99-129.
- GLOUGIE, J.. *Topics in the Syntax and Semantics of Blackfoot Quantifiers and Nominals*. M.A. thesis, University of British Columbia, Vancouver, BC, 2000.
- GONÇALVES, Clézio R. *O objeto incorporado no discurso narrativo do português*. UFMG, 1999, 211f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos), Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- HEIM, I., The Semantics of Indefinite and Definite Noun Phrases. Ph.D. Thesis. University of Massachusetts: Amherst, 1982.
- HERBURGER, Elena. What Counts: Focus and Quantification. *Linguistic Inquiry* Monograph No. 36, MIT Press, 2000.
- IOUP, Georgette. Specificity and the Interpretation of Quantifiers. *Linguistics and Philosophy*, 1, 1977, p. 233-245.
- JACOBS, Joachim. The Dimensions of Topic-Comment. *Linguistics* 39: 2001. p. 641–681

- JOHNS, Alana. *Restricting noun incorporation*. (2003).
 _____. *Restricting noun incorporation: root movement*. University of Toronto Press, 2005.
- _____. Additional facts about noun incorporation (in Inuktitut). *Lingua*, 2007. In press.
- KAYNE, Richard. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- KESTER, E-P. & C. SCHMITT. Bare nominals in Papiamentu and Brazilian Portuguese. In: R. Guess & E. Rubin (eds) *Theoretical and experimental approaches to Romance Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- KOOPMAN e SPORTICHE. The position of subjects. *Lingua* 85, 1991. p. 211-257.
- KOOPMAN, Hilda, e SZABOLCSI, Anna. *Verbal Complexes*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- KRIFKA, M., F. J. PELLETIER, G. CARLSON, A TER MEULEN, G. CHIERCHIA e G.LINK. Genericity: an Introduction. In: G. Carlson & F.J.Pelletier (eds.), *The Generic Book*. Chicago & London: the University of Chicago Press. 1995, p.1-124.
- KURODA, Y. The categorial and the thetic judgment. Evidence from Japanese syntax. *Foundations of language* 9, 1972. p.153-185.
- LARSON, R., K. *The Projection of DP (and DegP)*. Ms, SUNY - Stony Brook, 1991.
- _____. The Projection of the DP Structure. *Lecture notes*, LSA/2005.
- LAZARD, G. Actance Variations and Categories of the Object. In: F. Plank (ed.) *Objects: Towards a Theory of Grammatical Relations*. London: Academic Press, 1984. p. 269-292.
- LONGOBARDI, G. Proper names and the theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25: 1994. p. 609-665.
- _____. How comparative is semantics? *Natural Language Semantics*, 9: 2002. p. 335-369
- _____. Determinerless nouns: a parametric mapping theory. In: Coene, M., D'hulst, Y. (Eds.), From NP to DP: vol. 1. *The Syntax and Semantics of Noun Phrases*. John Benjamins, Amsterdam, 2004. p. 239–254.

LOPES, R.E.V. Bare nouns and DP number agreement in the acquisition of Brazilian Portuguese. *Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville: Cascadia Press, 2006, 252-262.

_____. *Against a unified analysis for bare nouns in Brazilian Portuguese*. 2008, no prelo.

MCNALLY, L., Bare Plurals in Spanish are Interpreted as Properties. In: Morrill, G., Oehrle, R. (Eds.), *Formal Grammar*. Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1995, p.197-222.

_____. Existential Sentences Without Existential Quantification. *Linguistics and Philosophy* 21, 1998, p. 353-392.

MCNALLY, L., and V. VAN GEENHOVEN. Redefining the weak/strong distinction. Paper presented at CSSP 3, Paris. Ms., Universitat Pompeu Fabra and Radboud University, 1998.

MASSAM, Diane, and Carolyn SMALLWOOD. "Essential features of predication in English and Niuean", *Proceedings of NELS 27*, GLSA Publications, Amherst, 1997. p. 263-272.

MASSAM, D., Pseudo noun incorporation in Niuean. *Natural Language and Linguistic Theory* 19, 2001. p. 153–197.

_____. "Predicate fronting and lexical category in Niuean", in Carnie et al (eds.), *Verb first: studies in predicate initial languages*, John Benjamins, Amsterdam, 2005. 227-242.

_____. Existential incorporation constructions. *Lingua*, 2007. In press.

MILSARK, Gary. *Existential Sentences in English*. Ph.D. Diss. MIT, Cambridge/Mass, 1974.

MIOTO, Carlos. Focalização e Quantificação. *Revista Letras*. Curitiba : Editora UFPR, 61, 2003. p. 169-189.

MITHUN, M., The evolution of noun incorporation. *Language* 60, 1984. p. 847–894.

_____. On the Nature of Noun Incorporation. *Language* 62. 1986.

MOHANAN, T. Wordhood and Lexicality, *NLLT* 13, 1995. p. 75-134.

MORO, A., 2000. *Dynamic Antisymmetry*. MIT Press, Cambridge, MA.

MÜLLER, A. *Sentenças genericamente quantificadas e expressões de referência a espécie no português brasileiro*. 2000. Mimeo.

_____. The semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. *Probus* 14. 2002a, p. 279-298.

_____. Nomes nus e parâmetro nominal no português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, 2002b. p. 325-337.jul./dez.

_____. A semântica do sintagma nominal. In. *Semântica Formal*. Org. Muller, A. L., Negrão, E. e Foltran, M.J. São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. A expressão de genericidade nas línguas naturais. In. *Semântica Formal*. Org. Muller, A. L., Negrão, E. e Foltran, M.J. São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. Tópico, Foco e nominais nus no Português brasileiro. In. *Sentido e Significação*: São Paulo, Contexto, 2004.

MUNN, A., SCHMITT, C., Bare nominals and the morphosyntax of number. In: Cresti, D., Tortora, C., Satterfield, T. (Eds.), *Current Issues in Romance Linguistics*, Selected Papers from the 29th Linguistics Symposium on Romance Languages, Ann Arbor, April 1999. John Benjamins, Amsterdam, 2001, p. 217–231.

_____. Number and indefinites. *Lingua*, 115, 2005, p. 821-855.

ÖZTÜRK, Balzic. Incorporating agents. *Lingua*, 2007. In press.

PARODI, Teresa. Aspects of clitic doubling and clitic clusters in Spanish. In: R. Fabri, O. Albert & Teresa Parodi (eds.). *Models of Inflection*. Tübingen: Niemeyer, 1998, p. 85-102.

PARTEE, Barbara H. Noun phrase interpretation and type-shifting principles. In. Groenendijk, Jongh, Stokhof. *Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers*. Foris, 1987.

_____. Topic, Focus and Quantification. In St.; Wyner Moore, A.Z. (ed.), *Proceedings from Semantics and Linguistic Theory 1, Cornell Working Papers in Linguistics* 1991, p.159-188.

PEREGRIN, Jaroslav. Topic, focus and logic of language. In. *Proceedings of the Göttingen Focus Workshop*, 17. DGfs, Heidelberg, IBM Deutschland 1995a.

_____. Topic-Focus articulation as generalized quantification. In. *Proceedings of focus and natural language processing*, 1995b, 49-57

- Heidelberg, IBM Deutschland. Reprinted in *Travaux du Cercle Linguistique de Praga*. Vol 4, Benjamin, Amsterdam, 2002, 263-273.
- PIRES DE OLIVEIRA, R., F. SANTOLIN & R. TAVEIRA DA CRUZ. Bare Singular: Evidence from Brazilian Portuguese. EVELIN. 2006, ms.
- PORTNER. Topicality and (Non-) Specificity in Mandarin. *Journal of Semantics*, 19: 2002, p. 275-287.
- PORTNER, Paul, and Katsuhiko YABUSHITA. The Semantics and Pragmatics of Topic Phrases. *Linguistics & Philosophy* 21: 1998, 117–157.
- _____. Specific Indefinites and the Information Structure Theory of Topics. *Journal of Semantics* 18: 2001, p. 221–297
- POSTAL, P. Anaphoric Islands, in: *Proceedings of CLS 5*, 1967, p. 205-239.
- REINHART, Tanya: 1997, 'Quantifier scope: How labor is divided between QR and choice functions', *Linguistics and Philosophy*, 20, 335-397.
- RITTER, E.. Two functional categories in noun phrases: evidence from Modern Hebrew. In: Rothstein, S. (Ed.), *Syntax and Semantics*, vol. 25. University of Quebec, 1991, p. 37–62.
- RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. In *Elements of Grammar* L.Haegeman (ed.) Kluwer, 1997, p. 281-337.
- _____. *On the Form of Chains: Criterial Positions and ECP Effects*. 2004.
- ROSEN, S.T. (1989). Two types of noun incorporation: a lexical analysis. *Language* 65, 2004, p. 294–317.
- RULLMANN, H. & YOU, A.. *General number and the semantics and pragmatics of indefinite bare nouns in Mandarin Chinese*. ms. 2003
- SADOCK, J. Noun Incorporation in Greenlandic: A Case of Syntactic Word Formation. In: *Language* 56: 1980, p.300-319.
- SANTOLIN, F. *O singular nu no português brasileiro*. MA Dissertação de mestrado: UFSC, 2006.
- SARAIVA, M. E. F. *O SN NU Objeto em português: um caso de incorporação semântica e sintática*. Tese de doutorado: UFMG, 1996.
- _____. *Buscar menino no colégio: a questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.
- SCHMITT, C., MUNN, A.. Against the Nominal Mapping Parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese, *Proceedings of NELS 29*, 1999.

_____. *Bare Nominals, Morphosyntax, and the Nominal Mapping Parameter*, 2000.

_____. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook*, vol. 2, 2002, p. 253–281.

SCHAEFFER, J. On the interpretation of (bare) object nouns in child language. *MITOPL*, 12: 1997, p. 92-113.

SIMIONI, Leonor. *A aquisição da concordância nominal de número no português brasileiro: um parâmetro para a concordância nominal*. Dissertação de mestrado: UFSC, 2007.

STVAN, L.S. Two types of bare noun reference in prepositional phrases. *Working Papers in Linguistics* 3, 1991, p. 147–154.

_____. Activity implicatures and possessor implicatures: what are locations when there is no article? In: Beals, K., Cook, G., Katham, D., Kita, S., McCulloch, K.-E, Testen, D. (Eds.), *Papers from the 29th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. CLS, Chicago, 1993, p. 419–433.

_____. *The Semantics and Pragmatics of Bare Singular Noun Phrases*. Ph.D. thesis, Northwestern University, Evanston/Chicago, IL, 1998.

_____. The functional range of bare singular count nouns in English. In: Stark, E., Leiss, E., Abraham, W. (Eds.), *Nominal Determination: Typology, Context Constraints, and Historical Emergence*. John Benjamins, Amsterdam, 2007a, p. 171–187.

_____. Semantic incorporation as an account for some bare singular count noun uses in English. *Lingua*. 2007b. In press.

TRAVIS, L., 1984. Parameters and Effects of Word Order Variation. Ph.D. thesis, MIT

VAN GEENHOVEN, Veerle. *Semantic Incorporation and Indefinite Descriptions: Semantic and Syntactic Aspects of Noun Incorporation in West Greenlandic*. Stanford: CSLI Publications, 1998.

VAN GEENHOVEN, Veerle, and MCNALLY, Louise. On the property analysis of opaque complements. *Lingua* 115: 2005, p. 885-914.

VICENTE, Luis. *The syntax of heads and phrases: A study of verb (phrase) fronting*. Netherlands: LOT, 2007

- VON HEUSINGER, Klaus. Specificity and definiteness in sentence and discourse structure. *Journal of Semantics* 19, 2002, p. 245-274.
- VON HEUSINGER, Klaus & KAISER, Georg A. Animacy, specificity, and definiteness in Spanish. In: von Heusinger, K. Kaiser, G. A. (eds.). *Proceedings of the workshop "Semantic and syntactic aspects of specificity in Romance languages"*. Arbeitspapier 113. Fachbereich Sprachwissenschaft, Universität Konstanz. 2003, p. 67-101.
- VON HEUSINGER, Klaus & KORNFILT, Jaklin. The case of the direct object in Turkish: Semantics, syntax and morphology. *Turkic Languages* 9, 2005, p. 3-44.
- ZAMPARELLI, R. A theory of Kinds, Partitives and OF/Z Possessives. In A. Alexiadou and C. Wilder (Eds.), *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*, Volume 22 of *Linguistics Today*, Amsterdam: John Benjamins, 1998.
- _____. *Layers in the determiner phrase*. New York: Garland, 2000.
- _____. Definite and bare kind-denoting noun phrases. In C. Beyssade, R. Bok-Bennema, F. Drijkoningen, and P. Monachesi (Eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2000; selected papers from 'Going Romance' 2000*, Volume 232, Amsterdam/Philadelphia, 2002. p. 305–342. John Benjamins.
- _____. The structure of (in)definiteness. *Lingua* 115, 2005, p. 915–936.
- ZAMPARELLI e HEYCOCK. *Friends and colleagues: Plurality, coordination, and the structure of DP*. Ms., University of Edinburgh and Università di Bergamo, 2005.
- WILTSCHKO, Martina. Root incorporation: Evidence from lexical suffixes in Halkomelem Salish. *Lingua*, 2007. In press.
- WINTER, Y. A unified semantic treatment of singular NP coordination. *Linguistics and Philosophy* 19, 1996, p. 337-391.
- _____. Choice Functions and the Scopal Semantics of Indefinites. *Linguistics and Philosophy* 20, 1997, p.399-467.
- _____. Type Shifting with Semantic Features: A Unified Perspective. (2000)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)